



Número: 67

Horta, Quarta-Feira, 30 de Novembro de 1983.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

IV Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Fernando Faria

Secretários: Deputados Fernando Dutra (substituído aquando da sua intervenção pelo Sr. Deputado Manuel Valadão) e Emílio Porto (substituído aquando da sua intervenção, pelo Sr. Deputado Jesuíno Facha que, posteriormente, foi substituído pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

1. Período de Antes da Ordem do Dia:

Pelo Sr. Presidente foi referido o expediente recebido.

2. Período da Ordem do Dia:

Continuação dos debates sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1984.

Intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados Adelaide Teles (PSD), Carlos Mendonça (PS), Conceição Bettencourt (PS), Fernando Dutra (PSD), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, Natalino Viveiros, Manuel Goulart (PS), Carlos César (PS), Dionísio Sousa (PS), Emílio Porto (PS), Vasco Garcia (PSD), António Silveira (PSD), Alvarino Pinheiro (Ind.), Martins de Freitas (PSD), o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, Victor Macedo, João Luís Borges Soares (PSD), Melo Alves (PSD), Roberto Amaral (PS), o Sr. Secretário Regional das Finanças Álvaro Dâmaso, Renato Moura (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Pacheco de Almeida (PSD), o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Madruga da Costa, Borges de Carvalho (PSD) e o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Encerrados os debates, procedeu-se à votação das respectivas propostas.

A Proposta de Resolução no sentido de aprovar o Orçamento Regional para 1984 foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 7 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 voto contra do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Após a votação produziram declarações de voto os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS) e Nuno Bettencourt (CDS).

A Proposta de Resolução no sentido de aprovar o Plano para 1984 foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 7 votos contra do PS, 1 abstenção do CDS e 1 voto contra do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Após a votação, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa (PS) produziu uma declaração de voto.

A Proposta de Resolução no sentido de aprovar o Plano de Actividades para 1984 do Gabinete de Apoio e Reconstrução do Governo Regional dos Açores foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, 7 votos contra do PS e 1 abstenção do CDS.

Após a votação, o Sr. Deputado Borges de Carvalho (PSD) produziu uma declaração de voto.

Os trabalhos terminaram às 20.05 horas.

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia. Vamos dar início aos nossos trabalhos. O Sr. Secretário vai fazer o favor de dar início à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, Regina Ribeiro, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Renato Moura, Borges de Carvalho, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Brito, Manuel Valadão, Manuel Melo, Emanuel Carreiro, João Luís Borges Soares, Fátima Oliveira, Vasco Garcia; **PS** - Manuel Goulart, Jesuíno Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Dionísio de Sousa, José Manuel Bettencourt, Carlos César, Roberto Amaral; **CDS** - Nuno Bettencourt; **Ind.** - Alvarino Pinheiro).

Presidente: Estão presentes 31 Srs. Deputados, temos quorum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

- **Período de Antes da Ordem do Dia**, expediente:

- Um ofício do Sr. Presidente do Governo Regional, dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Regional, que eu passo a ler:

"É com pesar que junto devolvo a V. Ex^ª a fotocópia do requerimento apresentado na Assembleia Regional pelo Sr. Deputado do Partido Socialista Dr. Dionísio Mendes de Sousa, enviada a coberto do ofício em referência.

Tanto estranhei os termos afrontosos deste documento que decidi não apenas recusar-lhe resposta mas até mesmo devolvê-lo, para que não fique a constituir um triste precedente nas relações entre a Assembleia Regional e o Governo - relações essas sempre pautadas, ao longo de mais de sete anos de funcionamento das nossas instituições democráticas de governo próprio, pela urbanidade, tão característica do Povo Açoriano".

- Da Comissão Permanente para os Assuntos Sociais, está presente e já deve ter sido distribuído aos Srs. Deputados, parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a "Classificação de Angra do Heroísmo".

Não há quaisquer Srs. Deputados inscritos para intervenções "Antes da Ordem do Dia". Portanto, passamos ao **Período da Ordem do Dia** e, de acordo com uma relação, naturalmente incompleta, que aqui tenho dos Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais que querem intervir nos debates sobre o Plano e Orçamento, dou a palavra à Sr^ª Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de aproveitar esta ocasião para tranquilizar o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt acerca de uma preocupação que aqui manifestou anteontem quanto à venda do vinho da Graciosa. Não o fiz mais cedo, porque só agora me foi concedida, pela Mesa da Assembleia, a palavra.

O viticultor da Graciosa com quem o Sr. Deputado falou deve saber que não será difícil para ele vender o seu vinho. Poderá fazê-lo aos comerciantes de lá que têm esse tipo de negócio. E se esse viticultor tinha dúvidas quanto ao futuro, poderia ter colocado as uvas na Adega Cooperativa da Graciosa, cuja direcção fez um apelo nesse sentido a todos os produtores, com a preocupação de tornar possível a recuperação financeira e a continuação daquela cooperativa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, continuamos a apreciação do Plano e Orçamento para 1984, documentos indispensáveis ao Governo e ao Povo da nossa Região.

Este Plano é a última parcela do Plano a Médio Prazo aprovado por esta Assembleia.

Pode não ser um Plano perfeito - o óptimo é inimigo do bom - mas através dele continuamos a verificar a aposta do Governo no desenvolvimento de toda a Região.

Reconhecemos o esforço feito durante sete anos de Autonomia e de Governo Social Democrata no sentido de dotar a Região das infraestruturas indispensáveis à quebra de isolamento de algumas ilhas e à aproximação de todos os açorianos entre si e com o resto do mundo, bem como ao desenvolvimento económico e à melhoria das condições de vida. Sou, contudo, forçada a fazer alguns reparos.

Assim, não posso deixar de me referir a alguns investimentos programados para o próximo ano e que já constavam de Planos anteriores, nomeadamente daquele que foi aprovado há um ano.

Entre esses, encontra-se a escola da Praia da Graciosa para a qual foram destinados 8000 contos para este ano e que agora surge com uma dotação de 10.000 contos. Até ao momento presente, nada foi feito, mas espero que sejam ultrapassadas todas as dificuldades para que as obras de recuperação do edifício sejam executadas rapidamente, já que as aulas estão a ser ministradas provisoriamente em locais que não oferecem o mínimo de condições.

Foi com agrado que verifiquei, aquando da aprovação do Plano a Médio Prazo, que para o novo lar de idosos da Graciosa era destinada a verba de 14.000 contos em 1983 e de 16.000 contos em 1984. No Plano de 1983 este projecto recebeu a dotação, não de 14.000 contos, mas de 8.000 contos. Agora verifico que a descida continua e assim aparecem apenas 7.000 contos

para o ano de 1984. Mas, não é propriamente a verba, grande ou pequena, que me preocupa. O que me causa grande inquietação é não se ter ainda dado início a uma obra que é considerada pelos graciosenses de enorme necessidade. A construção do lar para idosos é assunto que se vem arrastando há vários anos e que tem merecido o empenhamento de sucessivas Mesas Administrativas da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santa Cruz da Graciosa. Esta Instituição possui um lar com o bonito nome de "Centro de Bem Estar para Pessoas Idosas" e tem procurado que os utentes se sintam lá o melhor possível. Os cuidados de higiene, de saúde, de alimentação e o carinho são de grande importância para os que se sentem sem família, ou marginalizados pela sociedade, mas o espaço físico é também indispensável.

Concordo com o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais quando diz que as famílias devem assumir as suas responsabilidades e que é mais humano manter o idoso no seu meio familiar e social. Aprovo também o apoio domiciliário bem como os Centros de Convívio. Mas é necessário ter-se em conta que infelizmente há situações tão difíceis que só se podem resolver através do internamento. Há idosos que não têm família que lhes possa valer, outros têm-na no estrangeiro e não têm culpa de terem sido votados ao abandono. Há pessoas que devido à sua idade ou ao seu estado de saúde não podem beneficiar do Centro de Dia, nem o apoio domiciliário lhes basta, a não ser que este seja permanente.

O internato tem inconvenientes, mas é um "mal necessário".

É indispensável que haja lares que tenham boas condições, onde o utente encontre além do convívio de que necessita, os cuidados de higiene e de saúde, o conforto e o carinho de que precisa como qualquer pessoa. É necessário que sinta que há quem se interesse por ele e não se considere a mais neste mundo.

Se em cada ilha houver uma estrutura deste tipo, o idoso estará mais no seu meio social do que se ela não existir. Se é com tristeza que alguns deixam a casa e a rua onde habitualmente viveram, é muito mais desumano se tiverem de ir procurar esse apoio numa outra ilha que não a sua, junto de pessoas totalmente desconhecidas e sem possibilidades de receber a visita de um amigo. Não esqueçamos que alguns lares de idosos vêm funcionando também como **enfermarias de rectaguarda**.

Para mim, um lar não é, não pode ser, uma casa de arrumar velhos. Tem de ser um local onde o utente se sinta como em sua casa, ou, até, melhor. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é necessário chegar-se a idades muito avançadas

para se ficar em situação de autêntica dependência dos outros em termos de cuidados.

Ora, depois de várias conversas havidas entre a Mesa da Santa Casa da Misericórdia e pessoas ligadas à Secretaria dos Assuntos Sociais acerca do que deveria ser o novo lar, pensei que a obra iria avançar, mas o tempo foi passando até que, em 3 de Novembro de 1982, tive a confirmação de que o assunto não fora esquecido, porque li uma fotocópia do ofício enviado pela Direcção Regional de Segurança Social ao Sr. arquitecto encarregado da elaboração do projecto, no qual dizia que pretendia que fosse feito com urgência visto que o prometera enviar para a Graciosa em Dezembro de 1982.

Até este momento, o projecto não chegou àquela ilha. Ou o Sr. arquitecto não teve tempo de o elaborar ou foi extraviado, o que se lamenta.

De qualquer modo não interessa o passado; antes importa que se tenha em conta que o investimento não deixou de ser necessário, mas que, pelo contrário, cada vez se faz sentir mais a sua falta e que o seu início não pode ser adiado por mais tempo. Permitam-me até a sugestão de que, para desbloquear esta situação de impasse, talvez se possa recorrer a uma arquitecta que neste momento reside na Graciosa e que, segundo me consta, terá disponibilidade para o efeito.

O projecto 8, ponto 1, do Anexo do Plano prevê acções a desenvolver nalgumas ilhas com o fim de se obter alojamento para o pessoal que presta serviço em unidades de saúde. Agradeço-me ver que a Graciosa não foi esquecida em termos de Plano; espero que também não o seja quando chegar a altura da execução. Desculpem-me esta observação, mas ela não é feita por acaso. É que esta obra estava prevista no Plano anterior com a dotação de 2.000 contos como ontem aqui foi referido. Nada foi feito este ano e não foi por falta de local, visto que a Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz pôs à disposição o terreno necessário, localizado junto ao Hospital.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo adquiriu na Graciosa, em data que não posso precisar, terreno para construção de residências para técnicos, salvo erro, para médicos, veterinário e engenheiros. Compreendo que presentemente o Governo não possa dar início a essas obras, porque sei que não se pode fazer tudo de uma só vez, mas penso que haveria conveniência em manter esses terrenos reservados a eventuais construções de residências para técnicos, já que presentemente são raros os que querem fixar-se naquela ilha, mas a situação pode vir a alterar-se e ser mesmo necessário, ou indispensável, garantir alojamento, nos termos

da legislação já aprovada por esta Assembleia, com vista a criar incentivos para a fixação de pessoal nas áreas mais carecidas.

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais disse ontem que "os médicos devem fazer pela vida", mas é preciso ter em conta que **não aproveita ter dinheiro e querer pagar** a renda, se não houver casa disponível.

Quanto à política dos "stocks mínimos", de que muito se tem falado, não posso também deixar de dizer que considero que não está resultando tão eficazmente quanto foi e é intenção do Governo e desta Assembleia. Assim e no que respeita à Graciosa, o abastecimento de combustíveis continua sendo preocupante. Se as razões podem ser de origem climatérica, outras causas devem ter provocado a falta de gasolina no mês de Agosto. O gasóleo chega sempre em pequenas quantidades e toda a gente vive constantemente receosa de que aquele combustível possa vir a faltar, o que tem acontecido frequentemente, fazendo parar taxis, máquinas agrícolas e os geradores de corrente eléctrica do que resulta a falta de luz e de água, problemas de funcionamento de arcas frigoríficas e da própria padaria. Mas já se passou por situações que parecem incríveis - alguns fornecedores porem sérias reservas, chegando mesmo a recusar a venda de gasóleo à EDA devido a esta empresa demorar muito tempo o pagamento. Causa, de facto, grande admiração, este acontecimento.

Tendo em conta os subsídios que o Governo atribui à SATA, seria de esperar que ela servisse melhor as ilhas mais isoladas. Neste caso encontra-se a Graciosa para a qual considero que não é pedir muito quando se reclama mais um voo semanal. Também não se compreende porque é que o voo Ponta Delgada/Horta, que se efectua na terça-feira à tarde, não faz escala nas Lajes, de modo a permitir que os passageiros da Graciosa, que pretendam viajar para a Horta, o possam fazer nesse dia. Causa ainda admiração o facto de a pista não ter sido apetrechada com sistema de Vasis ou Papis de modo a que os aviões possam operar com maior segurança.

Quanto ao sector do turismo, desejo formular votos para que as acções constantes do Projecto 42, ponto 2, sejam todas elas levadas a cabo e que, finalmente, **chegue a hora** da GRACITUR.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos os Planos apresentados pelo Governo Regional têm recebido a minha aprovação, porque através deles o Executivo açoriano tem procurado cumprir o que estava contido no Programa de Governo e no Plano a Médio Prazo aprovados por esta Assembleia Regional.

Em termos de execução, muito foi e continua

sendo feito.

Estou convicta de que o que não pôde ser cumprido nos prazos estabelecidos, não foi por falta de vontade, mas ficou a dever-se, certamente, a dificuldades de diversa ordem.

Acreditando que o Governo vai fazer um esforço no sentido de que este Plano seja cumprido em 1984, não tenho dúvidas em dar o meu voto favorável.

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para?

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, eu peço a palavra para ratificar a intervenção da Sr^a Deputada.

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra, então, para um esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sim, se quiser.

Presidente: Sim, então tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): A figura jurídica de enquadramento será esse...

Presidente: O Sr. Deputado sabe isso.

O Orador: ...a figura técnica, eu chamar-lhe-ia outra.

Presidente: Está bem, mas vamos enquadrá-la. Tem a palavra.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi com extrema atenção a intervenção da Sr^a Deputada e foi com extremo agrado que me apercebi que as suas preocupações são, em certa medida, coincidentes com as minhas - não fossemos nós naturais e residentes na mesma ilha -.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral) e Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Deve ser bloco central.

O Orador: Não se trata, propriamente, de bloco central, Sr. Presidente do Governo Regional e Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Trata-se, efectivamente, de sentir os problemas duma pequena comunidade...

Deputado Carlos César (PS): Do Grupo Central. (Risos)

O Orador: ...e, sentindo-os desta forma, por deputados de bancadas diferentes, penso, na minha maneira de ver, que é salutar, que não estamos aqui, pura e simplesmente, para nos digladiarmos por diferenças políticas mas sim, em determinado contexto, para defendermos a comunidade que representamos - ainda que por partidos diferentes -.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Concerteza. Eu nem sequer pus isso em causa.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Então, cala a boca. Cala a boca!

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Portanto, nesse contexto, diria

que um dos aspectos que a Sr^a Deputada acabou de abordar me é extremamente sensível e se ontem não o abordei foi porque, em determinado momento nesta Casa, já fui acusado de querer ser extremamente protector da velhice: se já seria eu um velho precoce?

Não; não sou. Não sou um jovem como aqui o meu camarada Carlos César...

(Risos)

O Orador: ...mas também não sou um velho precoce.

O que realmente eu sinto, tal qual a Sr^a Deputada também sente e, possivelmente, muito mais sensibilizada porque, efectivamente, tem e continua a desempenhar um papel importantíssimo - que eu não posso deixar de reconhecer nesta Câmara - no contexto do Centro de Bem Estar da Ilha Graciosa, concordando com ela quando diz, é que não é, efectivamente, o Centro de Bem Estar que existe que serve as necessidades da nossa ilha - que nós muito bem as conhecemos.

Efectivamente, quando a Sr^a Deputada diz que o Plano de Médio Prazo já continha uma verba de x, o Plano de 83 continha uma verba de y, ela tem vindo a decrescer sucessivamente e, neste momento, o de 84 contempla-a com 7.000 contos e até hoje nada foi feito. A minha interrogação é esta:

- Efectivamente as intenções estão consagradas. As execuções não aparecem e o que eu fico, efectivamente, a aguardar é que passemos do plano das intenções para o plano das execuções.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenientes, dou a palavra agora, para uma intervenção, à Sr^a Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É difícil, é desgastante e é até fastidioso vir assistindo, ano após ano, ao desfilar de um rosário de boas intenções, exuberantemente e até pomposamente enunciadas e sem uma correspondência razoavelmente aceitável nos programas de acção e projectos que os integram. E este juízo tanto se aplica ao Plano a Médio Prazo, como aos Planos anuais e seus anexos, ressaltando-se tão somente uma melhoria técnica natural, fruto da experiência e da colaboração dos técnicos adstritos à elaboração daqueles documentos.

O juízo a que atrás me referi é de outra natureza: é um juízo de valor intrínseco, um juízo político e até de pura lógica.

Nas "Grandes Opções do Plano" para 1984 parece dar-se um certo relevo aos sectores produtivos onde repetidamente se fala de apoios, incentivos a, implementação de medidas para ou estudo de medidas tendentes a, definição de acções, prosseguir diligências com vista

a, etc., etc.. Com que objectivo? Os Srs. Secretários Regionais, nos esclarecimentos já prestados, não foram, porque não podiam ir, ao fundo da questão.

Com que objectivo, repito! Dir-me-ão: com o objetivo do desenvolvimento económico regional posto ao serviço do Homem. Seria óptimo e estamos de acordo...

Analizamos, porém, como são vertidas para o plano da realização prática as duas componentes desse objectivo tão enfaticamente já produzido nesta Casa ao longo destes **longos** anos e destes longos dias no discurso governamental.

Para o Governo Regional em que se traduz o tão apregoado desenvolvimento regional? Nunca fomos agraciados com a definição clara, sem dubiezas, nem sequer fomos agraciados com qualquer definição do modelo de desenvolvimento económico que o Governo pretenda implementar e realizar nesta Região. Por outro lado, quer dos programas quer dos projectos que os integram, não resulta, invertendo embora a ordem das coisas, qualquer evidência sobre o modelo de desenvolvimento económico regional, próprio, ou alheio, ou adaptado, o que quer que seja, enfim. Se porventura existisse seria, pelo menos, original: sem princípio, nem meio, nem fim, diáfano, inconsistente, em suma, ao sabor das ondas e do calendário eleitoral...

Toda a acção política pressupõe a inventariação e análise dos meios existentes: físicos, técnicos e humanos, e a criação dos inexistentes com vista à implementação e consecução de um modelo de desenvolvimento económico e social que se pensou, delineou e definiu previamente.

Construir estruturas físicas como aeroportos e portos é sempre útil e as mais das vezes necessários. Que política de transportes, porém, ao serviço do desenvolvimento económico e social da Região presidiu à implementação dessas infraestruturas? Política de transportes posta, ela própria, ao serviço e em conjugação com as demais políticas sectoriais consequentes para atingir o objectivo consubstanciado no modelo de desenvolvimento económico-social que à partida deveria informar todas elas?

Que dizer da agricultura e pescas? Já muito se disse até, mas... Onde o ordenamento físico do território, onde a análise e classificação dos terrenos, onde, para cada cultura, definido o dimensionamento mínimo e máximo, onde, as medidas de racionalização das infraestruturas fundiárias, onde, para sintetizar, a política agrária a prosseguir em cada ilha tendo em vista todos aqueles factores e a sua complementariedade relativamente às restantes? Não estou, aliás, a ser original: em todos os encontros já realizados pelos técnicos agrários nesta Região sobressai

esta mesma preocupação - a inexistência de uma política agrícola global. O que se quer para esta Região? Há experiências e experimentações adentro das áreas sob jurisdição dos serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e há incentivos, apoios, estudos mas, todos eles dependentes das opções individuais conservadoras, anquilosadas e, as mais das vezes gananciosamente imediatistas. Há que mudar as mentalidades sem as violentar: há que pôr os apoios, incentivos e estudos ao alcance e ao serviço daqueles e só daqueles que queiram cooperar nessa política de desenvolvimento agrícola, o que significa ter de assegurar o uso e a gestão racionais dos solos e de outros recursos naturais e a aplicação racional dos dinheiros públicos. Tudo isto pressupõe a definição prévia da tal política agrícola global **que não há**.

Quanto às pescas há estudos e há experiências, mas que política? Que dimensionamento e qual a proporção entre a pesca artesanal e a industrial e dentro dessa proporção que espécies deverão caber a cada qual? Abastecimento imediato das populações quanto à primeira e fornecimento de matéria prima à indústria transformadora regional ou externa quanto à segunda? Que se tem feito, concretamente, neste domínio?

O esforço feito pelo Governo Regional no domínio da formação profissional dos futuros pescadores é decerto louvável. Mas basta saberem pescar segundo as técnicas modernas, de acordo com o tipo de pesca a que se venham a dedicar e usando a moderna tecnologia, quando se descure a sua promoção cultural, permanecendo os nossos jovens pescadores socialmente diminuídos e até desprezados?

É do conhecimento geral que a classe piscatória tem sido menosprezada através dos tempos, a essa actividade se dedicando, como último recurso, quem mais nada sabia ou podia fazer e não possuía um palmo de terra seu. Todo o esforço até de profissionalização é fracamente compensador, tendo em vista que a maior parte dos pescadores é analfabeta e se, na formação de novos pescadores, não for levada em conta a exigência, pelo menos, da escolaridade obrigatória, diria mais, agora e já, do nono ano unificado, não serão os nossos jovens aliciados a abraçar essa profissão. E constata-se o seguinte: nem os pais, pescadores que sejam, entusiasmam os filhos a segui-la, marcados pelo ostracismo social a que a classe é votada. Há que dignificar o pescador como pessoa, como homem, dando-lhe uma equivalência social a qualquer outra pessoa cuja profissão exija o mesmo grau de instrução e especialização.

É neste campo do humano, do cultural e do social, que não pode divorciar-se das realiza-

ções materiais sob pena de transformarmos a nossa gente em "robôs" produtivos, uns, e em consumidores vorazes, outros, que se evidenciam grandes contradições, melhor, a ausência de verdade e o sem sentido da política governamental que diz posta ao serviço do Homem e que o subalterniza na prática, pensando-o tão somente ou predominantemente como agente económico.

Por outro lado, e em consequência, esmera-se este Governo Regional no **ter**, subalternizando e até ignorando o **ser**. Secundariza a satisfação das necessidades essenciais do Homem sacrificando-as aos índices externos de uma provinciana sumptuosidade. Parece esforçar-se, em primeira mão, por deslumbrar e imortalizar-se, obsecado por um "fontismo" delirante que se traduz em obras ostentatórias e faraónicas num indisfarçável desejo de se auto-glorificar.

A par de um porto oceânico, faz emergir a necessidade da construção, neste Arquipélago de nove ilhas, de um outro aeroporto internacional que até, para não ficar atrás da grandiloquência oceânica, melhor soaria, nessa óptica, como astroporto ou porto interestelar... Só fazemos votos por que não se resolvam, esmagados sob o peso da grandeza que se atribuem, a construir as suas pirâmides tumulares... Por favor, não! Pirâmides, não, pelo menos aqui nestas ilhas.

A todos este senões junta-se a inverdade dos Projectos, porquanto é da experiência de todos nós a não concordância, umas vezes temporal outras vezes total, no que neles se diz e no que, por fim, se vem a executar.

Na verdade, a capacidade que tem o Governo Regional de efectuar transferências de verbas dentro da mesma Secretaria, ao sabor das suas próprias conveniências e até posso conceder, que necessidades, e sem autorização desta Assembleia, permite-lhe não só desvirtuar o Plano como os Programas e Projectos que os integram.

Exemplos flagrantes desta distorção são numerosíssimos e verificáveis. Acabou agora o meu camarada de bancada Carlos Mendonça de referir um, implícito na intervenção da Sr^a Deputada Adelaide Teles. Limitar-me-ei, porém, a focar os dois últimos mais flagrantes atentados ao princípio da verdade que deve presidir à elaboração de um Plano e Orçamento e sua correspondente execução altamente gravosos para as expectativas e condições de vida da gente de Santa Maria.

Refiro-me à construção do porto de Vila do Porto, atrasada de dois anos pelo que as inscrições orçamentais de 1982 e 1981 não foram gastas nesse Projecto que integrava os respectivos Programas de construções portuárias quando muito, no simples pagamento do projecto e nada mais.

Não posso também deixar de referir a "sebas-

tiânica" zona franca. Aí vem a "Zona Franca"! Criada que foi por diploma legal, pareceu o Governo Regional ficar satisfeito com o facto, como se um Decreto-Lei fosse uma varinha mágica que de, per si, tudo resolvesse. E não é duma mera regulamentação, concreta e adequada que fosse, que poderá também surgir uma Zona Franca. Nem os diplomas legais, por mais cuidados que sejam, originam qualquer produto acabado. A menos que tudo tenha tido como objectivo "amansar" os justos protestos dos marienses e dar-lhes um chupa-chupa auferindo o Governo deste modo uma cómoda moratória.

Não se pode ser tão ingénuo de modo a julgar-se que se pode enganar todo um Povo nem ab initio nem indefinidamente. E que se pode manter o doce engano com a atribuição de dez mil contos para uma terraplanagem numa zona recentemente delimitada. E com isso fazer surgir do nada uma Zona Franca! Mesmo que "terraplanada" já estivesse...

Embora não perita na matéria, mas parece que não estou sozinha neste campo, que fez o Governo, já não falando em urbanização e acessos, no sentido do estabelecimento de isenções fiscais e no domínio da livre circulação de capitais? Que esforços tem feito o Governo Regional no sentido de dar a conhecer, in loco, a industriais ou outros agentes económicos, a existência dessa Zona Franca, as facilidades que ela comporta e todos os demais factores de aliciamento, para a sua utilização? Será mais outro empreendimento "à covaneiro"?

Como se pode, pois, conferir ao Plano e ao Orçamento regionais, no passado e no presente, aquele crédito que nos deveriam merecer, como diplomas essenciais da acção de qualquer governo?

Sinceramente, já se não acredita no que lá vem: a qualquer momento, segundo as flutuações da vontade política e conveniências do Governo Regional se executa o que lá não conta, preterindo-se o que nesta Casa se havia aprovado e que lá constava.

Tenho dito.

(Bancada do PS: Muito bem!)

Presidente: Dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Fernando Dutra.

Convido o Sr. Deputado Manuel Valadão a ocupar o lugar de Secretário da Mesa, por indicação do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

Deputado Fernando Dutra (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Encontra-se esta Assembleia Regional a apreciar o Plano e Orçamento para o ano de 1984, último que faz parte do Plano a Médio Prazo que há três anos aqui foi aprovado.

Embora por todo o território nacional,

aquando da viragem política ocorrida há 8 anos atrás, existissem carências a todos os níveis, o certo é que nas ilhas, estas eram mais evidentes.

Foi com a descentralização do Poder e a consequente criação dos Órgãos de Governo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, **hoje Regiões Autónomas**, que as ilhas iniciaram uma nova etapa, cujo objectivo era possibilitar uma vida nova a todos os que nelas se deixassem ficar.

Foi assim, que a partir de 1976, como todos nos recordamos, que a Região Açores meteu mãos a esta obra que quase nem alicerces tinha, a não ser o **querer** e a **cultura** de um Povo que auspiciava uma vida que respeitasse as suas especiais características de ilhéus.

De então para cá temos assistido, ano após ano, à apreciação de Planos e Orçamentos virados para todo o tipo de investimentos nos sectores **sociais, produtivos, de infraestruturas económicas e de apoio** e, já nos últimos anos, a um novo sector de **investimentos inter-municipais**.

Se bem que nos primeiros anos a crítica a percentagens sectoriais de investimento fosse quase nula, nos últimos, tem surgido, principalmente da bancada da oposição, alguns reparos quanto ao dispêndio percentual nos sectores sociais. Tem sido um investimento importante e era indispensável.

Creio que ninguém ignora essa situação. No entanto, creio que fará bem a muita gente, recordar o que não existia nesta Região em 1976 e que hoje está bem patente aos olhos e ao conhecimento de todos.

Mas, dispenso-me de fazer essa retrospectiva geral já que, ao longo deste debate, outros o têm feito. Prefiro antes falar apenas num dos capítulos dos sectores sociais - a Segurança Social.

Como sabemos a Segurança Social aplica-se indiscriminadamente a todos. Nos nossos Planos essa acção tem-se feito incidir, quer colaborando com Instituições privadas de solidariedade social, quer na Família em particular ou na comunidade em geral, quer ainda financiando estruturas até ao nível das nossas aldeias.

Mas o objectivo da minha presença nesta tribuna não é também para dissertar nem dos investimentos que nesta área não constam do Plano e, muito menos, do que considero insuficiente dotação nalguns dos programas. Eu vim aqui Sr. Presidente e Srs. Deputados apenas para recordar os princípios da Segurança Social que, esses sim, têm constado ano após ano dos nossos Planos, já que os mesmos emanam do programa de um Governo Social Democrata.

Lá se diz que a Segurança Social visa reco-

nhecer a todos os cidadãos um direito garantido segundo princípios de universalidade, integralidade, solidariedade e uniformidade.

Esse direito está subdividido em várias áreas das quais subtraio a das **prestações pecuniárias** para sobre ela tecer algumas considerações.

Trata-se de área gerida por organismos com autonomia administrativa e financeira, que exercem a sua acção em duas direcções bem definidas:

- a **dos contribuintes** que devem com o produto das suas contribuições financiar o sistema; e

- a **dos beneficiários**, que são ao fim e ao cabo quase as mesmas pessoas que os contribuintes e que usufruem dos benefícios do sistema, os quais eu classifico em dois grupos:

- um primeiro no qual incluo o abono de família, os subsídios de nascimento, de aleitação, de casamento, de abonos complementares a deficientes, de funeral e ainda as pensões de velhice, de sobrevivência ou sociais;

- e um segundo - em que ressalta o subsídio de desemprego, o subsídio de doença, a pensão de invalidez e ainda os suplementos a grandes inválidos.

Só para elucidar esta Câmara permito-me enunciar alguns números:

- Em 1982 havia na Região 25.325 pensionistas, sendo 18.790 de velhice, 1.475 de sobrevivência e 5.060 de invalidez.

Se é certo e sabido que uma boa parte dos benefícios atribuídos são indiscutíveis, por mais que evidente o seu direito (refiro-me concretamente ao primeiro grupo) o mesmo já não se passará quanto ao segundo, ou sejam, os subsídios de desemprego e de doença e as pensões de invalidez.

Ao compararmos com outros países o nosso figurino da Segurança Social, constatamos que em termos de modalidades até somos ricos, o mesmo não sucedendo quanto à especificidade.

Enquanto que o montante de cada benefício em Portugal é de certo modo modesto, em alguns outros países, que sabemos, quando se fala de pensões, estas são normalmente suficientes para se viver dignamente. E porquê? Porque os cidadãos, enquanto contribuintes, contribuem efectivamente. Porque certamente não acontece como até há bem pouco tempo acontecia no nosso País e na nossa Região em que duma assentada se pagava uma insignificância de contribuições com efeitos retroactivos e sem mais qualquer penalização, de imediato se ficava a usufruir uma pensão, nalguns casos - diga-se - também insignificante.

O nosso sistema de Segurança Social na área das prestações pecuniárias, tem aumentado ano após ano e situa-se hoje ao mais alto nível

de cobrança do País.

É preciso é que cada vez mais quem deve contribuir que contribua e que só receba benefícios quem reunir com todo o rigor, as condições previstas na Lei para o efeito.

É necessário que montantes de alguns benefícios sejam revistos. Mas para isso, também é necessário que cada cidadão pense nessa situação enquanto pode e deve contribuir e não apenas quando está em vésperas de candidatar-se a um benefício.

É necessário que só seja considerado inválido ou grande inválido quem efectivamente o fôr.

Já é velho, neste País, o hábito de se moldar as leis a gosto.

Mas mais. E a situação na doença.

Será que os números que as estatísticas nos revelam neste capítulo são realmente verdadeiros? Ou não será que entre esse números há muita gente que sofisma estar doente?

E os subsídios de desemprego!

Aqui Sr. Presidente e Srs. Deputados é que a situação é por vezes ainda mais complicada.

Será que se deve considerar desempregado o indivíduo que em determinadas épocas do ano ultrapassa as suas possibilidades humanas de trabalho e que, para além das suas tarefas habituais, procura um trabalho para, extemporaneamente, ganhar mais algum?

Será que é desempregado um indivíduo que pela sua falta de aplicação contribuiu para que o seu contrato de trabalho não fosse renovado? Será ainda que é desempregado um indivíduo que nunca ou raramente tendo trabalhado por conta de outrem, persuadiu alguém que durante x meses lhe assinou uns impressos que no final o colocou numa aparente legal situação de desemprego?

Salvo para casos de primeiro emprego, será que são verdadeiros os números atirados para os documentos estatísticos?

Não, meus senhores. O que há, isso sim, é muita gente a procurar interpretar a lei à sua maneira.

E, como a riqueza da nossa língua, facilita, legalmente, diversas interpretações às leis, que prevalecem consoante a habilidade de cada qual, cá vão alguns, cantando e rindo, arrecadando importâncias - não importa que sejam pequenas, porque eles vão diligenciando mais a um trabalho ou rendimento pessoal - enquanto aqueles que se aproximam do fim da vida, se vêem impossibilitados de ver aumentados os benefícios a que têm direito.

Pois Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta irreal situação de desemprego custou na Região no último ano tanto como 72.963 contos.

Se quiséssemos prolongar este tipo de análise, concluiríamos também que uma **razoável percentagem** de pensionistas de invalidez usufruem

hoje esse benefício, com desrespeito pelos preceitos legais em vigor.

Poderíamos continuar, mas penso que não é necessário. O que será certamente necessário é que mais alguém fique reflectindo em toda esta problemática.

Alguns dirão que ainda há muito a fazer, muita melhoria a introduzir no sistema. Isso é verdade. Ontem, isso foi aqui lembrado pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais. Mas nós temos o esquema que até agora terá sido possível criar. E, quando o comparamos com outros países de grau de desenvolvimento semelhante ao nosso, ou mesmo mais desenvolvidos, não nos envergonhamos, não obstante os montantes de certos tipos de pensão ou de prestações familiares.

Para que o sistema consiga equilibrar-se é preciso usá-lo apenas para o fim para que foi criado, a fim de que um dia também possamos possibilitar aos utentes, prestações de acordo com a realidade do País ou da Região em que vivemos.

De contrário de nada servirá produzir-se mais legislação, porque haverá sempre alguém à espreita de ver onde falta uma vírgula para poder utilizá-la onde melhor lhe aprouver.

Tenho dito.

Presidente: Dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais do que justificar os Programas do Plano para 1984 importa analisar e meditar no impacto que as medidas de política económica terão no desenvolvimento dos Açores, e se elas seguem ou não as orientações expressas no Programa do Governo aprovado em 1980.

A conjuntura apresenta-se difícil, sentindo-se os seus efeitos a nível social, provocando uma desorientação prejudicial à serenidade e à coragem que são indispensáveis para encarar e debelar situações deste género.

As medidas de política económica apontadas pelo Governo serão só por si ineficazes se não forem assumidas pelos agentes a quem se dirigem, e se estes não demonstrarem a capacidade necessária para as aplicarem de forma ajustada aos nossos recursos, à nossa dimensão e ao mercado que visam atingir.

A estabilidade económica na Região depende em grande parte de factores internos, ou seja daquilo que cada um puder e quiser fazer de acordo com a obrigação que tem para com a sociedade, aproveitando criteriosamente os recursos a todos os níveis disponíveis.

A perda de privilégios outrora conseguidos

mediante o protecçãoismo feito a favor de alguns com prejuízo da maioria, trouxe à tona de água a mediocridade que existia, envolta em papel que não resistiu à mudança e provocou desespero, e despeito que se procura usar agora como arma de agressão que fere, mas não faz quebrar.

Houve quem usou e abusou dos recursos financeiros da comunidade, formando empresas e criando expectativas que não lograram, já que no dia seguinte ao início da actividade essas empresas já estavam de facto falidas.

É do domínio público que se criaram empresas que serviram apenas para alimentar outras, algumas delas fora do território da Região.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): A EDA, por exemplo!

O Orador: Não está neste caso, Sr. Deputado.

Compararam-se quotas de sociedades à custa de capitais alheios, sem que a empresa fosse capaz de libertar meios suficientes para solver os compromissos.

Algumas aves de arribação usaram e abusaram das facilidades de uma época, e do modo próprio de estar de vida que caracteriza os açorianos.

Estes pseudo investidores devem ser responsabilizados e não podem ser tratados como gente de bem, encobrendo as mazelas próprias e envergonhando os verdadeiros empresários e investidores, a quem se tem de apoiar e homenagear por saberem resistir a esta fase difícil da conjuntura como o fizeram em 1975, por outras razões, mas sem menor risco de que agora.

Há que sanear o que é saneável, e há que deixar cair o que é irrecuperável.

Há que sanear a nível financeiro, mas há que o fazer também a nível de gestão, já que, nalguns casos, esta é a principal responsável pela dificuldade das empresas.

Esta posição é dolorosa mas tem de ser assumida com coragem e determinação, pesem embora os reflexos negativos que ela encerra para quem a tiver que tomar.

Por diversas vezes e formas alertou-se para estes males, sobretudo desta tribuna, cumprindo o Governo sobre esta matéria o que era da sua responsabilidade.

Aprovou esta Assembleia, em 1982, um diploma que, limitado temporalmente, procurou diagnosticar a situação empresarial da Região e estabelecer medidas de apoio ao saneamento das mesmas. Foi uma medida de política importante que vai começar a produzir os seus efeitos, embora a dispersão dos credores e o modo de funcionamento do sistema de crédito prejudicasse a celeridade requerida no tratamento dos processos, embora o Governo não fique à espera da conclusão de todos os processos para sobre ela decidir, e fá-lo -á caso a caso se for necessário. Sendo uma medida de carácter excepcional, para obviar à situação

difícil em que se colocaram várias empresas, por razões alheias ao Governo; mas que mostram ou mostraram conter virtualidades que permitem a sua recuperação, foi acompanhada pelos programas de formação de quadros superiores e médios das empresas, cursos que vão agora passar a uma fase mais profunda e prolongada, com o respectivo acompanhamento profissional.

E que, o desafio que o futuro nos lança só será vencido se o elemento humano estiver preparado e disposto a ele corresponder, com a capacidade cultural indispensável para enfrentar o trabalho com energia e inteligência, resistindo ao desencantamento e à monotonia tão característica do ilhéu.

É necessário prosseguir o esforço de motivar o investidor, mas é também necessário aproveitar cabalmente a estrutura produtiva açoriana de modo a rentabilizá-la e evitar o sobreinvestimento que implicará o agravamento do custo dos produtos com as consequências que conhecemos.

Por isso, aparece como prioritário o saneamento do que é saneável, a optimização do parque industrial, a instalação de novas unidades, que aproveitando os recursos naturais existentes substituem importações e aumentem as exportações.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Que são poucas!

O Orador: É dentro deste cenário que os programas de apoio à indústria contidos no Plano para 1984 se irão desenvolver, de acordo aliás com a legislação que oportunamente esta Câmara aprovou, e que tanto podem ser utilizados pelas empresas como pelas cooperativas de produção.

O Governo não discrimina as indústrias pela sua localização para os apoios a prestar.

Refiro-me concretamente ao caso da ALA, levantado por um Sr. Deputado nesta Câmara.

Se não há na Terceira quem se queira dedicar à apanha das algas, e se a empresa não propôs meios alternativos, não é certamente o Governo que vai fazer, nem vai dizer à ALA o que deve esta propor.

E permitem-me que refira aqui, que só faltava agora que também um estrangeiro residente nos Açores viesse lançar o anátema do divisionismo, comparando empresas localizadas em S. Miguel e Terceira e tirando ilações sobre pretensos apoios diferenciados que da minha parte desconheço.

(Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Estão criados os instrumentos legais para apoiar o investimento. Que o saibam utilizar e rentabilizar quem para o efeito a eles se candidatar.

Não compete ao Governo transformar-se em empresário, e as provas dadas pelo Estado neste campo são suficientes para justificar a afirmação que faço.

Que se não queira nem peça o impossível, porque nem a máquina administrativa pode responder, nem é vocação do Governo substituir-se à iniciativa privada.

Outrossim, compete oferecer meios que apoiem e tornem menos oneroso o investimento, aproveitando estruturas comuns, que utilizadas por várias entidades melhor rentabilizará o empreendimento.

É aqui que entra o apoio que futuramente será prestado através dos parques e zonas industriais, envolvendo nestas últimas as autarquias como entidades interessadas também em desenvolver o concelho da sua própria jurisdição.

Como ainda o Governo com o impacto que na economia de Santa Marias possa ter a Zona Franca, Zona Franca que está já delimitada e com os levantamentos topográficos em curso para a elaboração do projecto de terraplanagens e infraestruturas, porque, embora parecendo uma área plana, é necessário proceder a terraplanagens. Depois seguir-se-á o trabalho de marketing, já que será necessário "vender a Zona", através da publicidade, embora, neste momento, já se tenha feito algumas coisas sobre a matéria e tenham aparecido algumas cartas de intenção, mas que disso não passaram, porque aguarda-se, de facto, que as infraestruturas possam permitir a instalação dessas indústrias.

O ordenamento espacial dos parques industriais, este ano aprovado em Decreto Legislativo, vai ser um indicador importante para o empresário porque permitirá facilmente avaliar do potencial instalado e do mercado que lhe resta, evitando a duplicação do investimento.

O enquadramento industrial, exige regras que, baseadas na liberdade dos cidadãos deve respeitar o direito que assiste à opção de cada um, sem comprometer a defesa do interesse geral, assente na qualidade dos produtos que se comercializam e nos preços que se oferecem.

A fixação dos requisitos necessários para o exercício de certas actividades, completará o leque de normas, que achamos necessárias para uma opção consciente da iniciativa privada.

A fiscalização da qualidade dos produtos, será reforçada já que a nossa dimensão impõe que a penetração no mercado se faça através dela. Para isso, é necessário que haja por parte dos industriais, vontade em constituírem associações ou federações onde facilmente se possa controlar a qualidade, reduzir custos e diminuir circuitos dispendiosos. Não se trata de qualquer inovação, mas tão só de seguir o exemplo do que de bom se faz em países que por essa via ultrapassaram problemas que hoje se colocam nos Açores.

Acabou-se o período do individualismo, e, ou se assumem as mudanças estruturais que

importa fazer, e que têm de partir da iniciativa privada, ou estaremos condenados eternamente ao improviso, ao sabor das marés, à espera das intervenções messiânicas, vivendo permanentemente no provisório.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Isso é só bocas!

Deputado Vasco Garcia (PSD): É como as suas!

O Orador: Agradecia que o Sr. Deputado, quando tivesse alguma pergunta concreta para fazer, sem mandar bocas, depois a fizesse no fim da intervenção.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): O Sr. mandou-as ontem. Por que é que eu não as hei-de mandar?

O Orador: A si, creio que não.

Presidente: Acabemos com o diálogo, se fazem o favor. O Sr. Secretário faz favor de prosseguir.

O Orador: Prevê o Plano para 1984, como dizia, e depois da diatribe do Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, um programa de apoio ao fomento industrial que terá ainda como objectivo além de outras acções, a de proporcionar ao potencial investidor o financiamento de projectos e estudos de mercado que, pela natureza do investimento envolva grande risco.

Espero que o plano sectorial da indústria, que será posto brevemente à discussão e apreciação de quantos estão envolvidos neste sector, passe a servir de guia e de orientação, para quem tenha de tomar uma opção nesta matéria.

Nele se detectam os estrangulamentos existentes, a forma de os ultrapassar, as áreas que estão saturadas ou em vias disso, e aquelas onde se pode investir.

Apontam-se os apoios oficiais existentes e deixa-se em aberto o que compete à iniciativa privada fazer, para que, depois da discussão possa tal documento ser completado, para que, participado por quem dele se interessa, o possa aceitar como seu próprio instrumento de trabalho.

Numa Região como a nossa, o artesanato releva a sua importância e, pela sua qualidade, e pelo mercado de que dispõe e a mão de obra que emprega é uma área onde se continuará a investir proporcionando os apoios legalmente criados e promovendo mostras através de Feiras, de modo a motivar a juventude para uma tarefa tão nobre como outras e indispensável para a nossa afirmação cultural.

Consciente do papel que a indústria representa no contexto económico, o Governo prosseguirá a orientação de um apoio firme ao investimento que se apresente viável, quer sob o ponto de vista financeiro quer sob o ponto de vista de gestão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permitiu o Plano a Médio Prazo, esquematizar a elaboração de um conjunto de legislação de apoio a ilhas, onde a dimensão geográfica e a fraca densidade populacional eram factores impeditivos à criação e dinamização de pequenas indústrias e de estruturas comerciais. Foi este um programa em que se pôs grande empenhamento, e felizmente que começa a produzir efeitos. Estou certo, que a par das acções tomadas e a par do esforço da iniciativa local, progressivamente irão desaparecer as carências cíclicas tão sentidas nalgumas ilhas.

Os stocks de segurança para os géneros alimentares estão a tornar-se num êxito, e a afluência verificada este ano por parte dos comerciantes triplicou em relação ao ano anterior. Posso apresentar-lhe depois os números, se o Sr. Deputado quiser, para conferir e para ficar na sua documentação.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Está a falar só para mim próprio?

O Orador: Diga, Sr. Deputado.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Parece que está a falar só para mim e não para os outros deputados.

O Orador: Não, é que o Sr. é que está a dirigir-se, interruptamente, a quem está a usar da palavra. Não... não estou a olhar para si, nem podia sequer!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Dá a impressão!

O Orador: O apoio financeiro ao comércio rural está a ser procurado pelos comerciantes. Será, certamente, o suporte ideal para manter viva a estrutura comercial rural, com as condições de salubridade e qualidade que a vida moderna exige.

O desafio oportunamente lançado pelo Governo no sentido de fazer crescer as exportações e aumentar a taxa de cobertura produziu efeitos positivos, já que em 31/10/83 as importações licenciadas atingiram 3.881.698 contos, e as exportações 1.499.974 contos o que representa uma taxa de cobertura de 39%, contra 28% verificada no mesmo período do ano passado.

As importações são um factor importante do aumento dos preços de certos produtos, quer por via directa ou indirecta, e apesar do esforço de contenção, não se pode deixar de repercutir nos produtos finais, e consequentemente no consumidor.

O decréscimo do consumo de alguns bens de primeira necessidade é um facto, e deve servir de sinal ao comércio, levando-o a rever alguns circuitos e exigir melhor trabalho daqueles que têm de neles intervir obrigatoriamente, como sejam transportes, descargas, manuseamento e outros, de modo a evitar que o produto seja

desnecessariamente onerado.

Prosseguir-se-á o esforço na promoção das exportações, pois sem se exportar não se pode importar.

É necessário assegurar mercados através da qualidade e da regularidade mesmo que isso porventura às vezes signifique momentaneamente ganhar menos.

Também nesta área, o exportador tem definidos pelo Governo os mercados prioritários e os produtos exportáveis, além de ter assegurados incentivos financeiros à execução de certas acções promocionais que sendo do interesse geral carecem de apoio oficial de modo a estimular o exportador e a tornar o produto competitivo.

Sendo a indústria e o comércio sectores dependentes essencialmente da capacidade e vontade individual, outros há que o não são, e recaem exclusivamente no sector público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cabe nesta Câmara, e perante os legítimos representantes do povo açoriano trazer a claro a situação do sector energético da Região, para que possa cada um fazer o seu juízo e avaliar da justeza das críticas que, os ignorantes na matéria, sábios na intriga, no boato, e experimentados na análise superficial das coisas sérias, permanentemente trazem à luz do dia.

Não é possível a quem trabalha e está empenhado em levar por diante as tarefas que lhe estão confiadas, vir a público permanentemente esclarecer situações levantadas por quem para o efeito dispõe de tempo, e que em vez de o bem aplicar em proveito da sociedade, prefere, quantas vezes, por questões meramente de índole pessoal, levantar suspeitas, e lançar confusões.

Quem o faz, sabe porque o faz, e está ciente, estou certo, que esta é a única arma que pode utilizar para impedir o desenvolvimento normal das tarefas em que cada responsável está deveras empenhado.

Mas, podem estar certos que atitudes como as que descrevi foram outrora, e hão-de continuar a ser, justo motivo para cada um continuar a dar o seu melhor, e redobrar o seu trabalho.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a energia é fundamental para a economia, é um dos pilares do seu desenvolvimento. Dela se fala não porque exista, mas quando falta e é servida em condições menos boas, ignora-se quase sempre o custo do investimento, os estrangulamentos financeiros da empresa, o estado deplorável em que se encontrava e ainda se encontra o nosso sistema eléctrico, com insuficiências no sistema electro-produtor, manutenções imperfeitas e quantas delas feitas a destempo.

As redes não comportam as exigências do consumo porque estão velhas e inadequadas.

São males que vêm de há muito, herdados pela EDA, plenamente assumidos, mas sem culpa da herança deixada.

O investimento do sector eléctrico é, como se sabe, um investimento de capital intensivo, sujeito às flutuações cambiais e à crescente desvalorização do escudo. Basta referir que hoje a instalação de 1 mw ascende a 100 mil contos e o combustível é um factor determinante no preço do kw.

A electricidade está cara, o seu preço é já muitíssimo grande, mas insuficiente para fazer face aos custos do produto final.

Actualmente, produzir um kw de energia custa 13\$60, e o público paga à volta de 11\$00, entrando o Governo anualmente com uma comparticipação que, no próximo ano, é de 369 mil contos.

Parecendo um sector pacífico, a energia é uma das grandes preocupações do Governo, requerendo uma gestão cuidada dos investimentos, de modo a evitar roturas no sistema electro-produtor, mas também de modo a compatibilizar os investimentos de ponta que se podem sobrepor.

Foi ciente da importância da energia no nosso arquipélago e da necessidade de evitar o colapso deste sector nalgumas ilhas da Região que se decidiu avançar com a criação da EDA, cujo diploma esta Assembleia oportunamente aprovou.

A criação de uma empresa regional, concessionária em exclusivo da produção, transporte e distribuição de electricidade, na Região, teve por objectivo conferir à rede eléctrica dos Açores as características e a fiabilidade que a capacitassem para poder desempenhar o seu papel de infraestrutura fundamental no projecto de desenvolvimento dos Açores, ultrapassando assim o conceito de que uma rede eléctrica poderia ser apenas um conjunto heterogéneo de redes rurais e redes urbanas para a produção de luz eléctrica, para a situar no contexto do problema energético duma Região, que é hoje considerado um problema básico de desenvolvimento dos povos, como atrás já referi.

Considerando este conceito básico e analisando com realismo a situação da rede eléctrica regional que a EDA incorporou, poderá dizer-se que, desde a sua criação, a empresa foi colocada numa posição que não admite adiamentos de certas decisões que implicavam investimentos de vulto, sem correr-se o sério risco de se ficar às escuras em muitas partes da nossa Região que viriam adicionar-se aquelas zonas negras que, infelizmente, ainda existem em muitos lugares destas ilhas, onde a electricidade ainda não chegou.

Um cuidado planeamento de acções técnicas

e de apoios financeiros foi atempadamente preparado e proposto ao Governo, com o qual se assinou um contrato-programa, cujo cumprimento bilateral garante o desenvolvimento ordenado do sector e o equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Foi, previamente feito o levantamento da situação real, a partir do qual se equacionaram as acções a desenvolver, a curto e a médio prazo, para se suprirem as carências mais imediatas e, ao mesmo tempo, se ir recuperando progressivamente do atraso a que se chegou no sector energético regional que, mercê de circunstancialismos vários e de muitas medidas inadequadas, tomadas quase sempre de emergência, o deixara numa situação profundamente degradada.

A saída ordenada desta situação, exigia, não só um apetrechamento adequado de quadros técnicos, como também um atempado financiamento de investimentos, programados no primeiro plano de actividades, acções que, aliás, estavam garantidas no contrato-programa assinado entre a EDA e o Governo.

Razões conjunturais decorrentes da situação de crise que se avolumou no País e também atingiu a Região, deram lugar a que faltassem, logo no primeiro ano de actividade da empresa, mais de 260 mil contos dos financiamentos previstos, do que decorreu um agravamento da situação, já de si tão degradada, que não se compadecia com quaisquer adiamentos.

A EDA tem 23 meses de vida, ou seja 1 ano e 11 meses, e exige-se desta estrutura milagres, como se ela tivesse muitos anos de existência.

Convém aqui referir, e de forma embora reduzida, a situação herdada pela EDA em Janeiro de 1982, altura em que se processou a integração dos serviços eléctricos das Câmaras e dos Serviços Municipalizados na empresa era a seguinte:

- Em termos de centros de produção:

A partida este sistema era já insuficiente em algumas ilhas, nomeadamente na Terceira, onde já se tinha de recorrer a uma programação de cortes. Em S. Jorge, onde o sistema produtor era quase artesanal na central de Velas, e, embora existisse uma central melhor apetrechada na Calheta, não havia interligação nas redes que permitisse um mútuo apoio das mesmas. No Pico estava-se da dependência de pequenos centros produtores de fraca potência, tresmalhados por vários locais da ilha e isolados entre si, encontrando-se também inoperante o sistema de ligação por cabo submarino entre Faial e o Pico. A tomada de medidas para a sua recuperação dada a indefinição das responsabilidades deste cabo, bem como da inexistência de meios financeiros por parte da Câmara Municipal da Horta para a fazer, adiou o problema da resolução do cabo submarino. Em Ponta Delgada, estava-se a atingir

os limites da possibilidade de satisfazer as pontas e na eminência de cortes, no caso de avaria de algum grupo, ou mesmo nas necessidades inadiáveis da manutenção dos grupos geradores.

A agravar este estado de coisas, verificou-se em 82 uma avaria no grupo da central de S. Jorge que teve como consequência uma interrupção de fornecimento no Concelho das Velas, durante cerca de 12 dias.

Na Terceira, quando a EDA tomou conta dos serviços, a situação era de autêntica rotura.

O sistema produtor estava pouco cuidado quanto à sua conservação, e não havia as revisões periódicas necessárias ao bom funcionamento do equipamento.

Dois dos grupos que deveriam ter sido revistos às 12.000 horas de funcionamento, estavam já, um deles com 50.000 horas e outro com 40.000 horas, o que provocou logo a seguir avarias, iniciando-se o rosário das interrupções.

Não havia stocks de peças e houve que recorrer a peças do grupo que já havia sido adquirido para a nova central pelos serviços municipalizados de Angra do Heroísmo, mas que se encontrava encaixotado à espera da construção da central, obra a que a EDA deu imediata prioridade em 1982.

Em vez de se reconhecer o estado em que o sector se encontrava, e tomar consciência que a situação era desesperada desde há muito, mas encoberta por uma espécie de compadrio, o que se fez foi uma campanha demolidora contra a EDA, acusando-a de tudo, incluindo o male ou os males herdados pela empresa e não assumidos por quem de direito, como prova da honestidade com que se têm de tratar as questões públicas mesmo com riscos políticos.

Sabia muito bem o Presidente da Câmara de então, do estado deplorável em que os serviços se encontravam e chegou mesmo a levantar a ponta do véu, mas não foi mais longe pelo fogo que do então Presidente do Município da Praia lhe foi lançado.

Relativamente à Ponta Delgada, constatou-se que o rendimento de alguns grupos se situava bastante abaixo das garantias dadas pelo fabricante, sendo necessário proceder a obras e reparações que permitissem retomar o rendimento nominal.

Esta a situação herdada, quanto ao sistema produtor, a qual urgia debelar a muito curto prazo, o que implicava disponibilidades financeiras inexistentes porque algumas delas, a maior parte, não estavam programadas.

- Nas redes de distribuição:

Se exceptuarmos as redes do Faial, a rede subterrânea de Ponta Delgada e uma parte da rede de S. Jorge, poderemos dizer que todas as restantes redes se encontram em estado muito

precário. Bastará lembrar o sismo do 1º de Janeiro de 80, para se dar conta do estado calamitoso das redes da Ilha Terceira.

Em S. Miguel, o que se passa quanto à qualidade de energia fornecida à Ribeira Grande, Povoação, Furnas, Rabo de Peixe, Nordeste, ilustra suficientemente o estado de mediocridade do sistema de distribuição.

- Na electrificação rural:

Receberam-se muitas zonas escuras onde a energia ainda não chegou e, de entre as que já a possuíam, muitas há, que nada mais são do que redes artesanais com produção imprópria e estabelecimento também inadequado. No Pico e em S. Jorge, o sistema funciona muito deficitário, à custa de pequenos grupos dispersos e isolados entre si, e, por isso, em 82, se fez um esforço no sentido de debelar este facto, procurando construir 65,7 km de redes de baixa e alta tensão, e arrancando com a construção da nova central de S. Jorge e projectando a nova central do Pico.

A situação financeira herdada pela integração, responsabilizou a empresa em vultuosos compromissos transitados da Empresa Insular de Electricidade, das Câmaras e dos Serviços Municipalizados, que atingiram um montante superior a 1 milhão e 600.000 contos, isto sem contar com a dívida dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo à Base Aérea Americana, proveniente de combustíveis vendidos por esta para os Serviços Municipalizados e que com a valorização do dólar relativamente ao escudo, resultou que o montante tenha atingido os 400.000 contos.

Por outro lado, a falta atempada na obtenção dos financiamentos previstos no programa de 82, obrigou a empresa a empréstimos intercalares, não previstos no seu planeamento financeiro, prejudicando o equilíbrio financeiro e agravando o seu endividamento.

Os serviços da EDA, com excepção do que se refere ao Faial, deixaram muito a desejar. Alguns estavam praticamente inoperantes, como era o caso de S. Jorge e da Graciosa, e, de certo modo os da Terceira, dado que na parte dos administrativos, só transitaram para a Empresa de Electricidade dos Açores os mais novos ou menos preparados, ou melhor, aqueles que à Câmara menos falta fizessem nos Serviços Municipalizados de abastecimento de água que continuaram à sua responsabilidade.

Foi "parto" muito difícil a inventariação dos bens e dos materiais, trabalho que acabou por ter que ser feito por pessoal admitido para a estrutura central da EDA com excepção do que se refere ao Faial, que também nesta matéria, tinha a "casa arrumada". "Monos", inexistência de qualquer gestão de stocks de qualquer

normalização de materiais e até a venda de material ao público, feita pelos armazéns dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e segundo informação da EDA, de tudo isto se encontrou um pouco.

Pôr em ordem o "puzzle" que constitui a EDA com todas as suas partes integrantes, não tem sido tarefa fácil mas, mesmo assim, muito grande tem sido o esforço feito para debelar as dificuldades de uma situação degradada, nas condições difíceis de crise em que hoje se vive.

Ordenar o que estava desordenado, enquadrar pessoal habituado a diferentes sistemas de disciplina de trabalho, normalizar os tipos de materiais mais adequados às necessidades das redes, hierarquizar as prioridades das acções a desenvolver para suprir as carências existentes que, a manterem-se, conduziram a situações de rotura no fornecimento de energia, tem sido, como se disse, uma tarefa árdua, que embora tenha a maior compreensão e empenhamento da grande maioria do pessoal que trabalha na EDA, não mereceu a mesma compreensão por parte de alguns sectores, incluindo os que têm também a responsabilidade de informar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As tarefas que se colocam ao sector energético são gigantescas, e apesar da situação descrita, é necessário ganhar coragem para o futuro.

A procura de electricidade na Região vai continuar a um ritmo crescente, exigindo vultuosos financiamentos, sem o que caminharemos para uma situação de estagnação e conseqüente colapso a médio prazo.

Neste sentido a EDA apresenta para 1984 um plano de investimentos que ascende a 1.180 mil contos, dos quais se pode salientar, para os centros produtores:

- Para S. Miguel, 424.000;
- Para a Terceira, 194.000;
- Para S. Jorge, 43.000;
- Para o Pico, 166.000;
- Para o Faial, 6.500;
- Não desagregados, 64.000.

Para transporte e distribuição:

- Santa Maria, 4.000;
- S. Miguel, 24.000;
- Terceira, 37.000;
- Graciosa, 1.200;
- S. Jorge, 5.000;
- Pico, 11.000;
- Faial, 6.000.

Para a electrificação rural:

- Santa Maria, 16.000;
- S. Miguel, 23.000;
- Terceira, 34.000;
- Graciosa, 12.000;
- S. Jorge, 16.000;

- Pico, 32.000;
- Faial, 4.000.

Presidente: Sr. Secretário, permita que interrompa. O seu tempo está a chegar ao fim. Tem mais um minuto.

O Orador: Vou procurar terminar, Sr. Presidente.

Deputado Carlos César (PS): Vai ter oportunidade...

O Orador: Diga Sr. Presidente... Sr. Deputado...

Deputado Carlos César (PS): Não... ainda não o sou. Vai ter oportunidade. Deve continuar se o entender.

O Orador: Concerteza, terei muito gosto.

Presidente: O Sr. Secretário tem, como todos os Srs. Deputados, direito a uma segunda intervenção. Portanto, penso que será a melhor forma de tratarmos estas questões.

O Orador: Penso que as questões que estão aqui ainda pendentes são de molde a permitir... o quê?

Deputado Roberto Amaral (PS): Utilize agora os 10 minutos já, da segunda intervenção.

O Orador: Ah, se o Sr. Presidente me autoriza que utilize os 10 minutos da segunda intervenção...

Presidente: O Regimento não prevê.

O Orador: Mas também não proíbe, não é?

Presidente: Ponho isto à consideração do Plenário. É um precedente, penso eu, que nunca foi utilizado.

Deputado Roberto Amaral (PS): Já foi sim!

Presidente: Pedia a atenção dos Srs. Deputados. Se o Plenário não vê inconveniente, o Sr. Secretário Regional tem mais 10 minutos para a segunda intervenção. O silêncio é concordante, portanto o Sr. Secretário tem mais 10 minutos. É a sua segunda intervenção.

O Orador: Vou procurar não utilizá-los, Sr. Presidente.

Mas, vou descrever e penso que é importante, estes investimentos, que há pouco enunciei.

Para Santa Maria:

Ao nível dos centros produtores o plano apenas contemplará algumas obras de beneficiação na actual central térmica. No transporte e distribuição, o lançamento da linha a 10 kv, Chã do João Tomé-Feteiras para permitir a construção de ramais das localidades a electrificar.

Na electrificação rural, a remodelação de parte da rede de Vila do Porto; conclusão das electrificações de Loural e Flor da Rosa; e primeira fase da electrificação das seguintes localidades:

Anjos, Fonte de Jordão, Boavista, Feteiras de Cima e de Baixo, Lagoinhas, Feteiras e Cruz de S. Mor e Azenha.

Para S. Miguel:

Ao nível dos centros produtores o plano, contempla o lançamento das empreitadas dos aproveitamentos hidroeléctricos do Canário e Foz da Ribeira Quente e ainda a prossecução dos estudos dos aproveitamentos da Fajã Redonda-Lombadas, Ribeira do Guilherme e Povoação/Faial da Terra. No que respeita a centrais térmicas, a construção de montagem do 2º grupo dos Foros e o lançamento da nova central térmica de Ponta Delgada.

No transporte e distribuição, além da remodelação e ampliação das redes de 10 kv e 30 kv, prevê-se, a conclusão da subestação provisória da Lagoa e do posto de seccionamento da Pranchinha. Na electrificação rural, prossecução da remodelação e ampliação das redes existentes nomeadamente nas zonas da Lagoa, Ribeira Grande e Nordeste.

Para a Terceira:

Ao nível dos centros produtores o plano contemplará a conclusão da 1ª fase da construção da nova central térmica com a montagem do 2º grupo de 3mw e com o início já e montagem do 3º grupo de 3 mw.

No transporte e distribuição, a conclusão da 1ª fase da rede subterrânea de Angra e adaptação da linha aérea de 6,6 kv para 15 kv, incluindo os respectivos postos de transformação.

Na electrificação rural, o prosseguimento da reconstrução das redes de baixa tensão nas zonas afectadas pelo sismo de 1980 e a remodelação de algumas redes dos Concelhos de Angra e Praia da Vitória além da continuação da substituição de lâmpadas incandescentes.

Convém aqui referir que o facto de não estar prevista para 1984 a construção da rede de alta tensão entre a Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, não implicará quaisquer cortes de electricidade, como agora até já se propala. Houve que estabelecer prioridades, e embora haja, sem a rede de alta tensão menos fiabilidade da mesma, optou-se por dotar a central da Praia com o 3º grupo em finais de 84, princípios de 85, em detrimento da rede de alta tensão que irá a seguir.

Para a Graciosa:

Além das beneficiações necessárias na central térmica existente e do início da remodelação da rede a kv, para 15 kv, prevê-se a conclusão da electrificação da ilha ao estender a rede às pequenas localidades que possuem na sua quase totalidade os postes já arvorados e o início da remodelação das redes de baixa tensão de Santa Cruz, Praia e Vitória, nomeadamente.

Para S. Jorge:

Nos centros produtores, prevê-se a conclusão da 1ª fase da nova central térmica com a montagem de dois grupos de 800 kva cada.

No transporte e distribuição, o início da linha nova central-Velas e o estudo da linha nova central-Calheta com o objectivo de conferir à rede uma melhor qualidade no fornecimento da energia ou seja, adaptar a rede existente para a dimensão da nova central.

Na electrificação rural, prevê-se a conclusão da electrificação da zona do Topo, remodelação das redes de Biscoitos e Calheta e início da remodelação das redes de Beira e Santo Amaro, nomeadamente.

Para o Pico:

Nos centros produtores, prevê-se a continuação dos estudos referentes ao aproveitamento hidroeléctrico do Paúl e o arranque das obras da nova central térmica do Pico.

No transporte e distribuição, o início da linha a 15 kv que permitirá fechar o anel pelo lado sul da ilha, além do estudo da nova linha S. Roque-Lages (na transversal).

Na electrificação rural, a conclusão das redes de baixa tensão abrangidas pela 1ª fase da electrificação do Pico nomeadamente, Ribeirinha, Lages, Terra Alta e Ribeira do Meio.

Para o Faial:

Nos centros produtores, a transferência dos grupos da central da Horta para a central de Santa Bárbara (dois de 800 kva).

No transporte e distribuição, a conclusão da interligação das saídas da nova central à rede de meia tensão existente e a remodelação de parte da rede de baixa tensão da Horta incluindo a montagem de um posto de transformação urbano de 315 kva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esforço de investimento necessário neste sector é enorme, e a empresa está sujeita às limitações de crédito, à entrega atempada do equipamento, e ao período necessário para concluir qualquer estrutura ou encomenda.

Não se enjeitam responsabilidades mas que se não exija o impossível.

O plano energético da Região assenta no desenvolvimento da energia térmica, na exploração dos flúidos geotérmicos e no aproveitamento dos recursos hídricos economicamente viáveis.

O projecto geotérmico, ultrapassada que está a fase de pesquisa e de investigação encontra-se pronto para passar à fase industrial. Para o efeito, têm sido desenvolvidos vários contactos com as entidades nele interessadas para apurar a forma de dar ao projecto, fazendo participar no seu desenvolvimento as entidades estrangeiras que forem escolhidas para prestar assistência.

O projecto é um projecto que envolve riscos, e bom seria que se não politizasse ou pessoalizasse um assunto tão sério como é o projecto geotérmico.

Os custos do investimento são elevados, e para a instalação de uma potência de 13+5 mw, é necessário um investimento de cerca de 5.4 milhões de contos, dependendo portanto o seu avanço dos meios financeiros disponíveis e das condições de financiamento que forem oferecidas para este projecto.

O projecto geotérmico aponta para o aproveitamento dos recursos existentes em S. Miguel e Terceira, como uma componente energética alternativa, e numa segunda fase, aproveitar-se-ão os recursos disponíveis no Faial.

O projecto é complexo, sobre ele há várias posições científicas e onde todos gostam de pontificar. É evidente que o Governo baseia-se nos estudos técnicos que lhe são presentes, e tem procurado testá-los com diversos especialistas internacionais que conosco têm colaborado.

Os trabalhos para 1984 estão dependentes, portanto, da aquiescência das entidades estrangeiras na participação de uma sociedade de economia mista, e no programa de financiamento externo que nos seja facultado.

Não é o projecto geotérmico um projecto de discussão pública, porquanto facilmente se cai no ridículo de pessoalizar questões, que sendo de ordem científica, caem no âmbito das relações pessoais.

O Governo tem todo o interesse e empenho em reduzir a sua dependência externa em termos energéticos e por isso aposta forte na geotermia.

É evidente que este projecto, embora caro, aliviara os estrangulamentos pontuais da EDA, que apesar das suas dificuldades financeiras, tem os compromissos com os fornecedores de combustíveis satisfeitos, dando, assim, resposta a uma pergunta que foi levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Talvez excessivamente longo na exposição que fiz, sobretudo no que respeita ao sector energético, não quis nem posso, numa área tão importante e sensível como é esta, deixar de, com verdade, como sempre se tem feito e deve continuar a fazer, expor a esta Câmara a real situação do sector.

Não são muitas as opções para dar resposta àquilo que inexoravelmente se exige ou exigirá do sector energético regional, se se quer, como entendo querer-se continuar a trabalhar na via do desenvolvimento. A minha resposta é só uma. É necessário investir. E terá, como contrapartida, de obter-se o sim ou não desta Assembleia, por via do aval que é preciso prestar.

De forma diferente, a corresponsabilização é palavra de ordem, que no caso energético funciona entre a Assembleia e o Governo e que no que se refere à indústria e ao comércio funciona

entre o Governo, os empresários e os trabalhadores em geral.

Que a corresponsabilização sirva de motivação suficiente para prosseguir as tarefas da reforma da nossa sociedade, debelando as dificuldades, criar uns Açores melhores, onde o individualismo, o derrotismo e o marasmo sejam substituídos pelo diálogo e cooperação que tudo ajudam a resolver.

Muito obrigado.

(Bancada do PSD e do Governo: Muito bem!)

(Palmas)

Presidente: Temos vários Srs. Deputados inscritos para pedirem esclarecimentos ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria.

Pela ordem de inscrição, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Na exposição do Sr. Secretário do Comércio e Indústria foi focado o cabo submarino de transporte de energia entre o Faial e Pico e vice-versa.

Foi dito que a resolução do problema estava adiada; que a falta de capacidade financeira da Câmara Municipal da Horta tinha contribuído também para isso; e, realmente, nós, embora não sendo técnicos na matéria, sempre duvidámos da eficiência deste cabo, atendendo às fortes correntes que existem no canal Pico/Faial, mas decerto que foram feitos estudos.

O cabo foi lançado. No entanto, passados poucos meses, deixou de funcionar.

Julgamos que os serviços da Câmara Municipal da Horta aderiram desde o início à EDA, portanto, aqui, a falta de capacidade financeira da Câmara Municipal da Horta deverá já não estar em causa porque penso que o problema se prende, neste momento, com a Empresa Pública de Electricidade dos Açores-EDA.

Como não vejo, no programa de investimentos da EDA, qualquer projecto conducente à recuperação do referido cabo, nem nos projectos do Governo, o que é normal uma vez que isso, evidentemente, competiria à EDA, eu perguntaria se foi apenas adiada a resolução do problema ou se, realmente, se pensa recuperar os milhares de contos que foram lançados ao mar.

Evidentemente que deveria ter sido exigida determinada garantia à firma que forneceu e colocou o cabo. O Sr. Secretário diz que não estão apuradas as responsabilidades. Perguntaria porque não estão apuradas essas responsabilidades e se não seria de pedi-las à firma que forneceu e, realmente, colocou o cabo - se já foram feitas algumas diligências nesse sentido.

É porque nós pensamos que é um investimento que poderia e deveria ter grandes resultados

- se eficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra, para pedir esclarecimentos, ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário do Comércio e Indústria:

Bem, já constitui, de facto, praxe, destas discussões sobre o Plano e Orçamento o tipo de discurso que acabamos de ouvir:

- Muito exímios no diagnóstico, pouco lesto nas soluções;

- Muito fáceis no elogio, tortuosos no reconhecimento e na assunção das responsabilidades e dos erros.

Bem, mas como é uma praxe - e nós estamos numa região onde as praxes são muito valorizadas - não criticamos, excessivamente, o Sr. Secretário por isso porque também não era o primeiro a fazê-lo.

Da sua intervenção suscitaram algumas questões, que não foram esclarecidas, no plano energético, alguns aspectos da indústria e em termos de comércio, onde foi quase omissa.

Pareceu-me que uma das questões principais, além duma exposição exaustiva sobre o subsector da electricidade e da EDA, o que já lhe é habitual de resto, era uma crítica ao comportamento da iniciativa privada.

Tem várias referências que também já são habituais. "Houve quem usasse e abusasse dos recursos financeiros da Região". Essa crítica tem um sentido duplo porque a iniciativa também acusa o Governo e a Secretaria do Comércio e Indústria desse mesmo objectivo.

Responsabilizou, ao mesmo tempo, a iniciativa privada - como se o Governo não existisse e como se nós existíssemos, do ponto de vista económico, num regime anarquista - pela estabilidade económica. "Haverá estabilidade económica e ela dependerá daquilo que cada um souber e quiser fazer". São as suas palavras.

Devo depreender - e aqui se coloca o ponto de interrogação - que o Sr. Secretário do Comércio e Indústria permanece, à semelhança dos anos anteriores, com uma profunda desconfiança na capacidade da iniciativa privada nos Açores e com a ideia de que ela não tem dado resposta aos incentivos e às soluções que o Governo coloca à disposição dela. A opinião, suponho que é sua.

Começando pelas questões respeitantes à energia, não percebi - porque, ultimamente, este Parlamento e, particularmente, na discussão deste Plano é pródigo em afirmações de carácter pessoal que não se descortinam à priori - a quem eram feitas as alusões sobre o levantamento de "suspeição, de calúnias e de boatos" no âmbito do projecto geotérmico em especial. Não sei

se isso era dedicado, ou não, a um dos articulistas que, ultimamente, mais se tem debruçado sobre a matéria: o Sr. Dr. Victor Hugo Forjaz?

Se era, resta-me descobrir - porque não o descobri através dos artigos dele - onde é que está "a suspeição, o boato e a calúnia"? Se for ele, era bom que o dissesse.

O Plano Geotérmico dos Açores tem envolvido uma importante componente do Orçamento Regional. É por isso mesmo - e que mais não seja uma questão sobre a qual se deve exigir um profundo esclarecimento e se deve fazer transparecer, como absolutamente claro, perante as pessoas e perante nós que estamos envolvidos na aprovação ou não das nossas disponibilidades orçamentais - que deve ser exigido, da parte dos responsáveis e do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria - o que não aconteceu na sua intervenção - o reiteramento do futuro e da viabilidade do projecto geotérmico em si.

Discute-se permanentemente o investimento; discute-se permanentemente, no plano de intenções, a participação do sector geotérmico como fonte de energia; apontam-se números da sua contribuição para o consumo bruto de energia e para o subsector da electricidade que, tal como foram apontados no Plano a Médio Prazo, não correspondem, no ano de 1984, aos objectivos pretendidos e àquilo que se esperava do Plano Geotérmico.

Salvo erro, em termos de consumo bruto de energia, era uma percentagem de 3,3%, no subsector de electricidade: 9,1%. Essas percentagens serão, ou não serão, atingidas?

Presidente: Os seus 5 minutos estão a esgotar-se.

O Orador: Se o Plenário não se opuser e se o seu silêncio foi nisso conivente, eu teria lugar à minha segunda intervenção.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Conivente... não!

O Orador: Conivente no bom sentido. O Sr. Deputado não se escandalize, que eu não estou a insultá-lo.

Presidente: Com licença. Estamos a tratar de duas figuras regimentais diferentes:

- 1ª e 2ª intervenção, que foi o caso precedente.

- Perguntas e respostas, caso para o qual só vejo um período de 5 minutos no Regimento.

Não há 2º período de 3 minutos, nem de 2 minutos ou de qualquer outro tempo.

O Orador: Nesse caso, faria uma interpelação à Mesa, que é a seguinte:

Eu não desejo que estas coisas sejam conflituais, porque de resto, nem era esse o tom da minha intervenção. Eu estou a fazer perguntas. Mas, desejava apenas que a Mesa me informasse, sendo assim, qual a diferença de critérios entre

aquilo que foi permitido ao Sr. Deputado Borges de Carvalho, nas mesmas circunstâncias e aquilo que agora não é permitido a mim.

Presidente: O Sr. Deputado quer transformar isto na sua 2ª intervenção. Portanto, para isso, tem mais 5 minutos.

O Orador: Não, não. 10.

Presidente: Desculpe, não. O Sr. Deputado já utilizou 5.

O Orador: Eu usei até agora de 5 minutos, ao abrigo do Regimento, para fazer pedidos de esclarecimento...

Presidente: Sim...

O Orador: Ainda me restam 10 minutos do meu tempo de intervenção neste debate.

Presidente: É uma interpretação.

O Orador: É a minha.

Presidente: É uma interpretação.

O Orador: Só que o Sr. Presidente tem que ter a sua que é para eu saber se me sento ou se me levanto.

Presidente: Exacto. O Sr. Deputado agora põe uma segunda questão que não tinha posto inicialmente. Se quer usar...

O Orador: Quero.

Presidente: ...dos 10 minutos que tem para a sua 2ª intervenção, concerteza, tem direito a ela.

Quer. Portanto faz favor.

O Orador: Muito obrigado.

Está prevista uma verba de 170.000 contos para 1984, salvo erro, no Plano a Médio Prazo e para este ano estava prevista uma verba de 400.000. Gostaria que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria comentasse, em termos de perspectiva e em termos de opção, por que é que faz essa diferenciação.

Ainda quanto ao sector geotérmico: quais as últimas conclusões do trabalho efectuado pelo grupo italiano "Aquater" no que se refere ao projecto geotérmico de S. Miguel?

Existem, ao que julgo, ainda diversos trabalhos sobre o projecto geotérmico de S. Miguel - norte-americanos, franceses, italianos, japoneses, etc.. Já que eles não são públicos, ou pelo menos eu não tenho conhecimento pessoal deles - não me importo que, se houver, porventura, alguma publicação sobre isso, o Sr. Secretário, pura e simplesmente, me remeta para lá mas eu não conheço - que comparação, em termos de conclusões, foi possível obter desses estudos e a que corresponde, actualmente, a opção existente?

No subsector de electricidade previa-se, como já disse, em 84 um aproveitamento da energia geotérmica na ordem dos 9,1% - ou no final do ano de 1984. Penso que é importante, para a credibilidade do próprio projecto geotérmico, averiguar se é possível atingir essa percentagem.

Prevía-se o arranque também da central

geotérmica da Ribeira Grande em 1984 e diversos aproveitamentos hidroeléctricos, para além daquelas a que se referiu na sua intervenção. Como é que estamos também sobre essa matéria?

Quanto à racionalização do consumo de energia - sector a que não se referiu na sua intervenção, salvo erro - julgo que isso envolve, predominantemente, por um lado, a procura de fontes alternativas mais baratas de energia - só se referiu a energia geotérmica - e, por outro, a contenção de consumos e de perda na distribuição. Gostaria que o Sr. Secretário do Comércio e Indústria me explicitasse o que é que foi feito de concreto neste sector que tinha uma dotação orçamental, de resto, bastante elevada.

Em matéria de sensibilização, por exemplo, de poupança à energia, que acções têm sido desenvolvidas com carácter permanente, visto que não conheço nenhuma, com excepção duma campanha que era nacional e não regional?

Quanto ao projecto geotérmico Faial/Pico, havia duas opções, salvo erro, entre Faial ou Pico. O que é que há sobre essa matéria e quais os custos reais deste projecto? Julgo que a opção é do Faial. No entanto, o Sr. Secretário do Comércio e indústria esclarecerá.

Havia também projectados uma série de investimentos que eram no valor, no Plano a Médio Prazo, de 2.500.000 contos, salvo erro, no que se refere a diversas centrais, à implantação de centros produtores, a que se referiu aqui na sua intervenção. Penso que, nomeadamente, falou aqui, salvo erro, da nova central térmica do Pico. Afirmou que a sua fase de arranque estava para 1984/85. No Plano a Médio Prazo, isto é previsto para 1981, nomeadamente num quadro, na página 278. Estão previstas aí a data de arranque de todas essas centrais. Se tiver a oportunidade de confirmar, ou não a data de arranque de todos esses empreendimentos, que são no número 15, era também uma óptima oportunidade de nós sabermos se no final do Plano de 84 - e não me refiro àquilo que tenho conhecimento, até à presente fase de execução do Plano a Médio Prazo - é possível, ou não, atingir os objectivos a que o Governo se vinculou através dum documento escrito que submeteu à nossa aprovação.

No campo da indústria, eu tenho alguma dificuldade, embora não seja um especialista, nem um economista, em associar os objectivos de modernização da economia, e de economia saudável, com o crescente número de empresas em situação económica difícil e o crescente número de execuções fiscais de falências, mas o que eu gostava, do Sr. Secretário do Comércio e Indústria, era que nos desse uma ideia de como se pode deduzir sintomas de retoma e de recuperação económica e se esse processo de falências e

de situações económicas difíceis é um processo cumulativo, porque isso, enfim, me surpreende um pouco.

No Plano a Médio Prazo, apontava-se para um objectivo de aceleração, incentivos no processamento de suínos. Isto porque o Governo constatava que haveria um aceleração nas potencialidades industriais no sector. O que é facto, é que diversas empresas nesse sector estão em situação difícil; outras, estão em situações de falências reais e próximas.

Independentemente dos casos de má gestão e má administração que podem estar, eventualmente, subjacentes a esses casos, o Governo dava, no Plano a Médio Prazo, garantias de mercado para o escoamento de produtos dessas unidades industriais. Uma das principais acusações que, neste momento, está sobre o Governo, nessa matéria, é exactamente de essas empresas estarem a falir por falta de garantias de mercado. Gostava também que o Sr. Secretário comentasse o facto.

Partindo para a execução do Plano de 1984 com a Empresa Pública Regional de Parques Industriais montada, como disse, previa-se, também no Plano a Médio Prazo, que até ao fim de 1984 estariam, pelo menos, 40 empresas instaladas. Eu gostava de saber se essa previsão se mantém.

Outra pergunta, era saber porque é que a comissão nomeada para o estudo do Plano Industrial da Região:

- 1ª: Não se reúne, desde o mês de Agosto?

- 2ª: Não se tornam públicas as suas conclusões?

Tendo em conta a média que referiu - já não me lembro, mas apercebi-me de que era baixa - da taxa de cobertura das importações pelas exportações, eu desejava perguntar ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria, quais foram as medidas concretas tomadas, ou a tomar, no domínio do apoio à produção local de bens que são importados.

Como se entende, neste sentido, que seja o próprio Governo, nas suas obras, nos seus empreendimentos e na aquisição de materiais, a dar preferência a produtos, a materiais e a empresas do exterior em detrimento de produtos, materiais e empresas da Região?

Basta exemplificar, por exemplo, que, no domínio das tintas, a Assembleia Regional, neste momento, está a ser pintada com tintas que não são produzidas na Região, em detrimento de tintas que são produzidas na Região.

Para eliminar o seu sorriso, eu não tenho nenhum mandato empresarial nesta Assembleia, nem sou sócio...

(Bancada do PSD: Nem o PSD!)

O Orador: ...de nenhuma empresa - nem em meu nome, nem em nome de mais ninguém.

Gostava também que o Governo nos dissesse

quais as medidas que pensa tomar relativamente à acumulação nos Açores de vasilhame não retornável e não bio-degradável - questão aliás de que já tivémos, ao que suponho, uma conversa particular mas que não me esclareceu, oficialmente grupo - nomeadamente o vidro.

Como sabe, enfim, consome-se, diariamente, o conteúdo de milhares de garrafas de vidro na Região que não é bio-degradável. Não há estações de tratamento de lixo na Região. Temo, um dia, que fiquemos submersos em vidro porque... onde é que se põe esse vidro?! É uma questão que, de facto, me preocupa. Não sei se a Universidade dos Açores já tem algum estudo sobre isso? Parece que é uma proeminência e uma diversidade de estudos sobre essa matéria.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Cada um sabe ver o que é que dá.

O Orador: Bem, as águas minerais também têm vasilhame não retornável.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Essas voltam-se a encher de água das lombas e não causam problemas.

O Orador: Pois, é... (Risos).

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, em resposta por escrito a um requerimento do meu Grupo Parlamentar, sobre "Autorizações de importações de veículos automóveis", afirmou que o critério fundamental para essas autorizações era o da menor saída possível de divisas. Curiosamente, porém, a Secretaria Regional do Comércio e Indústria diverge claramente desse critério na passagem dos B.R.I.s, atribuindo o número de autorizações de importação a concessionários de certas marcas em detrimento de outras, contrariando o número de pedidos de certas empresas açorianas que até importam veículos automóveis de muito maior valor.

Ressurge-nos de novo a possibilidade de algum proteccionismo injustificado com consequências, aí sim, na desmoralização dos agentes económicos.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim. Já chegou.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, Eu vou já terminar.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Na sequência desta minha observação - para usar uma linguagem que lhe é profundamente cara, de certeza, porque é da autoria do Dr. Mota Pinto que é uma pessoa tão citada neste Parlamento - quanto à retoma da confiança no investimento, em termos de investimento e em termos da reacção da iniciativa privada, qual é, neste momento, muito concretamente, a sua apreciação sobre a situação que nós temos na Região? Se essa situação não terá um pouco a ver com a indecisão na política económica do Governo? Em suma, para o Governo, qual é o factor

essencial para a retoma de confiança do investimento e para a confiança da iniciativa privada no quadro legislativo e no quadro de política económica que possui?

Qual é, para o Governo, o sentido essencial dessa retoma de confiança? Como é que ela é feita? Como é que o Governo pode transmitir esse incentivo para a nossa política de desenvolvimento?

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Tinha mais algumas questões que, como o Sr. Presidente da Assembleia, justamente agora, me lembra, não poderei colocar e, sendo assim, agradeço ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria que responda, tão pacificamente quanto eu lhe faço as perguntas, às questões que eu lhe coloquei.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões que eu tinha a pôr ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria eram de carácter genérico. Prendiam-se um pouco à situação que estamos vivendo neste momento de aprovação dum Plano para um ano e não de um Plano a Médio Prazo. Isso é uma questão, julgo eu, que convém ser ressaltada.

Parece que nos iremos manter, eternamente, na situação de Plano a Médio Prazo e continuaremos a falar do futuro, como se o futuro que aqui estivessemos a discutir fosse o futuro para 4 anos e não o futuro para o próximo ano.

Isto liga-se com a problemática que o Sr. Secretário referiu aí, concretamente, em relação à EDA, quanto ao problema da informação e da má informação. Não está, concretamente neste plano da indústria e da energia, o Governo a incorrer nesta mesma atitude de usar uma má informação?

Ou seja, quando lança as iniciativas, quando necessita de convencer os açorianos da realidade e da força duma determinada iniciativa diz que, por exemplo, para a Zona Franca, ela vai resolver grande parte dos problemas de Santa Maria; para a EDA, diz que vai resolver, rapidamente, o problema da electricidade, cria-se esse estado de espírito, essa expectativa. Depois, quando chega-se à hora da execução, começa-se a fazer marcha atrás.

Para a Zona Franca, há o problema das infra-estruturas. Já é uma grande coisa ter a zona limitada.

Por outro lado, concretamente em relação à EDA, como parece que para a EDA não há outra solução senão durante mais algum tempo manter as pessoas neste estado de sub-iluminação, ou de trevas não totalmente permanentes, porque,

um dia ou outro, faz sol - por exemplo, como na Terceira - e uma vez que esta EDA necessita de se manter vários anos nessa situação; não devia ser mais cuidadosa no uso da informação?

O Sr. Secretário falou em não aceitar responsabilidades nesse sector também, por parte da EDA, embora não tenha visto nas suas palavras a indicação de que assumisse e quais eram as responsabilidades. Foi bem claro na atribuição de responsabilidades à situação anterior, no aspecto de informação e do modo como os equipamentos e a situação foi deixada pelos Serviços Municipalizados, mas não foi tão claro na assunção das responsabilidades que, actualmente, impenderiam sobre a EDA, quanto à situação de fornecimento de electricidade em que estamos.

Eu gostaria de saber se, efectivamente, a EDA pode assumir e que responsabilidades é que assume na situação actual, em que estamos, por exemplo, na Terceira.

Foi aqui referido pelo Sr. Deputado Borges de Carvalho um caso desses concreto - a aparente inconsequência entre a compra dum motor e dum alternador, em fornecedores diferentes. Há outras a somar a essas situações, em relação à EDA.

Eu referi o mau uso da informação pela EDA. Já foram anunciados na Terceira, mais do que uma vez, que determinados cortes, num mês qualquer, seriam os últimos. Já foram feitas chantagens sobre a população do tipo de: "Se toda a gente, às 7 horas da tarde, desligar frigoríficos, arcas congeladoras, não vir televisão; você pode ter electricidade".

As pessoas, é evidente que, não ligam a esse aviso porque sabem que se trata simplesmente duma chantagem - e pouco habilidosa - e que a electricidade será cortada, quer se desligue a arca ou não.

Referia ainda uma outra situação. A inauguração da nova central foi anunciada e adiada dezenas de vezes. Portanto, eu pergunto - e a pergunta genérica é essa - se, neste domínio, industrial e de energia eléctrica, não estamos eternamente à porta das alterações estruturais que em 81 iam ocorrer já amanhã, mas que em 83 continuam para ocorrer já amanhã. Será que não ocorrerão nunca?

Presidente: Agora, tem a palavra o Sr. Deputado Emílio Porto.

Deputado Emílio Porto(PS): Ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, três questões também relacionadas com energia.

O abastecimento de energia à ilha do Pico - e também já foi aqui referido - é, neste momento, demasiado precário, em virtude de avarias registadas ultimamente e que esperam reparação.

Porque julgo que este assunto é urgente na sua solução, eu perguntava para quando essas reparações. Isto era a primeira questão.

A segunda, que também já foi aqui referida, é a questão do cabo submarino. Eu ia um pouco mais além. Para quando a sua reparação? Ou então, punha-lhe a questão noutros termos. Será que é um caso daqueles casos fatídicos - portanto, já casos considerados perdidos?

Se é, seria melhor dizer que é caso perdido do que dizer que está adiada a sua solução.

Finalmente, uma última questão. Será para 1984 que começam as obras do aproveitamento da energia hidroeléctrica do Paúl?

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Vasco Garcia.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A extensão da exposição do Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria reflecte, de facto, a complexidade duma Secretaria que abrange ramos tão diversos e tão espalhados que, inclusivamente, alguns deles tocam possibilidades de trabalho da própria Universidade.

O primeiro assunto que me chamou a atenção nesse aspecto foi o da apanha das algas porque me parece que a apanha das algas, para a indústria do agar-agar nos Açores, tem vindo a ser encarada dum ponto de vista exclusivamente comercial, ou industrial e, na realidade, as consequências ecológicas dessa apanha, que se reflectem inclusivamente na capacidade reprodutora de algumas espécies de peixes nos nossos mares, podem vir a constituir no futuro um problema.

É evidente que a Universidade tem aí uma responsabilidade, e eu penso que seria interessante que o Polo de Oceanografia e Pescas da Horta viesse a constituir uma pequena equipa que se dedicasse a esse assunto, a fim de haver, enfim, um equilíbrio entre a exploração das algas e o impacto que essa apanha possa ter no equilíbrio ecológico.

Eu sei que há, enfim, já quem tenha emitido opinião sobre esse assunto, mas oferece-me, do ponto de vista científico, algumas dúvidas, a segurança desses estudos.

No que se refere à qualidade dos produtos, a que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria se referiu, eu também queria chamar a atenção para o facto de nós termos na Universidade dos Açores, neste momento, um professor doutorado em tecnologia alimentar nos Estados Unidos, e que seria interessante fazer-se uma incrementação das relações entre a Secretaria do Comércio e Indústria e o Laboratório de Tecnologia Alimentar, a funcionar na Terra Chã na Ilha Terceira que está em fase final de montagem, porque seria realmente interessante estabelecer-se um protocolo nesse campo.

Vi com gosto os números relativos à cobertura das exportações pelas importações, na medida em que a passagem de 23% para 39% é realmente

positiva. Nestes fenómenos, a mim, o que me parece importante não é tanto o volume do fenómeno como a tendência do fenómeno.

E, se realmente se verifica um aumento progressivo na cobertura das exportações pelas importações, é de supor que essa tendência se mantenha - se, enfim, a política for seguida nesse sentido - e, portanto, parece-me que esse é que é o bom caminho. É mais importante a tendência do que o volume do fenómeno - volto a insistir.

Em relação ao projecto geotérmico, eu penso que a importância dele é tal que, na realidade, nós devemos despersonalizar o projecto e passar a encará-lo mais como o valor real que ele tem - que é o de produzir energia. Consequentemente, parece-me que o que é importante, neste momento, é que essa energia apareça - e apareça o mais rapidamente possível - e, evidentemente, barata.

Ora, isso vem pôr uma outra questão que é o preço do kw geotérmico, e a pergunta que eu punha ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria era se, realmente, nós temos ideia, em face dos vultuosos investimentos que vão ser feitos, de qual vai ser o preço, aproximado - se é que isso é possível calcular agora - do kw geotérmico.

Em relação a uma pergunta que foi feita ali pelo Sr. Deputado Carlos César, sobre o vidro, a Universidade dos Açores, pois, evidentemente, também não pode resolver tudo, não é? Eu confesso, sinceramente, que um dos problemas que me têm preocupado como ecologista é esse mesmo - portanto, a acumulação das massas de vidro que são desperdiçadas por essas ilhas fora - mas é evidente que a tecnologia da recuperação desse vidro exige certas condições. Uma delas é energia porque para refazer esse vidro é difícil e, consequentemente, é um assunto que não poderá ser encarado assim tão levemente, numa discussão desta natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Dou, finalmente, a palavra ao Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de fazer, propriamente, a minha pergunta, gostaria de deixar aqui a minha opinião pessoal de que considero correcta, até ao momento, a actuação da EDA-EP na Ilha de S. Jorge; considerando também positivo e realista, dentro do contexto regional, o seu plano de investimentos em relação àquela ilha, se o mesmo for executado na sua totalidade; entendendo como prioridade das prioridades, em termos de remodelação de redes, o lugar dos Biscoitos que se encontra em estado bastante degradado.

No entanto, perguntaria se está ou não previsto, aproveitando até as instalações da

actual Cooperativa de Luz do Topo, instalar ali uma sub-estação ou pequena central de recurso, com o motor que também existe na ilha, para atender aos frequentes cortes que ali se verificam, nomeadamente de Inverno, atendendo à extensão da Serra do Topo e à dificuldade que há em reparar essas avarias.

Obrigado.

Presidente: Bom, não há mais Srs. Deputados para formularem questões. O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, se desejar responder, dispõe de 23 minutos para o fazer. Não está aqui contada a 2ª intervenção do Sr. Deputado Carlos César.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, eu vou procurar ser muito rápido. Uma vez que foi feita pelo Sr. Deputado Carlos César uma intervenção; se eu tivesse que responder, teria que fazer uma outra intervenção. Portanto, vou apenas limitar-me a responder às questões que me foram postas.

Começaria pelo Sr. Deputado Manuel Goulart e aproveitaria para responder, conjuntamente, à pergunta posta pelo Sr. Deputado Emílio Porto em relação ao cabo submarino que ligava a Central Térmica do Faial à Central da Madalena.

De facto, neste momento, a responsabilidade do cabo, por via da transferência dos serviços municipalizados da Horta para a Empresa de Electricidade dos Açores, é da empresa e, portanto, ela tem que assumir essa responsabilidade - e assume-a concerteza.

Devo dizer que, depois da avaria, veio aos Açores um grupo de técnicos especialistas nesta matéria e provenientes da empresa que lançou o cabo para detectar as origens da avaria desse cabo.

Como sabe também o Sr. Deputado, este cabo não é da nossa responsabilidade. Nós não temos sequer os estudos que antecederam o lançamento deste cabo submarino e ainda não foi entregue à Empresa de Electricidade dos Açores, embora já fosse pedido, o relatório feito pela empresa que lançou o cabo e que, por direito próprio, deve entregar o relatório à Direcção Geral de Recursos Hídricos porque foi a entidade que, na altura, fez e acompanhou o próprio investimento.

Também é sabido e voz corrente, aqui no Faial e no Pico, que, para que uma obra daquele género resulte, seriam necessários dois cabos. Isto é um investimento grande e, sem se saber, de facto, as verdadeiras causas da avaria do cabo, não se deve avançar. Portanto, respondendo ali ao Sr. Deputado Emílio Porto, eu não posso dizer-lhe se é uma causa perdida, ou se ainda, de facto, vai ser recuperada, porque aguardamos

o relatório da empresa e da Direcção Geral de Recursos Hídricos, para tomar, sobre esta matéria, uma posição.

Daí a razão pela qual não aparece inscrito no Orçamento qualquer verba para esse efeito. Se fôr necessário e se se vir que a reparação do cabo tem prioridade sobre outros investimentos, porque poderá vir aliviar outras áreas de investimento, pois, oportunamente, será tomada em conta e feita a respectiva alteração.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos César, e vou de vez às perguntas que fez, pergunta qual a diferença entre o investimento projectado no ano de 83 para o projecto geotérmico e aquele que resulta para 1984: 170.000 contos.

Eu devo dizer ao Sr. Deputado, conforme tive oportunidade de referir na minha intervenção, que o projecto geotérmico implica um valor de financiamento muito elevado e não pode ser feito à custa do Orçamento da Região. Nós temos que procurar meios financeiros externos para prosseguir com o projecto. Daí que a verba que está consignada no Plano seja a verba necessária para participar na empresa de economia mista, em termos de capitais próprios, por parte do Estado, no caso desta empresa se realizar.

Quer isto dizer que o projecto geotérmico...

Deputado Carlos César (PS): Alterou-se.

O Orador: Desculpe?...

Deputado Carlos César (PS): Alterou-se a perspectiva de 1980.

O Orador: Pois, alterou-se a perspectiva da 1980. Sim senhor, tem razão.

Portanto, isto veio a sofrer uma evolução ao longo do tempo e concluiu-se que a alternativa que se punha, possível e exequível, era esta. Não é à custa do Orçamento da Região que se vai avançar para a fase industrial, à semelhança do que se fez, por exemplo, na fase de pesquisa.

Como sabe, a fase de pesquisa foi toda feita à custa do Orçamento da Região. Fase de pesquisa esta que incluiu os estudos feitos pela "Aquater", os estudos feitos pelos americanos, os estudos feitos pelos franceses.

Os estudos feitos pela "Aquater", empresa a que se referiu expressamente o Sr. Deputado, foram estudos sobre a economia do campo geotérmico da Ribeira Grande porque, como deve saber, por exemplo, enquanto que na Terceira nós fomos estudar a ilha toda, ver quais eram as manchas da ilha que apresentavam maiores possibilidades geotérmicas e depois estudar essas manchas; na Ilha de S. Miguel, decidiu-se, em 1975, ir estudar uma determinada mancha, ou seja, o maciço de Água de Pau, e não se estudaram mais nenhuma, e todos os estudos de pesquisa foram localizados na zona que vai desde as Caldeiras da Ribeira Grande, passando pelo Pico Vermelho, até à Serra de Água de Pau.

Havia necessidade de se saber - uma vez que está instalada a central experimental de 3mw para se avaliar da composição do vapor, da corrosão que ele representa no equipamento, até da obstrução na calcinação que é feita nos poços, etc. - e foi feito o estudo, através da "Aquater" sobre estas matérias e sobre a economia do campo, ou seja, se naquela área se poderia avançar para uma potência de 10 ou de 15mw.

O resultado do estudo foi que não se deveria avançar, naquela zona, para uma potência a instalar superior a 7mw e, depois, a 2 km da zona da central, aí sim, há um jazigo bastante grande onde se pode, de facto, instalar 20 ou mais mw se se quiser.

Portanto, o estudo da "Aquater" foi feito para essa determinação.

Os americanos estão, de facto, a estudar também a restante Ilha de S. Miguel - aquilo que faltava. Nós temos um protocolo de colaboração com o United States Geotermic Survey que está a trabalhar com a Laboratório de Geociências no sentido de estudar toda a Ilha de S. Miguel em termos de recursos geotérmicos. Estes relatórios estão a ser concluídos e vão ser analisados pelo Conselho Científico do Laboratório, do qual fazem parte dois cientistas, de renome, americanos que virão em Março, possivelmente, analisar o relatório feito pelos técnicos americanos.

Evidentemente que todos estes atrasos prejudicaram as previsões que nós tínhamos, em termos de 1984, para que no final desse ano conseguíssemos colocar no sector energético da Região uma percentagem de 9,8, de energia geotérmica. Portanto, está prejudicado.

Foi o objectivo que nos propusemos atingir mas que não conseguimos, pelas razões que tive oportunidade de aqui referir ao Sr. Deputado.

Quanto aos aproveitamentos hidroeléctricos alternativos, evidentemente que também estão a decorrer. Temos os projectos já prontos para aprovação e essa aprovação implica também o seu financiamento. Temos vindo a trabalhar com o Banco Europeu de Investimentos no sentido de garantir o financiamento a estes projectos. Vamos aguardar, até ao fim do ano, pela decisão do Banco, para depois proceder à sua aprovação e o lançamento do respectivo concurso.

Eles estão a decorrer. São investimentos também bastante caros, e ainda com uma agravante. É que temos que os dimensionar e, ao mesmo tempo, situar no tempo, de modo a que não tenhamos que sobrepor energias de ponta. Grupos de ponta que se têm que comprar para suprir as falhas no entretanto, enquanto o investimento vai correndo, mas que, depois, quando os investimentos hidroeléctricos estiverem a funcionar, não está

sequer amortizado o grupo de ponta que se comprou.

Portanto, há aqui que estabelecer uma relação muitíssimo bem enquadrada neste investimento de modo a que não fiquemos, em termos financeiros, prejudicados por via do investimento que se possa fazer.

Quanto à contenção nos consumos, evidentemente que a nossa Região tem ainda consumos energéticos muito baixos que as campanhas de contenção que têm sido feitas no Continente, algumas delas, não se aplicam à Região. E por isso mesmo, nós temos procurado outras vias alternativas, designadamente há uma portaria, que foi publicada há pouco tempo, sobre os apoios que o Governo pretende dar a quem procurar instalar os painéis solares para água quente e até mesmo aproveitar outras instalações, derivando para a biomassa. Temos participações que vão até 40% - que é aquilo que a Comunidade dá. É um programa que nós temos no nosso Plano a Médio Prazo e no Plano Anual, e que esperamos agora que possa ser, de facto, utilizado por quem estiver interessado nesta matéria.

Da nossa parte, nós faremos a sensibilização e a divulgação necessária, mas, como a Portaria saiu também há pouco tempo, certamente que ainda não foi divulgada.

Quanto ao projecto geotérmico do Faial/Pico, o estudo está concluído. O relatório será entregue em Dezembro e, por isso mesmo, neste momento não posso avançar ao Sr. Deputado quais são os custos, digamos, do investimento que vier a ter lugar aqui no Faial porque é a partir do estudo que nós vamos receber que vamos fazer os cálculos respectivos. Portanto, este é o projecto que está mais atrasado nesta fase de pesquisa e a partir então da entrega do seu relatório é que iremos avançar.

Quanto à Central do Pico, previa-se em 81... pois previa-se em 81. Nós, no decurso deste Plano a Médio Prazo, o que fizemos foi aproveitar as instalações que existiam no Pico, fazer-lhe alterações e montar um grupo de 1mw para dar resposta às necessidades do Pico.

Evidentemente que, em 1984, nós prevemos lançar a construção da nova Central do Pico com a localização lá de mais um grupo para dar resposta conveniente às necessidades da ilha.

Quanto à modernização das indústrias e às falências de que falou o Sr. Deputado, sobretudo no que se refere à parte dos suínos em que se aponta que as falências dessas indústrias são resultado da não garantia do mercado por parte do Governo para os produtos transformados, eu devo dizer ao Sr. Deputado que não é essa a nossa posição. As falências resultam porque os investimentos foram mal feitos; foram mal dimensionados; alguns ainda estão por acabar; não houve fiscalização das obras por parte de

quem emprestou o dinheiro; não houve a melhor utilização das verbas no investimento; começou-se do fim para o princípio, ou seja, foi-se fazer, primeiramente, a parte social para depois, então, ir à parte industrial.

O mercado, este está garantido, embora haja flutuações. Todos sabem que há flutuações, mesmo neste momento. Evidentemente que estamos, por exemplo, num período de baixa derivada da recessão que se verifica no Continente, mas também temos tido outros períodos em que, até na Região Autónoma dos Açores, nós queremos o produto e temos que usar de determinadas vias administrativas para garantir o abastecimento local, porque, senão era tudo canalizado para o Continente, onde o preço é sempre melhor.

Quanto aos mercados estrangeiros, tirando os mercados de África que as empresas transformadoras de suínos diziam possuir e para os quais não é preciso o documento de zona isenta de quaisquer doenças e, portanto, para onde podia ir, eu nunca vi ir, de facto, qualquer produto para o Zaire, nem para o Congo, nem para a Tanzânia, nem para qualquer outro sítio - mercados que dizem, as empresas, possuir e que eu duvido porque de intenções, pois, nós conhecemos que elas existem, mas a prática não nos confirma essas intenções.

Quanto aos parques industriais e às empresas que estavam previstas lá instalar, no dizer do Sr. Deputado, evidentemente que os parques industriais estão a avançar - atrasados, sim senhor, mas estão a avançar. Quanto às empresas, pois, não direi. Isto é uma previsão, não é uma certeza. Nós temos que prever alguma coisa.

Numa determinada conjuntura, quando fizemos a análise ao sector, tínhamos esta previsão. Devo-lhe dizer que esta, neste momento e devido às dificuldades de vária ordem que nós conhecemos, está prejudicada.

Quanto à reunião da Comissão do P.I.R. - por que é que ela não reúne, desde Agosto? - devo dizer ao Sr. Deputado que nós tivemos a procurar terminar, em termos de documento, com o diagnóstico que era necessário, para entregar à Comissão, um documento sobre o qual ela pudesse discutir porque vimos que, das reuniões que se fizeram, se não houvesse uma base de discussão, as reuniões tornar-se-iam infrutíferas e poderia prejudicar altamente o trabalho da Comissão.

Ela vai ser convocada nos próximos dias. Antes, porém, ser-lhe-á entregue o documento, para ela debater exactamente o documento e sobre ele trabalhar.

Quanto às importações de que falou o Sr. Deputado Carlos César, devo dizer-lhe que esta parcialidade que o Sr. Deputado aponta, por parte da Secretaria do Comércio e Indústria,

na concessão dos Boletins de Registo de Importação aos veículos, beneficiando até marcas que custam mais, enfim, isto não corresponde à verdade, e vou-lhe dizer porquê, Sr. Deputado.

Se o Sr. vir o nosso plano de importações, verificará que nós atribuímos, não pelo número de viaturas, mas, pelo valor. E às empresas, é atribuído em plafond anual de tantos milhares de contos e, dentro deste plafond, elas vão, de facto, utilizá-lo como querem.

Suponhamos, por exemplo, que a uma empresa se atribui o plafond de 40.000 contos e se ela, em vez de automóveis, compra camiões, evidentemente que ela vai ter um número de viaturas muito mais reduzido do que aquela que o for utilizar nos veículos automóveis. De resto, há um outro ponto a ter em conta, ou seja, o mercado que detém já a marca, a sua implantação no meio, a população que serve, os stocks de peças que tem que ter. Tudo isto foi tido numa fórmula encontrada para distribuir os plafonds.

Mas, o Sr. Deputado também sabe que têm-se feito correcções e refiro, concretamente, o caso da "Skoda" que foi uma empresa - que é aquela a que o Sr. estava-se a referir expressamente, mas por uma conversa que nós já tivemos até anteriormente, por isso é que aqui é que o digo - que veio em 1982 para cá. Veio já depois de estar o plano feito e nós tivemos que a integrar no plano de importações.

Quanto à questão da recuperação da confiança no investimento, bom, Sr. Deputado, eu devo dizer-lhe que, por parte do Governo, nós temos feito todo o esforço nesse sentido. Temos procurado sensibilizar os investidores. Nós temos procurado criar os estímulos necessários, mas o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que há um factor determinante na estagnação do investimento que são as crescentes taxas de juro, as quais a Região não controla.

Portanto, é um factor desmobilizador do próprio investimento que esperamos que logo que o Governo Central consiga encontrar um equilíbrio que lhe permita baixar as taxas de juro, pois, eu estou certo que, com os incentivos que nós temos e com este abrandamento das taxas de juro, o investimento aqui poderá, de facto, aumentar, embora lhe deva dizer, Sr. Deputado, respondendo à interrogação posta, que, em termos de capacidade do nosso empresário - o Sr. Deputado sabe perfeitamente bem e, aliás, isso tem sido até dito pelas organizações de classe, designadamente pela Câmara do Comércio e Indústria - o nosso empresário é um empresário tímido e basta referir que os sectores básicos da nossa economia, as indústrias que estão a jusante da agricultura, da pecuária e das pescas, não estão nas mãos de gente oriunda aqui dos Açores.

Isto foi tudo gente que veio de fora aqui

investir nestes sectores. Basta ver as conservas e os lacticínios. É um exemplo disto que acabo de dizer.

Quanto ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em relação à assunção pela EDA das responsabilidades e do imediato, eu devo dizer que procurei, na exposição que fiz, duas coisas. Foi trazer aqui a esta Câmara o que era a realidade do sector energético, quando a EDA tomou posse, e o que é que ela se propõe fazer.

Evidentemente que ela assume essa responsabilidade, até porque assumiu o sector, e o que pedia é que também não se exigisse aquilo que é impossível à EDA fazer. A EDA não pode encontrar ali detrás da porta, ou no ferro velho, para vir colocar num sítio onde ele é necessário.

Quanto à questão que pôs o Sr. Deputado Borges de Carvalho, aproveito para dar a resposta, em relação à aparente discrepância que existe entre o grupo estar pronto e o alternador não estar, eu devo dizer que foi opção da empresa, que eu homologuei, de adquirir o alternador de fabrico nacional nas condições de tempo que eram razoáveis, de acordo também com o tempo que foi dado à encomenda no seu conjunto. Simplesmente a empresa inglesa, por razões de eficiência que são de louvar, aprontou a encomenda mais cedo do que aquilo que estava previsto e, agora, aparece o problema de não termos o alternador porque é de fabrico nacional e a empresa nacional está a fabricá-lo e só estará pronto para Setembro ou Outubro, o que vem colocar aqui, de facto, um grande problema.

Mas, isto está, quanto a mim, também ultrapassado na medida em que, depois de alertado para a situação e uma vez que a empresa inglesa que fornece o grupo tem também um alternador para oferecer, a Empresa de Electricidade dos Açores, opta pela aquisição desse alternador e deixará o que está a ser feito na empresa nacional - S.E.P.S.A. - para um outro grupo que vai ser necessário adquirir.

Portanto, isto foi a forma de permitir acelerar a instalação do grupo na Central da Praia da Vitória.

O Sr. Deputado Emílio Porto, além da questão do cabo submarino a que já me referi; também questionou-me sobre a reparação do grupo. Eu devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Grupo está avariado de forma inexplicável porque é um grupo que tem um ano de vida - e são das tais coisas que é preciso, e sobre as quais está a decorrer o respectivo inquérito para apurar das responsabilidades - e foi preciso mandar vir equipamento, necessário à sua reparação, o que tem originado os atrasos que todos nós conhecemos. Mas, espero que a situação esteja resolvida dentro de muito pouco tempo.

Quanto ao início das obras do aproveitamento

hídrico da Lagoa do Paúl - se serão em 84? Não serão, Sr. Deputado. Nós não iniciaremos as obras em 1984. O que nós vamos dispôr em 1984 é dos elementos necessários à elaboração do projecto. É isso porque, quando a Direcção Geral dos Recursos Hídricos dizia que o projecto estava pronto, o que nós viemos a recolher foi um conjunto de papeis dispersos que nos permitem, de facto, recolher muita informação mas que foi necessário outra para se prosseguir com o estudo.

Registei as observações feitas pelo Sr. Deputado Vasco Garcia sobre a cooperação entre a Secretaria Regional do Comércio e Indústria e a Universidade dos Açores. Espero que, de facto, estas relações se venham a intensificar para bem da Universidade dos Açores, do próprio Governo e até do Departamento do Comércio e Indústria.

Quando à apanha das algas, sei que é preocupação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas preservar nesse sentido, em colaboração com a Secretaria Regional do Comércio e Indústria, de modo a também, para viabilizar uma indústria, não ir prejudicar tudo aquilo que está a montante.

Por outro lado também, quanto ao projecto geotérmico e ao preço do seu kw geotérmico, devo dizer ao Sr. Deputado que as contas feitas até agora indicam-nos que o kw não será inferior ao preço actual do kw térmico. Simplesmente, tendo em conta que os combustíveis e todo o equipamento hão-de sofrer agravamentos, transforma o kw geotérmico num preço mais acessível, mas não se pense, de forma nenhuma, que se vai conseguir arranjar vapor geotérmico ou energia geotérmica em garrafinhas para vender porque isso não é possível.

O investimento é muito grande e custa, digamos, bastante, embora nos venha trazer uma autonomia bastante grande em termos de combustíveis.

Presidente: Sr. Secretário, dá-me licença, tem mais um minuto, no máximo e ainda lhe falta responder a um...

O Orador: A um deputado só, Sr. Presidente.

Presidente: Era só para lhe lembrar.

O Orador: Devo dizer que gastamos, em termos de combustível para a electricidade, por ano, cerca de 1.800.000 contos.

O Sr. Deputado António Silveira fez-me aqui uma pergunta sobre a hipótese da colocação duma central de recurso no Topo. Eu devo-lhe dizer que, de facto, é possível e já foram também dadas orientações nesse sentido à empresa de modo a que proceda à transferência dum grupo que está na Central Térmica da Calheta, que não serve já para o conjunto do sistema produtor naquela central, de modo a que ele seja colocado na Central do Topo para servir de recurso e emergência às falhas que possam haver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a apreciar o oitavo Plano Anual que a Administração Regional apresenta a esta Assembleia.

Precisamente por ser o oitavo, não podemos deixar de manifestar a nossa apreensão pelas lacunas de que sistematicamente estes documentos são portadores sem que se vislumbre uma mudança de atitude e de método que introduza uma real melhoria nos mesmos.

Há casos em que se constata um retrocesso em relação a exigências feitas pela Assembleia Regional e que já tiveram melhor acolhimento em documentos anteriores.

Estamos a pensar, por exemplo, na desagregação dos programas em projectos e acções, sua fundamentação, e na própria distribuição espacial das verbas contidas na programação.

É lamentável, e até inaceitável, que se desconheça o destino espacial de mais de 3 milhões de contos, o que corresponde a 34% do total. Embora parte desta verba não seja susceptível de desagregação, como se admite que o Governo não venha justificar aos Deputados Regionais o destino efectivo e concreto de praticamente todas as verbas do sector de Energia bem como do das Pescas.

Esta tentativa de sonegar informação ao Parlamento dos Açores é tão grave quanto a incapacidade de planear, por exemplo, as verbas a investir nos portos de pesca da Região. Que rigor e que eficácia contém um Plano Regional que não sabe, em Dezembro, onde se vai gastar, em Janeiro, as verbas com algumas infraestruturas portuárias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:
Na verdade os aspectos técnicos da elaboração de um plano têm importância decisiva para o próprio realismo do Plano e para a sua exequibilidade.

Assim, por muita importância que se queira dar à discussão e apreciação do Plano tem de considerar-se como face fundamental a da sua execução. Pois a execução é o próprio processo de desenvolvimento e, aí surgem as dificuldades que é necessário vencer, tenham ou não sido claramente previstas.

Pelo que se não verifica um controlo, o Plano pode considerar-se uma concepção bela (que nem é o caso) mas, com certeza, precária e ineficaz. Daí que constantemente haja a necessidade de colher elementos de controle para aferir o modo como se está a cumprir quanto se planeou para que, continuamente, se possa reformular o Plano à luz dos desvios observados.

Neste capítulo interessa ressaltar que a política de desenvolvimento não é somente a elaboração do Plano.

Este constitui apenas um elemento orientador. É da correcta aplicação das medidas tendentes a assegurar a realização do que se planeou que dependerá o resultado efectivamente alcançado.

Interessa pois que após se executar o Plano, e apesar dos desvios por ele registados, se observe um respeito estrito pelos grandes objectivos nele contidos.

Por exemplo, é preciso que o relatório final sobre o Plano não nos dê uma distribuição dos investimentos por ilhas (e sectores) oposta à que inicialmente tinha sido concebida e aprovada e que na prática, se venha a constatar um agravamento no fosso que separa as diversas parcelas do todo regional.

Mas o êxito dum plano, para além dos aspectos técnicos, envolve a vontade política do cumprimento das regras inerentes a um processo de Planeamento, participado e consciente com incidência na vontade dos diversos agentes económicos.

Neste particular o Governo Regional teima em ignorar estes princípios e envereda antes pela atitude de transformar um processo que deveria ser eminentemente participativo num acto formal de apresentação da sua lista de opções, em matéria de programa de investimentos, muitas vezes mal fundamentado mas sempre viabilizado pela disciplina do sistema político que o apoia.

É prova disso a chuva de perguntas, dúvidas e discordâncias que os próprios Deputados que apoiam o Governo acabaram de formular nesta Assembleia, mesmo depois das reuniões conjuntas que têm lugar para a preparação deste debate.

É prova disso o tom e as interrogações das pouquíssimas entidades que tiveram a privilegiada oportunidade de poder responder à auscultação formal que o Governo Regional lhes proporcionou.

Sobre este particular, importa referir que esta Assembleia alterou a legislação que a obrigava a colher os depoimentos dos parceiros sociais e entidades autárquicas sobre o Plano Regional com a consciência que o tempo que dispunha para essa tarefa era insuficiente e com a noção de que a melhor ocasião para tal auscultação seria ainda a da fase de elaboração do documento com todas as vantagens que daí deveriam advir.

Bem nos enganamos todos. De facto, o grau de participação obtido pelo Governo foi baixíssimo, com a agravante de não ter sido proporcionado a alguns dos intervenientes o tempo indispensável, sequer, para um pronunciamento, quanto mais para um consciente e exaustivo parecer.

Parece pois ser intenção do Governo bastar-se a si próprio na responsabilidade de conduzir os destinos desta Região.

Só quando as situações se complicam é que se assiste à pretensa abertura e ao convite ao diálogo.

Não seria até saudável e vantajoso que a própria oposição organizada participasse mais activamente no processo da elaboração dos programas, com vista ao aproveitamento das sugestões válidas que entretanto ocorressem.

A Região só tinha a ganhar com tal procedimento.

Aliás, se a elaboração do Plano fosse mais participada não se assistia ao desfazamento que muitos dos projectos apresentados patenteiam relativamente às necessidades reais e às prioridades que efectivamente deveriam estar consagradas. Muitas das opções de Gabinete nada têm a ver com o quotidiano da nossa população.

Neste aspecto é bom que se diga, e o Governo deve ter a humildade de saber ouvir, que muito pouco foi feito neste domínio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No que respeita ao conteúdo do Plano o Governo apresenta mais um documento de intenções e vem solicitar mais uma vez o voto favorável.

Mas que voto? O nosso voto já lhe foi dado, para grande parte dos projectos, que agora nos apresenta, em 1977, 1978, 1979 e 1980. Que quer mais o Governo?

Quer um novo voto para o parque desportivo da Angra do Heroísmo e para o Gimnodesportivo da Horta? Para a Casa de Etongrafia de Santa Maria, S. Jorge e outras? Para as obras do Hospital de Angra do Heroísmo? Para o estudo da definição da solução definitiva do Hospital de Ponta Delgada? Para mais uma ampliação do Centro de Formação Profissional das Capelas? Para mais festivais de cocktails?

E para a construção de parques de máquinas e viaturas?

Será que o Governo ainda precisa de mais votos para levar a cabo os famigerados projectos da Expansão e Cultura da Batata de Semente e para o fomento das Culturas Cereíferas?

Ou será que se destina à continuação dos frustados projectos do Fomento da Fruticultura, da reconversão vitivinícola, e do desenvolvimento Florícola?

Senhores Governantes, o que vos posso garantir é que se querem continuar a estoirar 600 mil contos nos Serviços Agrícolas da Região têm de mudar de política e de nomenclatura porque os resultados são demasiado contraditórios. Ou será que este ano vamos efectivamente combater a praga do pardal? Já me esquecia do célebre projecto da carta de solos e da construção de armazéns e ampliação das instalações dos serviços, bem como a compra de candeeiros de secretaria, chaves, cadeados e outro material de consumo corrente que, por incrível que pareça, são adqui-

ridos por verba de Investimentos do Plano, tal a pretensa eficácia e o rigor das classificações orçamentais da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Será que o Governo quer mais um voto para a criação das já célebres empresas cimenteiras da Região e para o já tanto prometido Parque Industrial da Terceira, bem como para a engendrada zona franca de Santa Maria que no rigor do Plano caiu-lhe na sorte 25.000 contos, mas que o Governo ainda não nos diz o que é que lá vai fazer?

Quanto à Energia bom será não avaliar a cuidada gestão governamental que após 8 Planos Regionais faz com que um cidadão da ilha que possui o Tesouro americano que já rendeu aos cofres do Governo milhões de contos esteja a escrever estas linhas à luz da vela sem ao menos observar no Plano, uma palavra a respeito de tão insólita quanto vergonhosa e humilhante situação.

Por outro lado, o pretendo rigor e eficácia do Plano, consegue apenas introduzir meia dúzia de linhas sobre a experiência geotérmica que já mereceu 7 votos anuais desta Assembleia e já conseguiu devorar 1 milhão de contos sem que se veja o fundo de tamanho buraco.

Em matéria de turismo não espera concerteza o Governo mais um voto para o projecto da estalagem da Serreta, das Velas, de Santa Cruz, bem como para os restantes subsídios que todos os anos se destinam a cobrir os déficits e os lucros das mais ou menos falidas empresas do sector e similares.

Quanto ao programa de estradas regionais o ritmo de execução é tão impressionantemente negativo que se tivesse optado pelo processo de fotocópia dos Planos anteriores, o mesmo passaria facilmente perante os observadores menos atentos.

No que respeita a Portos e Aeroportos, o Governo permite-se introduzir no Plano mais de 2 milhões de contos sem os fundamentar ou, ao menos, explicar o conteúdo de cada acção.

Parece que não vai haver novo aeroporto em S. Miguel, mas fala-se no início dos trabalhos da pista do aeroporto!...

Há inclusivamente anúncios públicos para pré-concurso que contém mais informação do que o principal instrumento da política do Governo que é agora submetida à aprovação dos representantes do povo dos Açores. Isto é o cúmulo.

O tratamento dado ao hipotético porto das Flores é elucidativo. Diz-se: "Prosseguir o processo relativo à construção do porto das Flores" Mas qual processo? Qual porto? O rigor do Plano e do Orçamento não ficam por aqui: Atira-se com 50.000 contos para florentino ver e para melhorar a capitação do investimento prometido para aquela ilha. Resta saber se a

verba prometida vai acabar por se destinar aos projectos siameses ou então o mais certo, vai para cobrir as despesas correntes da SATA.

Mas muitos outros projectos já votados nos primeiros anos da autonomia aqui ainda se encontram como peças decorativas destes importantes documentos.

Não é só a recuperação da zona degradada da Serra de Santiago que nem teve a honra de ser dos primeiros, apesar dos dinheiros oriundos da Serra de Santiago já terem recuperado muita degradação. São os famosos armazens polivalentes, de que parece já haver vergonha de os anunciar individualmente. São as famigeradas Casas de Matança que todos os anos têm honra de Plano e Orçamento e cujo dinheiro que lhe é atribuído desaparece noutro qualquer e oportuno destino.

Em suma, parte do que o Governo aqui nos apresenta é a falência dos seus métodos e a negação dos princípios que quer fazer crer.

Aliás, o empirismo que tem acompanhado a política do Governo está comprovadamente confirmado pelo total desfazamento entre o que o Executivo se propõe fazer e aquilo que efectivamente faz.

Senão vejamos: Para além dos investimentos nas infraestruturas económicas, o Governo, assumiu o compromisso de entre 1977 e 1980 privilegiar os sectores sociais em detrimento dos produtivos. Na prática, fez exactamente o contrário; investiu 24% nos Sociais e 33% nos Produtivos. Porém, na vigência do actual Plano de Médio Prazo a grande opção política do Governo foi sacrificar os sectores sociais em benefício dos produtivos.

De novo, por incrível que pareça, tornou a fazer exactamente o contrário. Isto é, até agora, investiu apenas 25% nos produtivos e alcançou os 31% nos sociais.

Não deixa de ser curioso que os Sectores Sociais atingiram 24% em 1977 e 1978, tendo vindo sempre a crescer de importância até alcançarem os 33% em 1982.

Por seu turno os sectores produtivos que chegaram a representar 37% das despesas do Plano em 1978, têm vindo gradualmente a perder peso, até aos 24% do ano passado.

O que se está a passar é prova inequívoca do irrealismo programático do Governo Regional.

Faz exactamente um ano que o Governo fez passar nesta Câmara um Plano em que a grande opção era a modernização da economia regional e em que a orientação consistia numa grande prioridade para os investimentos no sector produtivo que assim via o seu peso atingir os 30% no Plano enquanto os sectores sociais se quedavam pelos 26%. Passados 9 meses o Governo apresentou para sancionamento desta Câmara uma alteração que classificou, simplesmente de estritamente financeira quando, na verdade, procedeu a uma

tão profund quanto incoerente alteração da estrutura do Plano, de tal sorte que colocou os sectores sociais com 34% das verbas do Plano e deixou os sectores produtivos com apenas 23% das verbas para investimento, o que será certamente o valor mais baixo de sempre.

O mais grave é que houve sectores como a Indústria e o Comércio que cederam mais verba do que aquela com que ficaram. A Indústria tinha 304 mil contos, ficou com apenas 115 mil e o Comércio que possuía 152 mil veio para 72 mil.

A própria Energia, apesar da situação de ruptura que se vive na Região ainda teve de ceder 100 mil contos. Em suma, foram quase meio milhão de contos que se retiraram dos sectores produtivos, por falhas de programação, ou, sabe Deus, por a programação nunca ter existido.

O mais curioso é que se reduziu 150 mil contos no apoio financeiro ao Investimento Industrial com a justificação de que se verifica uma retracção do investidor privado face à grave crise económica e financeira para que têm contribuído as altas taxas de juro.

Isto é, quanto maior é a crise do sector e mais inoportáveis são as taxas de juro, menores são as verbas que o Governo reserva para o apoio financeiro ao investimento industrial. Este pormenor é revelador da ilógica governamental e da ineficácia da política que está a ser seguida para o sector económico da Região.

No que à política de infraestruturas diz respeito é inegável que grande número delas correspondem a necessidades básicas da população e inserem-se correctamente nos espaços económicos que servem.

Porém, outras obedecem exclusivamente a objectivos políticos com consequências económicas e financeiras ainda por avaliar.

Aliás, o que caracteriza a acção do Governo Regional é a excessiva componente política que lhe está subjacente. A racionalidade económica e financeira tem estado alheada da maioria dos grandes projectos de investimento. Normas elementares como estudos de viabilidade e de análise, curtos benefícios, foram simplesmente ignorados ou introduzidos fora de tempo, como é o caso do projecto geotérmico. A irracionalidade que caracteriza muitas das infraestruturas económicas lançadas e programadas não está apenas na má aplicação de meios financeiros públicos, como na sua subsequente sub-utilização, está, sobretudo, nos inoportáveis custos de funcionamento que lhe estão subjacentes e que poderão comprometer ainda mais as limitadas e exíguas receitas regionais.

Outra das consequências, é que, a economia regional muito pouco tem beneficiado com os milhões de contos que foram teoricamente aplicados

na Região. A parte mais significativa regressa ao Continente português, já que a economia regional não foi minimamente preparada para absorver o que estaria ao seu alcance. Assiste-se a uma verdadeira explosão da variável consumo, nomeadamente do segmento correspondente ao consumo público, que não encontra qualquer contrapartida válida do aparelho produtivo interno que, de resto, apresenta fortes sinais de estagnação e até de recessão.

Presidente: Sr. Deputado, lembro-lhe que falta um minuto para terminar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Presidente, uma vez que teria direito a 10 minutos numa 2ª intervenção que não tencionava fazer, pedia se, porventura, os podia usar agora.

Presidente: Aberto o precedente, considerarei.

O Orador: É pois nítido o desfazamento crescente que se constata entre um aparelho político-administrativo em expansão e a débil estrutura económica regional que o deveria suportar. As próprias empresas públicas estão a atingir déficits inoportáveis, sem que se vislumbre qualquer preocupação governamental no sentido de alterar esta dinâmica, o que leva a pensar que a situação tende a agravar-se.

De tudo isto pode resultar que por ausência de uma política de desenvolvimento coerente, responsável e correctamente inserida na dimensão sócio-económica regional, os impactos derivados dos vultuosos investimentos que se têm realizado em vez de se traduzirem favoravelmente na economia açoriana e conseqüentemente nas receitas regionais, possam, caprichosamente, reflectir-se negativamente em défices crescentes das Contas Regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É notório o crescente desfazamento entre as necessidades de consumo apresentadas pela população açoriana e a estrutura produtiva da economia regional, que não consegue adaptar-se às exigências da procura que cada vez está mais próxima da oferta de zonas desenvolvidas.

Aliás, na economia regional, o único sector que vem demonstrando crescimento é exactamente o sector terciário, e neste, o sector público.

Se a actual tendência se acentuar teremos uma estrutura social e política dificilmente suportável pela estrutura económica.

A ausência de um diagnóstico global ao comportamento da economia regional é o pior dos sintomas da irresponsabilidade governamental, no pressuposto inadmissível de que o não falar-se no assunto contribui de certo modo para o seu desaparecimento. Valoriza-se pequenos e insignificantes indicadores sectoriais que só servem para iludir qualquer curioso e não se analisa a grave tendência global que a economia

açoriana indica.

Não é necessário conhecer-se alguns dos agregados das contas regionais para se perceber que a situação económica da Região se está a deteriorar a passos largos. Agora não é apenas constatar-se o artificialismo económico que se vive nas ilhas pequenas que se transformaram em menor agente de consumo que cada vez produzem menos e se encontram com o seu tecido económico destruído e em total desequilíbrio.

A própria crise já se instalou nas ilhas maiores, onde cada vez se vive mais à sombra do Orçamento Regional. O próprio sector bancário já está a sentir dificuldades em manter a sua própria segurança. As falências técnicas surgem a cada passo. As soluções financeiras são cada vez mais difíceis e as económicas muitas vezes já não existem. A lei da selva está-se a instalar entre nós. Por isso a obrigação do Governo não se pode esgotar na feitura dum programa de investimentos mais ou menos conforme com as aspirações e necessidades das populações.

Cabe ao Governo orientar a evolução económica global com as medidas de política global e sectorial que mais se ajustarem às situações reais que se vivem em cada momento. Mas para isso é preciso possuir-se os instrumentos adequados à intervenção bem como a capacidade, técnica e humana, para o fazer.

Não podemos continuar a viver na base de déficits acumulados quer no sector público, quer no sector ^{privado} produtivo, quer ainda no âmbito dos próprios orçamentos familiares.

Uma sociedade globalmente endividada e tecnicamente hipotecada não poderá continuar a manter um nível de consumo perfeitamente artificial face à infraestrutura económica em que se insere.

Neste aspecto global, o Plano do Governo é completamente omisso e não esboça qualquer preocupação quanto à evolução económica geral da Região. O Governo mantém a sua política de grande empreiteiro regional e dificilmente assume as responsabilidades que lhe cabem como principal dinamizador do comportamento da economia regional.

Em suma, é indispensável que a autonomia económica da Região acompanhe a evolução da autonomia política. Porque sem a primeira não se pode garantir solidamente a segunda.

Obrigado.

(Bancada do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Bom, chegámos às 13.05 horas, portanto vamos suspender aqui os nossos trabalhos. Retomá-los-emos às 14.30 horas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Vai ser difícil...

Presidente: Não pode ser?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Depois esperamos meia hora aqui.

Presidente: Srs. Deputados, eu ponho a questão à consideração do Plenário. O problema não é meu.

Foi sugerida a hora das 14.30. Se os Srs. Deputados acham que não conseguem almoçar neste intervalo de tempo - que é de uma hora e vinte - pois, podemos ir para outra solução. Portanto, qual é a sugestão que fazem os Srs. Deputados?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mais meia hora.

Presidente: As 15.00 horas impreterivelmente. É a hora regimental.

Deputado Roberto Amaral (PS): Eu propounha uma interrupção de 3 minutos, durante os quais o Sr. Presidente poderia conferenciar com os líderes dos Grupos Parlamentares e com o representante do CDS.

Presidente: Bom. Penso que isso é uma proposta extemporânea já, porque ouvi as duas bancadas, e suponho que o Sr. Deputado do CDS se não opõe, e voltaremos às 15.00 horas. Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 13.06 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

Agradecia que desde a informação ao resto da Sala, tomassem os seus lugares.

Portanto, retomando os nossos trabalhos, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Emílio Porto para uma 2ª intervenção.

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentarei abordar a problemática dos transportes, sector relevante que aqui importa ter em conta. Vou fazê-lo como sei e como posso.

Somos uma região altamente dependente dos meios de transporte. Barcos e aviões, carros e autocarros, portos e aeroportos, estradas e caminhos, são ingredientes indispensáveis à vida económica e social das gentes açorianas. A sua multiplicidade justifica-se porque somos ilhas. A sua necessidade impõe-se porque nelas vivemos.

Daqui resulta naturalmente uma política, que necessariamente terá de ser realista e de acordo com o que temos e somos.

Vamos enunciar dois pressupostos e sobre os mesmos reflectir.

1ª - Uma política de transportes deverá proporcionar serviços encorajantes às crescentes actividades económicas das ilhas;

2ª - Uma política de transportes deverá proporcionar serviços que ofereçam confiança, frequência, eficiência e preços acessíveis.

Procuremos desenvolver cada um destes pressupostos.

1ª - Uma política de transportes deverá proporcionar serviços encorajantes às crescentes

actividades económicas das ilhas.

É evidente que o desenvolvimento assenta essencialmente nas actividades de carácter económico. Daí que as pessoas e bens não possam parar. Têm de movimentar-se constantemente, numa dinâmica certa, regular e crescente. As pessoas que trabalham, que investem e que produzem, não o fazem "para aquecer", como soe dizer-se. Fazem-no a sério, e por isso reclamam **certezas**.

Uma política de serviços encorajantes, como reposta a **estas certezas**, impõe-se. Por um lado são importantes as infraestruturas, por outro, os meios de transporte. Uns e outros deverão oferecer segurança e transmitir coragem ao cidadão.

Aqui cabe referir que foi importante tudo o que se fez em portos e aeroportos, apesar de muita política também destorcida e, por vezes subterrânea e de algum esbanjamento; é importante o que ainda há para fazer. (Só esperamos que os mesmos erros se não cometam): É importante e urgente fazer acompanhar tudo isto de medidas conducentes a uma renovação total, por exemplo, da frota marítima que já não é capaz de dar resposta às necessidades crescentes.

É deveras desencorajante andar de lancha no canal, ou então aguardar os barcos da CTM, quando aparecem. Algo de mal vai neste ponto, e não vejo nada no Plano que seja indicativo de remédio a curto prazo. Parece que se instalou por aí a ideia fixa duma continuidade ou da solução do dia a dia que já começa a ser doentia.

Quem investe quer certezas. Quem vocacionou a sua vida para a produção de carne ou de peixe, ao vivo ou transformado; quem orientou a sua vida para o comércio, por grosso ou a retalho; quem, numa palavra, faz da sua vida, uma aventura em terra e no mar, tem direito, pelo menos, a estas certezas. São os poderes públicos, em última instância, os responsáveis directos das condições indispensáveis ao progresso que os cidadãos eleitores e contribuintes constroem.

Deixo aqui um apelo para que tudo isto dê uma volta, e seja dado ao povo açoriano maiores certezas neste sector dos transportes.

2ª - Uma política que proporcione serviços que ofereçam confiança, frequência, eficiência e preços moderados.

Nada mais natural. As pessoas assim o querem. Têm esse direito.

Aqui, há que ter em conta, já não só o económico, mas também o social. Somos uma região demasiado condicionada. Por isso importa a certeza da regularidade, da eficiência e da capacidade financeira de cada qual. Dos transportes depende quase tudo. Até a saúde que desejamos para nós e para os outros.

Não podemos deixar de frisar o quanto nos custa já andar de avião e de automóvel, e o

quanto nos magoa o desaparecimento do transporte marítimo de passageiros. Ao menos era uma alternativa. Será que os responsáveis se esquecem da nossa condição de ilhéus? Não estarão a sonhar demasiado alto? Esta obrigação de não ter alternativa é farda que nem todos podem vestir. Penso que a solução pode ser encontrada entre os intervenientes que actuam em terra e no mar, dando aos barcos valências mais alargadas. Já as tiveram no passado e nunca ninguém por esse motivo se queixou. Entre as ilhas, muita coisa há para deslocar. Tudo se complica quando os transportes não existem, ou quando as irregularidades se transformam em regularidades.

Ninguém se engane - e isto é opinião minha - não é o avião a única alternativa, entre as ilhas. E se não o é para as pessoas, muito menos o é para os bens. Veja-se o exemplo dos iates do Pico. Deixam de navegar e tudo se complica.

Neste momento há ilhas que não têm ligação marítima entre si há mais de dois meses. Não se trata do cansado exemplo das Flores e Corvo. É aqui bem no centro da Região. Escusado será referir que esta situação, ou situações semelhantes, redundam sempre em prejuízos difíceis de suportar.

Não seria tempo de repensar tudo? Deixar de vez o improvisado, a **optimização dos meios disponíveis**, como diz o Plano, e enveredar por todo um sistema de transportes regionais, capaz de responder com eficiência e regularidade a todas as necessidades? Penso que sim.

Uma política regional de transportes, no nosso entender, não pode assentar somente em portos e aeroportos, embora, já o disse, eles sejam importantes. Tem de ir mais longe. Os meios de transporte têm de ser eficientes e adequados, capazes e seguros; as carreiras, regulares; os preços, convidativos; os horários, ajustados; as capacidades, racionalizadas; tudo por forma a que o funcionamento termine numa economia saudável, e num serviço social que se deseja sempre mais perfeito.

Disse.

(Bancada do PS: Muito bem!)

Presidente: Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Mário Martins de Freitas. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Mário Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reune esta Assembleia, neste período legislativo, para aprovação do Plano do Governo Regional para 1984, completando-se assim o Plano de Médio Prazo apresentado a esta Câmara em 1980.

Juntos novamente, para, em comum, reflectirmos e discutirmos o presente e o futuro da nossa Região, e também falar do passado, do longínquo e do recente.

Passados que são sete anos sobre o regime

autonómico, que em boa hora conseguimos, a realidade ilha é muito diferente.

Fazendo esperar, até certo ponto, um pouco as ilhas desenvolvidas, foi notória a acção do Governo Regional em dotar as que estavam votadas ao abandono, com as infraestruturas económicas indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Quem percorrer as seis ilhas do arquipélago, que estavam praticamente abandonadas, nota que a realidade presente é muito diferente: Todas as parcelas da Região possuem pistas para aviões, os portos estão em fase de acabamento, e, outros no início, as vias rodoviárias foram beneficiadas e outras rasgadas.

Nota-se progresso em todas, e, em quase todas, a iniciativa particular tem correspondido ao desafio que lhe foi posto, muito embora, ultimamente, com a crise financeira mundial e nacional, com reflexos na regional, se note uma retracção, pois os juros bancários, como todos sabem, não incentivam a grandes investimentos.

Momentos difíceis nos aguardam e sacrifícios vão ser exigidos aos açorianos, mas estou convencido de que com o Governo Regional e a sua actualização, os mesmos serão ultrapassados.

Como deputado regional do PSD eleito pelo círculo do Pico, honro-me de o ser e de apoiar aqueles que com coragem apontam para o desenvolvimento e unidade regional.

Também como deputado regional, algumas vezes chamei e chamarei a atenção, para assuntos específicos da ilha que represento neste momento e neste Parlamento, mas tentando, sempre, ter em conta as outras oito, que formam o rosário maravilhoso que Deus e a Natureza semearam no meio do Atlântico. Pese embora aos que desejavam uma contestação acérrima e bairrista.

Depois que usufruímos do regime autonómico e Governo próprio sob a orientação do PSD, a realidade nas diversas ilhas é muito diferente do antes 25 de Abril.

Basta percorrer todas e ver o muito que foi feito em tão pouco tempo, e isto, em algumas que, como por exemplo, o Pico, nada possuíam.

Que mais se poderia ter feito; que houve erros de percurso; que se fizeram e projectaram obras superdimensionadas; talvez. Mas não é natural os homens e, como tal os Governos errarem? Tenhamos em atenção que o óptimo é inimigo do bom - segundo já foi hoje aqui afirmado pela colega Adelaide Teles.

Bom seria que as pessoas, que vivem nas ilhas nas quais o Governo Regional providenciou para a construção de infraestruturas necessárias ao seu desenvolvimento, dessem agora o seu contributo, com a iniciativa privada, (pois, é inadmissível os Governos tudo fazerem).

(Membros do Governo: Muito bem!)

Com o que acabo de dizer, não pretendo de maneira nenhuma que entendam que a missão dos deputados da maioria é dizerem "Amen" ao Governo. Pelo contrário, devemos mencionar os empreendimentos e projectos levados a cabo, mas também exercer crítica, mas crítica construtiva e não a do "deita abaixo" e nada fazer.

(Membros do Governo: Muito bem!)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos deveres dos deputados é chamar a atenção do Governo para o que entendam ser bom para os Açores, evitando sempre que possível a desigualdade intra-regional, e combater o divisionismo bairrista acerbadado.

Como deputados regionais devemos sim pensar maduramente na Unidade Regional e desmascarar e denunciar os que, dentro e fora dos Açores, com jogadas menos claras, tentam criar a desunião, entre as ilhas, as cidades, concelhos e freguesias.

Devemos ter em conta o equilíbrio desta Região, tão dispersa geográfica e fisicamente, e que é difícil de igualar, pois cada ilha é como um continente que necessita de desenvolver-se, independentemente de ser grande ou pequeno.

Estou convencido de que todos, juntos, seremos capazes de levar o bem-estar, progresso e o desenvolvimento a esta Região, de Santa Maria ao Corvo, e chegaremos à meta desejada pela maioria do Povo Açoriano e que é o bem comum e a paz social para todos.

Tenho dito.

(Palmas do Governo e da bancada do PSD)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social. Tem a tribuna à sua disposição.

Secretário Regional do Equipamento Social (Victor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na proposta de Plano para 1984, a dotação atribuída à Secretaria Regional do Equipamento Social é de 2.571.600,0 contos, distribuídos como se indica:

- Construções escolares para o ensino primário, 294.500,0;
- Construções escolares para os ensinos preparatório e secundário, 660.000,0;
- Instalações para o ensino superior, 37.100;
- Património escolar e residências de estudantes, 57.800,0;
- Construções habitacionais, 505.000,0;
- Defesa de recursos hídricos, 20.000,0;
- Equipamento urbano, 47.200,0;
- Estradas regionais, 800.000,0;
- Calamidades e estragos, 50.000,0;
- Instalações e equipamentos para serviços públicos, 100.000,0.

Quanto aos quatro primeiros programas e ao último, a Secretaria Regional do Equipamento Social

é apenas a entidade executora, sendo proponentes, respectivamente, as Secretarias Regionais de Educação e Cultura e Administração Pública, motivo porque sobre estes não faremos quaisquer considerações.

Quanto ao programa habitacional verifica-se um acréscimo de dotação, relativamente a 1983, de 76%, abrangendo diversos projectos, o que demonstra o esforço que se pretende desenvolver para atenuar essa grave carência.

O parque habitacional da Região caracteriza-se, fundamentalmente, por um excessivo número de habitações degradadas, algumas das quais se arruinam, por falta de conservação.

Nas carências do parque habitacional, há que ter em atenção os défices de reposição e os carenciais.

Se há casos em que a execução dos empreendimentos habitacionais terá que ser da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, nomeadamente naqueles em que, para a concretização de alguns empreendimentos do seu Programa, há necessidade de se efectuar operações de realojamento, a sua generalização não será sem dúvida a solução mais realista e operacional para a resolução do problema habitacional da Região. Há que implementar a construção ou aquisição de casa própria, criando para o efeito, os incentivos necessários e diversificando o tipo de programas de apoio, por forma a dar satisfação às várias situações económico-sociais da população, numa perspectiva de justiça social.

Para tal, resolveu o Governo Regional considerar verbas elevadas para a concretização desses incentivos, os quais se podem traduzir, entre outros, na introdução de subsídios especiais, na aquisição de terrenos, execução de infraestruturas, cedência de materiais e ainda na elaboração de projectos-tipo para habitação própria.

As acções desenvolvidas podem enquadrar-se em vários projectos, assim discriminados:

- Construção de fogos, promovidos em regime de administração directa, em operações de realojamento, e atribuição de subsídios às famílias no seu arrendamento.

- Subsídios específicos na recuperação e ampliação de habitação existente, na auto-construção e na cedência de terrenos.

- Apoio à construção de custos controlados.

- Apoio às cooperativas de habitação.

Considerando que a recuperação da habitação degradada constitui uma medida que, para além de permitir manter no parque habitacional unidades com as condições mínimas de habitabilidade, garante a conservação do património arquitectónico, foi implementado e melhorado este programa, destinado exclusivamente a subsidiar em materiais e apoio técnico os agregados familiares que afirmam um rendimento mensal líquido inferior

ou igual a duas vezes o salário mínimo nacional, ou per capita mensal inferior a 1/5 deste valor.

Em casos excepcionais de insolvência poderá vir a ser concedido um subsídio, para mão-de-obra, de valor não superior a 100,0 contos.

O programa de apoio à auto-construção, que tem como objectivo minorar a carência habitacional da Região, em particular das famílias mais carecidas, consiste, basicamente, na cedência de materiais aos agregados familiares que pretendam construir habitação própria e permanente e que afirmam um rendimento mensal líquido inferior ou igual a três vezes o salário mínimo nacional, ou per capita mensal não superior a 1/5 deste valor.

A percentagem dos materiais a ceder gratuitamente e necessários à construção dos toscos, cobertura e parte do acabamento exterior do fogo, variará com o rendimento mensal do agregado familiar.

Na hipótese do beneficiário não dispôr de terreno próprio o Governo Regional poderá facultá-lo, infraestruturando, nas zonas onde os possua.

Outro apoio que este programa facultará é o da cedência gratuita de projectos-tipo.

Há extratos da população que apresentam determinadas particularidades, justificativas de criarem necessidades especiais de habitação e que não são normalmente contemplados no sistema de auto-construção, nem dispõem de recursos que lhes permitam adquirir casa própria sem haver a introdução de um factor de correcção do seu custo final.

Recorrendo-se à construção de custos controlados, não imputando ao financiador o valor do terreno e infraestruturas obtém-se uma redução do custo final e esta é uma acção que está em curso pelo Governo Regional.

O grave problema da carência habitacional poderá também vir a ser substancialmente atenuado pela actuação das cooperativas de habitação, motivo porque o Governo tem vindo a dedicar-lhes um cuidado especial nos seus programas de apoio.

A Secretaria Regional do Equipamento Social tem contribuído para a definição do programa habitacional adequado aos seus associados, elaboração de projectos, aquisição de terrenos, execução das necessárias infraestruturas e apoio técnico nas diversas fases do empreendimento, sempre que solicitado.

O urbanismo e ambiente é outro projecto incluído no programa de construções habitacionais.

Sendo os planos de urbanização peças indispensáveis para a correcta planificação do desenvolvimento urbano, propomo-nos continuar a dar este apoio às Câmaras Municipais, concluindo os de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ribeira

Grande, Povoação, Nordeste, Furnas e Água de Pau e iniciar o de Ponta Delgada. No corrente ano ficaram concluídos os de Lagoa, Santa Cruz das Flores e Vila Franca do Campo.

Quanto aos restantes núcleos urbanos de maior desenvolvimento, desencadear-se-ão os respectivos estudos, logo que se disponha da necessária cartografia.

Para o ambiente, mantêm-se actuais as linhas de orientação e medidas políticas previstas no Plano de Médio Prazo. A continuação de elaboração de estudos de ordenamento de áreas protegidas, a classificação de outras, cujas características lhes confirmam condições para tal, a promulgação de medidas regulamentares cautelares, o apoio técnico às autarquias locais, a defesa das espécies animais e recuperação de sistemas ecológicos, com vista à preservação das espécies em vias de extinção, e o desenvolvimento de acções de sensibilização junto da população, especialmente da mais jovem, são intervenções que se enquadram neste programa.

Como efeitos do programa de defesa dos recursos hídricos, saliente-se o conhecimento das disponibilidades hídricas da Região, e a cobertura gradual das ilhas com aparelhagem científica ligada aos recursos hídricos. Pretende-se também continuar as acções de desassoreamento, correcção e regularização de leitos de ribeiras, lagoas e canais, acções de especial importância para evitar prejuízos que por vezes podem ser avultados.

Do programa de equipamento urbano, salienta-se a concessão de subsídios a entidades particulares de interesse colectivo, que irão permitir colaborar na reparação e adaptação de sedes de agremiações culturais, desportivas e recreativas, bem assim a recuperação de igrejas e centros paroquiais.

Promover a melhoria da rede de estradas regionais, tem efeito na segurança e economia de circulação.

As características geométricas de alguns troços da rede viária regional, e a capacidade de suporte dos pavimentos, não se coaduna com os aumentos verificados, quer em frequência de tráfego como em tonelagem das cargas rolantes, o que têm obrigado a um esforço no sentido de atenuar os inconvenientes existentes, e assim se justifica a dotação incluída na proposta de 800.000,0 contos.

Numa região como a nossa, sujeita a frequentes temporais, como os que a têm estado a afectar, é frequente a degradação de infraestruturas cuja importância para o desenvolvimento da vida normal das populações implica, de imediato, a sua reparação.

Por esta razão é que na Proposta do Plano para 1984 surge o programa de calamidades e estra-

gos, com uma verba não desagregada e destinada a permitir a intervenção, quando se vier a justificar.

Obrigado.

(Palmas do Governo e da bancada do PSD)

Presidente: Para pedirem esclarecimentos ao Sr. Secretário do Equipamento Social, inscreveram-se três Srs. Deputados do Partido Socialista. Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Goulart.

Deputado Manuel Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário do Equipamento Social, na sua intervenção, focou um dos aspectos que, quanto a mim, é essencial para a boa qualidade de vida da população dos Açores. Refiro-me, concretamente, à habitação.

É, por demais sabido, que o nosso parque habitacional é velho e, além disso, muito carecido. Existem vários programas na Proposta de Plano para tentar, em certa medida, resolver ou, pelo menos, atenuar este problema.

Concretamente, eu tinha aqui algumas questões que gostava de pôr.

No que se refere à auto-construção, efectivamente acho que ainda bem que o Governo resolveu modificar os plafonds para os escalões de atribuição de subsídios para os toscos. É porque, até aqui, aqueles escalões que assentavam na base do salário mínimo nacional, realmente eram irrealistas, uma vez que quem tem rendimento igual ao salário mínimo nacional não poderia, de forma alguma, arcar com as responsabilidades da construção da sua casa, mesmo que lhe fossem dados os materiais para a construção dos toscos, porque, quem possui esse rendimento, mal tem para comer.

Portanto, eu registo com agrado que o Governo tenha modificado esses critérios. No entanto, aqui, dentro da auto-construção, eu gostaria de colocar um problema que é o que se relaciona com a, quanto a mim, desigualdade de circunstâncias em que o trabalhador que reside na zona urbana - onde se faz sentir com maior acuidade o problema da habitação, que só vive do seu salário, que não possui outros rendimentos para além deste - quanto à declaração dos seus rendimentos, se encontra em relação àqueles que vivem na zona rural e aí façam a sua vida, onde todos nós sabemos que é muito mais difícil e muitas vezes, talvez até impossível, mencionar os seus rendimentos.

Aqui, a minha preocupação e pergunta seria no sentido de saber como se pode tentar dar um tratamento de igualdade nestes casos.

Um outro aspecto refere-se ao programa que existe para atribuição de incentivos à construção e aquisição de casa própria. Nós vemos no Plano, realmente, uma verba atribuída para este fim. Diz-se lá, muito sucintamente, que

o projecto beneficiará os concorrentes das várias ilhas que se habilitarem. No entanto, ficamos sem saber em que medida serão os concorrentes beneficiados. Quais os critérios a empregar para atingir esse fim?

Uma outra questão que eu gostaria de lhe pôr era a que se relaciona com a recuperação de habitação degradada. Nós sabemos que, através deste programa, alguma coisa tem sido feita e que algumas habitações têm sido melhoradas no seu aspecto e na sua funcionalidade, para os utentes.

No entanto, aqui, achamos que talvez existe uma lacuna. Nós sabemos que existem muitas casas de renda cujo estado de conservação não é o melhor, que se vêm degradando, dia após dia, e que os senhorios, umas vezes porque não querem, outras vezes porque não podem, não ocorrem à beneficiação dessas mesmas habitações. Eu gostaria de perguntar se o Governo terá em mente proporcionar aos rendeiros, em casos devidamente comprovados, nestas habitações em que o senhorio não se habilita a essa recuperação, a possibilidade de se poderem habilitar a esse programa.

Era só isto.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa para formular os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas questões relacionadas com o sector do Sr. Secretário do Equipamento Social. Questões que procurarei fazer de modo educadinho, ou seja, pouco chato, para que não me sejam devolvidas como parece acontecer com outras questões.

Eu noto algumas diferenças notórias entre algumas coisas constantes neste sector, no Plano a Médio Prazo e no Plano para 84. O que eu, genericamente, gostava de saber era se são diferenças de mera cosmética - se são diferenças apenas pláticas que, nalguns casos, levaram à supressão integral de páginas inteiras do Plano a Médio Prado,

Portanto, a pergunta é se, em relação a tudo isso - e eu interpreto-o assim - elas desapareceram. Se não aparecem para 84, é porque estão, integralmente, realizadas. As diferenças, eu vou referi-las.

Dizem respeito, por exemplo, à indústria da construção civil (pg. 128) que desapareceu totalmente do Plano para 84. Prometia-se no Médio Prazo: "publicação periódica dos índices relativos à mão de obra e materiais dos Açores". Isso está feito, por isso não precisa aparecer no Plano para 84?

"Melhorar o serviço de transportes entre as várias ilhas e entre estas e o Continente e os circuitos de distribuição e comercialização dos materiais de construção" Está feito, ou,

então, porque desapareceu do Plano para 84?

"Levantamento e divulgação dos materiais de construção produzidos na Região". A mesma questão.

"Incentivar a criação de indústrias fornecedoras de materiais de construção, aproveitando os recursos naturais disponíveis, bem como os que podem ser transformados nos Açores". A mesma questão.

"Promover a mecanização e a racionalização dos processos construtivos através de incentivos fiscais e financeiros". A mesma questão.

"Divulgação antecipada do lançamento dos empreendimentos a cargo do sector público, como forma de motivar o dimensionamento adequado dos industriais de construção locais e o interesse de fixação de empresas do exterior que ofereçam garantias". A mesma questão e, mais uma relacionada com um caso concreto que é o caso da atribuição do projecto de remoção de terras - sei que não é, tecnicamente, essa a terminologia, mas, agora, não me lembro doutra - do aeroporto de Ponta Delgada.

Em relação a esta questão, causa surpresa a algumas pessoas o facto do projecto técnico, em si, e a sua elaboração ter sido separada do restante projecto do aeroporto. Parece, a algumas pessoas pelo menos que, tecnicamente, não seria a forma mais aconselhável, uma vez que, tecnicamente até, parece que a elaboração do projecto é muito fácil, mas o que mais levanta certas preocupações às pessoas é que não só é fácil tecnicamente - parece que um simples topógrafo o poderia fazer - mas também parece que é muito rendoso.

Eu pergunto, em relação a esse projecto e a essa separação: se houve alguma razão técnica para a separação; se houve concurso público para esse projecto. Quais foram as empresas concorrentes? Quais as suas propostas? Qual o critério de adjudicação?

Mas, voltando ainda ao que foi suprimido no Plano de Médio Prazo, tínhamos ainda mais uma coisa em relação à indústria de construção civil: "criação da Comissão Regional de Inscrição e Classificação de Empreiteiros Industriais da Construção". Isso também desapareceu. Está feito, por isso não precisa de ser pensado sequer, para 84.

Outras diferenças de cosmética estão no ordenamento físico de território. No Plano a Médio Prazo falava-se em: "conclusão da cobertura aero-fotogramétrica..." etc.. Em 84 fala-se: "na continuação da cobertura aerofotogramétrica, na continuação dos trabalhos de campo conducentes à informação necessária". Eu pergunto qual a razão desta diferença, entre a conclusão prometida para o Médio Prazo, que acaba para o ano, e a prometida para o ano, ou seja, a continuação.

Mais algumas diferenças ainda. No Plano de Médio Prazo, dizia-se, em relação às Câmaras Municipais, que se iam criar condições para

a melhoria dos serviços técnicos das Câmaras Municipais. "Criar condições". Para 84 promete-se continuar o apoio técnico às Câmaras Municipais. Eu não sei se será uma inflexão, ou não, na política de Plano. Nós nunca sabemos quando é, mas parece haver, realmente, uma grande diferença entre o criar condições - que parece significar: conseguir que as próprias Câmaras tenham serviços técnicos - e o continuar a apoiar as Câmaras.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim.

O Orador: Só mais uma pergunta.

No Plano a Médio Prazo falava-se na criação de bancos de projectos para a habitação e equipamentos colectivos específicos. Isso desapareceu também do Plano de 84. É porque está feito ou, então, porque não é necessário fazer?

Existem muitas dúvidas, que constam da voz pública, sobre a veracidade de que o único meio de obter solução rápida para projectos que têm que ser aprovados pela Secretaria do Equipamento Social, é dar a elaboração desses projectos a alguns técnicos dessa Secretaria. Pergunta-se: a situação é legal? Se não é legal, o Sr. Secretário tem conhecimento dela? Se não tem - as vozes parece que são muitas - estará disposto a fazer um inquérito a esse respeito?

Obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Emílio Porto.

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depreendi dum leitura atenta que fiz ao Programa nº 16 - Equipamento Urbano - que algumas acções passaram para esta rubrica, quando seria de esperar encontrá-las no Sector da Cultura. A páginas 205, ao cimo, refere-se que já foram executadas obras num palacete - Santana, Faial - e diz-se: "num forte-Santa Catarina, Pico".

A este propósito e relativamente a este forte, pergunta-se: para quando acções tendentes à restauração completa desse monumento?

2ª questão: para quando acções semelhantes tendentes à reparação e total conservação dos dois antigos conventos, existentes na Ilha do Pico?

Outra pergunta: não acha o Sr. Secretário que, para a demasiada extensão de estradas degradadas, são diminutas as frentes executórias para a sua total conservação?

Última questão: não seria um bom serviço que a sua Secretaria procedesse, ou tentasse proceder, ao desassoreamento das chamadas lagoas marítimas, da orla marítima da Vila das Lajes do Pico?

Presidente: Finalmente, para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional, dou a palavra ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário do Equipamento Social:

Há alguns meses, apresentei um requerimento a esta Câmara, visando a via-circular à cidade de Angra do Heroísmo. Porém, nada me foi respondido e, lamentavelmente, não vejo nenhuma referência, quer no Plano, quer na intervenção do Sr. Secretário, à questão. Perguntava se, efectivamente, o Governo está na disposição, à semelhança de anos anteriores, de, ainda até à aprovação do documento, vir a assumir esse projecto de inegável interesse, enfim, para o segundo mais importante centro urbano da Região - Angra do Heroísmo.

Faço lembrar que, dos poucos pareceres que foram emitidos em resposta à solicitação do Governo Regional, as forças vivas da Ilha Terceira são unânimes em considerar esse projecto como, neste momento, o mais premente no quadro rodoviário da ilha.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso está incluído no Plano a Médio Prazo!

O Orador: Desculpe. Então há erro da minha parte.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): De facto. Desfaço a dúvida. Vai-se incluir no Plano de Médio Prazo 84/88.

O Orador: Ó Sr. Presidente! Por aquilo que tenho visto, o Plano de Médio Prazo, anualmente, tem sofrido as inflexões que a conjuntura sugere.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Aqui, há um momento, criticou-as energicamente e agora vem pedir, do Governo, uma nova inflexão.

O Orador: Felizmente estaria disposto a subscrever essa nova inflexão. Aliás, faço-o referir aqui - se a Mesa o permite - que, efectivamente, noto, da parte do Governo, uma saudável preocupação de dotar os grandes centros da Região das estruturas rodoviárias indispensáveis ao desenvolvimento económico.

No caso da Ilha Terceira, todos nós sabemos a forma como o projecto actualmente denominado: "Saída-Oeste de Angra do Heroísmo" ou, também por muitos designada, "Via rápida Angra-Praia", entrou no Plano.

Portanto, o que eu solicitava ao Governo era que desse o mesmo tratamento à via-circular a Angra do Heroísmo que foi dado à via rápida - que foi uma inflexão ao Plano de Médio Prazo.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Necessária!

Presidente: Bom, não há mais Srs. Deputados inscritos, penso que o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social está em condições de responder. Tem 14 minutos para o fazer.

Secretário Regional do Equipamento Social (Victor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tentarei não utilizar mais do que o tempo que me é dado.

Em primeiro lugar, quero responder a umas perguntas, dos Srs. Deputados, não feitas neste momento, mas sim aquando das suas intervenções.

Assim, o Sr. Deputado Joaquim Ponte, perguntou-me, qual a situação do processo da recuperação da zona degradada da Serra de Santiago. Eu devo dizer que, neste momento, os terrenos já se encontram adquiridos. Encontra-se na fase de elaboração o plano de pormenor desta zona. Logo que estejamos munidos desse plano de pormenor, e que se conta ser ainda no primeiro trimestre do ano de 84, passar-se-á à fase das infraestruturas. A recuperação dessa zona está incluída no Plano e prevista no sistema de auto-construção.

Quanto ao processo do Bairro de Santa Luzia, sobre o qual também foi feito um pedido de esclarecimento pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte, devo dizer que, neste momento, já dispomos da lista definitiva dos sinistrados que se habilitaram à aquisição das casas. Simultaneamente, será publicado outro aviso para o arrendamento dos fogos restantes e para quem assim o desejar, e se encontrar em condições.

O Sr. Deputado Melo Alves fez uma pergunta sobre a circular de Angra, idêntica à que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez. Sobre isto devo dizer um pouco mais, relativamente ao que o Sr. Presidente do Governo esclareceu. É que as estradas regionais são vias de circulação rápida com o mínimo de pontos negros possíveis. Há dois tipos de circulares:

- Há uma circular interna que tem características que permitem a construção, ao longo do seu traçado; e,

- Há as grandes circulares que são vias de circulação rápida, contornando os aglomerados populacionais e sem pontos negros.

Neste momento, o plano de urbanização de Angra ainda não está concluído. Prevê estes dois tipos de circulares. Um é de atribuição exclusiva da Câmara Municipal. A outra poderá ser encarada como uma estrada regional.

O Sr. Deputado Melo Alves também fez uma pergunta sobre a saída de Angra: quando se prevê que fique completa? Neste momento, os trabalhos de terraplanagens, que decorrem por empreitada, estão atrasados relativamente ao plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro. Contudo, prevê-se que os trabalhos de terraplanagens fiquem concluídos no 1º trimestre de 84. Já dispomos do projecto que se encontra em apreciação para a construção da ponte sobre a zona da Vinha Brava e, portanto, logo que o projecto se encontre aprovado, será realizado o concurso público, tendo em vista a sua adjudicação.

O Sr. Deputado Manuel Goulart congratulou-se - o que registo - pela modificação do sistema

utilizado pelo Governo Regional relativamente ao programa de auto-construção. Devo clarificar só que o plafond que existia não era de um salário mínimo, como o Sr. Deputado frisou. Era de dois salários mínimos.

Pois, neste momento, a partir de 1984, esse plafond irá ser aumentado para 3 salários mínimos nacionais, o que representa um rendimento de 39 contos por mês e, para casos de agregados familiares com mais do que 5 elementos, não entra os 3 salários mínimos nacionais, mas sim a função do rendimento per capita, o que ainda é superior aos 3 salários mínimos nacionais.

Por outro lado foi também aumentada a participação de materiais de construção. Enquanto que até ao fim do corrente ano, a cedência desses materiais se situava, como disse, ao nível de toscos, agora, vai ser aumentada com o fornecimento de portas, janelas e revestimento exterior da casa, portanto, fechando a casa, de tal forma que o agregado tenha mais facilidade em concluí-la.

Quanto à pergunta que fez da tentativa de controlar os rendimentos, pois, isso é muito difícil e confiamos na honestidade dos declarantes. Devo focar, como exemplo concreto, uma Junta de Freguesia desta cidade da Horta que me prestou uma declaração de rendimentos falsa. Essa foi a Junta de Freguesia das Angústias.

Mandei averiguar e foi comprovado. Depois de eu ter deferido um despacho a conceder materiais, anulei esse despacho.

Com Juntas assim, não pode haver controle. (Bancada do PSD: Muito bem!)

O Orador: Quanto à dotação, a que se refere, de bonificação de juros, essa dotação é, exactamente, para suportar a bonificação que será concedida às cooperativas da habitação. Portanto, a dotação inscrita no Plano para 1984 é, exactamente, destinada a suportar essa bonificação adicional às cooperativas de habitação.

Quanto ao caso que focou, das casas degradadas e que não são pretensa dos próprios moradores, claro que os programas do Governo abrangem só a recuperação de habitação degradada de casa própria. Para a recuperação das casas degradadas na situação de arrendamento, há legislação própria para esse efeito.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa fez uma série de perguntas que eu tentei acompanhar. Mas, como escrevo mais lentamente, não consegui acompanhar, exactamente, a sua rápida exposição. Pode ser que me falhem algumas perguntas, mas vou tentar responder pelo menos àquelas que consegui anotar.

Na verdade, no Plano a Médio Prazo, falam-se em determinadas acções que não constam do Plano de 84 porque já foram satisfeitas.

O primeiro ponto que focou, foram os índices

da mão de obra. Pois, eu devo dizer que o primeiro índice da mão de obra regional foi fixado no dia 1 de Outubro do corrente ano. Portanto, a base cem foi no dia 1 de Outubro do corrente ano.

Já temos uma comissão a funcionar. Esse índice da base cem, se já não foi publicado, está para publicação no Jornal Oficial e passaremos a ter, trimestralmente, os índices da mão de obra na Região.

É nossa intenção, durante o ano de 84, principiar a trabalhar sobre os índices dos materiais.

O Sr. Deputado, depois, fez uma série de perguntas sobre a melhoria de circuitos de produção e distribuição, etc.. Portanto, salvo erro, isso são exactamente, acções que se situam no âmbito da Secretaria Regional do Comércio, e se só vêm focadas na Secretaria do Equipamento Social, no Plano a Médio Prazo, é por força da circulação e dos meios de transporte. Deve ser, exactamente, por esse programa.

Quanto à pergunta que faz sobre o aeroporto de Ponta Delgada, pois, o meu colega, o Secretário Regional dos Transportes e Turismo, como entidade proponente, na altura própria, esclarecerá.

Sobre a cobertura aero-fotogramétrica, pois, na verdade, ela tem-se vindo a fazer embora numa forma lenta porque tem de se recorrer ao auxílio da Força Aérea que é a entidade que faz esse serviço. A Força Aérea tem vindo a fazer alguns vôos. Ainda no ano de 82 veio fazer um vôo à Ilha da Terceira e estamos, exactamente, à espera, porque também devo clarificar que só em duas alturas do ano é que a Força Aérea se desloca à Região para fazer essas fotografias, e acontece, por vezes, que as condições atmosféricas não lhes permitem fazer uma cobertura perfeita e perde-se, exactamente, um ano nessa campanha.

Quanto ao apoio técnico, que foca, às autarquias, pois, na verdade, foram criadas determinadas condições e o apoio continua. Neste momento, já temos técnicos da Secretaria Regional do Equipamento Social colocados integralmente nos concelhos, a exclusivo serviço das próprias Câmaras Municipais. É o caso da Ribeira Grande e de um técnico, também da Secretaria do Equipamento Social, para trabalho e apoio, exclusivamente e à disposição dessas Câmaras, da Câmara Municipal da Lagoa e de Vila Franca.

Quanto ao facto, que focou, de projectos serem feitos por técnicos da Secretaria Regional do Equipamento Social, pois, não tenho conhecimento que os técnicos da Secretaria Regional do Equipamento Social façam projectos que, depois, tenham influência na própria Secretaria Regional.

Podem, exactamente, fazer projectos para

outras entidades. Para isso, sim. Sempre que qualquer técnico me pede uma autorização para exercício da sua profissão, sem inconvenientes e sem prejuízo para a Secretaria do Equipamento Social, autorizo sempre - e até tem muitos a leccionar no ensino nocturno.

Nunca me apareceu projecto nenhum na Secretaria do Equipamento Social que tenha que ter a aprovação da mesma, ou seja ela a entidade executora, que seja assinado por um técnico da própria Secretaria. Devo clarificar que tenho, sim, muitos projectos, mas feitos pelos próprios serviços, na qualidade de técnicos da Secretaria.

O Sr. Deputado Emílio Porto fez-me uma pergunta sobre o Forte de Santa Catarina. Pois, se não me falha a memória, o meu colega, Secretário de Educação e Cultura, já clarificou esta posição e as dificuldades que existiram, exactamente para a conclusão dos trabalhos. Houve, na verdade, um início de intervenção da Secretaria do Equipamento Social. Não dispunhamos de condições para completar a obra e o Sr. Secretário de Educação e Cultura já clarificou isso.

Quanto aos conventos de que fala, também só o foco aqui pelo facto do meu colega de Educação e Cultura não se encontrar aqui neste momento. Portanto, são exactamente, do programa da Secretaria dele.

Quanto a maiores frentes nas reparações das estradas, estou absolutamente de acordo. Contudo, temos que reconhecer que, humanamente e financeiramente, é impossível. Fala-se em déficits orçamentais, que se aumentam os déficits, mas cada vez se quer que se metam mais acções.

Quanto maior for o número das acções, maior tem que ser o dispêndio. Por outro lado, temos que ter consciência plena da nossa capacidade de realização.

E, suponho que, tentei, pelo menos, responder às perguntas que me foram feitas.

Presidente: De facto, terminou o seu tempo também.

O Sr. Deputado Manuel Goulart pede a palavra para?

Deputado Manuel Goulart (PS): Bom, eu não gostaria de usar a figura do protesto, portanto seria para um esclarecimento complementar, se me for concedido.

Presidente: Tem a palavra, dentro dos 5 minutos regimentais. Faz favor.

Deputado Manuel Goulart (PS): O Sr. Secretário, nas suas respostas, focou, de uma forma exaltada, que uma das Juntas de Freguesia desta cidade, concretamente a Junta de Freguesia das Angústias, lhe tinha prestado declarações falsas sobre determinado cidadão.

Para que o assunto ficasse, aqui, totalmente esclarecido, gostaria que o Sr. Secretário

situasse esse facto no tempo.

Ao mesmo tempo, gostaria de saber se o Sr. Secretário conhece as condições em que trabalham as Juntas de Freguesia nesta Região. É que as Juntas de Freguesia foram transformadas, quase direi, no caixote de lixo do sistema.

Portanto, tudo o que se quer saber, é a Junta de Freguesia que tem que informar. Tudo o que é preciso saber, o Governo, que tem técnicos; que tem o pessoal próprio para isso; que muitas das vezes é que poderia fazer; é a Junta de Freguesia que, sem ter elementos, sem ter ficheiros organizados, sem ter condições para o fazer, lhe é pedido tudo porque é a junta de freguesia que terá que informar de tudo.

Eu, concretamente, gostava também de saber se - tendo em conta que o Sr. Secretário afirmou que, quanto à minha pergunta, era difícil controlar a declaração dos rendimentos e que, portanto, se confiava nas pessoas - foi só aí, nesse caso, que foi detectado, ou desconfiado, não haver declarações correctas.

Portanto, se foi só aí, porque não foi, através da Secretaria da tutela, pedido que fosse instaurado o respectivo inquérito à Junta de Freguesia? Não haverá outras juntas de freguesia que terão, neste e noutros casos, prestado declarações também menos correctas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário.

Secretário Regional do Equipamento Social (Victor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se o Sr. Deputado considerou-me duma forma exaltada, devo dizer que não estava. Posso ter posto um pouco mais de calor, mas não exaltação.

Eu quero situar no tempo e - se não me falhar a memória, mais mês, menos mês - sou capaz de acertar. No mês de Março do corrente ano. E, vou situar o próprio processo.

Era uma família residente aqui no Faial que foi passar férias a S. Miguel, me procurou, disse que pretendia construir a sua casa e perguntou se poderia ser abrangida pelo sistema de auto-construção. Eu indiquei-lhe qual o caminho a seguir, desde o momento em que tivesse uma declaração da junta de freguesia, dizendo que, na verdade, era uma família necessitada, em função dos seus rendimentos.

Pois, essa declaração foi-me fornecida pelos próprios. Em presença disto, enquadrava-se dentro do programa e despachei favoravelmente.

Depois, tive denúncias, mandei averiguar e, na verdade, verifiquei que não correspondia à realidade.

Portanto, situou-se neste mês. O processo foi este.

Eu devo clarificar que tenho a maior consideração e respeito por todas as autarquias

e que com todas elas trabalho nesta Região. Todas.

Neste programa de auto-construção, como também no da habitação degradada, nós não podemos esquecer o papel importante que as autarquias desempenham e, por isso, delas nos servimos. Elas estão, exactamente, no circuito dos próprios programas e, se recorremos às informações das juntas de freguesia para confirmarem os rendimentos, é porque, como o Sr. Deputado disse e muito bem, em relação àqueles que trabalham por conta própria, é praticamente impossível controlar os seus rendimentos.

Portanto, temos que ter alguém que os conheça e que nos diga se aquilo que eles declaram, pois, corresponde ou não, à realidade, ou o mais próximo possível dela. Parece-nos que as juntas de freguesia - pessoas que vivem na própria freguesia - são as entidades mais indicadas para nos prestarem essas declarações. Se elas não o sabem, pois, então será preferível não confirmarem, do que confirmarem só por confirmar.

Suponho tê-lo esclarecido.

Deputado Manuel Goulart (PS): Ficou uma pergunta por responder.

Presidente: Ficou uma pergunta?... Certo. O Sr. Deputado Manuel Goulart diz que ficou uma pergunta por responder. Pode fazer o favor de recordar essa pergunta.

Deputado Manuel Goulart (PS): Eu tinha também, além disto, perguntado ao Sr. Secretário se foi só nesta Junta, neste e noutros assuntos, que não terão sido prestadas declarações correctas. É que eu tenho conhecimento também doutros casos, doutras Juntas, que não terão prestado declarações tão correctas.

Tenho, por exemplo, conhecimento de tais irregularidades em atestados de residência em casos de professores - casos concretos. Portanto, foi só nesta Junta que houve declarações que poderão não ter sido as mais correctas, ou seja, aquelas que seriam as mais verdadeiras?

Além disso, gostaria apenas de dizer, quanto ao caso da auto-construção ou reparação da habitação degradada que, realmente, nota-se que há um desconhecimento, de alguns sectores do Governo, do que é a Região e as suas diversas parcelas - e eu tenho um exemplo concreto disto. É que já foi pedido a uma junta de freguesia desta ilha se poderia fiscalizar obras numa casa da Madalena.

Portanto, isto, em relação a um caso concreto, para além da pergunta que eu lhe tinha feito e a que o Sr. não chegou a responder.

Presidente: Pronto. O Sr. Secretário faz favor de responder, se assim o desejar.

Secretário Regional do Equipamento Social (Victor Macedo): Relativamente à pergunta que

me faz sobre atestados de residência, é matéria que não me passa pela mão na medida em que, para os meus programas, eu não necessito disso. Portanto, não lhe posso responder.

Quanto à outra parte, pois, na verdade, esqueci-me de responder. Que eu tenha conhecimento, tive, há cerca de 10 ou 12 dias, uma denúncia dum outro caso idêntico nas Lages das Flores. E, neste momento, estamos a averiguar.

Era de auto-construção. Mandei suspender imediatamente a cedência de materiais, e está a ser averiguado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento a serem feitos, dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado João Luís Soares.

Deputado João Luís Soares (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queríamos deixar passar o presente debate sobre o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores sem deixarmos aqui o nosso contributo, mais um, como forma de reflexão, no que diz respeito ao Plano do Governo sobre o sector da Educação - e se bem que o assunto em apreço já tenha sido largamente debatido nesta Câmara.

Com efeito, e atendendo às opções assumidas aquando da elaboração do Plano de Médio Prazo, verificamos que, ora com correcções ora com ajustamentos, a nossa rede escolar vai assumindo, lenta mas seguramente, as proporções adequadas às nossas necessidades.

Muito há ainda a fazer no nosso sistema educativo, é um facto; muito já foi feito neste campo, também é um facto; que à dinâmica imprimida em algumas realizações se junte a vontade política de resolver outras situações que não implicam nem grandes somas nem grandes pormenores técnicos, é o nosso desejo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trabalhos recentes, levados a efeito no âmbito da profissionalização em exercício no seio de alguns estabelecimentos de ensino, apontam como conclusões, e como algumas das causas do insucesso escolar, para além da desarticulação/reconsideração tardia/inação apressada dos programas ministrados, factores que se prendem essencialmente com o elevado número de alunos por turma, desfazamento de horários, inexistência de instalações adequadas.

Se por um lado estas conclusões, exteriorizadas por aqueles que mais directamente sentem, no dia a dia, os problemas que ao nosso ensino concernem, apontam para um papel mais activo, interventivo, criador e clarificador da parte dos nossos responsáveis, apontam também, e com uma tónica muito acentuada, para situações

específicas, originadas precisamente pelas carências de instalações que permitiriam ultrapassar, e então verificar, de facto, até que ponto algumas das grandes lacunas do nosso ensino advem ou não **também** das lacunas materiais.

Em boa verdade, há muitos estabelecimentos de ensino na Região que "rebentam pelas costuras".

Não é possível improvisar mais nas escolas, principalmente preparatórias e secundárias: não há imaginação que resista ao quebra-cabeças da elaboração dos horários; não há pedagogia que se sobreponha ao número elevado de alunos que se tem vindo a verificar nas nossas turmas; não há meios técnicos audio-visuais que consigam superar a desmotivação para o processo ensino/aprendizagem que ainda se verifica em alguns dos nossos estabelecimentos de ensino.

Se estes problemas foram, em tempos recentes, enormes, ainda, como se pode depreender, são grandes, ninguém o nega, apesar do esforço dispendido e dos passos muito positivos que já foram dados, e poderão vir a ser menores, com a concretização dos programas de construções escolares que este Governo pretende ou concluir ou continuar a implementar.

Sem pretendermos dizer que serão apenas os edifícios a resolver as situações inerentes aos currícula, aos programas, à existência de uma lei de bases, por exemplo, o que é bem verdade é que, com eles, as condições de uma escola que pretendemos activa, participativa, realista, poderão vir a melhorar grandemente.

Os nossos alunos poderão, de facto, optar pela escolha do seu estabelecimento de ensino, no seu ou próximo do seu local de residência, sem que a condição primeira, e talvez frustrante, da sua integração num estabelecimento, seja a submissão à corrida para o lugar ainda vago na ânsia de serem os primeiros e não serem remetidos para outro edifício onde haja instalações suficientes mas deficientes - a escola tem de recebê-los de braços abertos, inserindo-os no meio onde devem ser inseridos, onde os transportes não tenham que ser o exercício de paciência e desgaste de todos os dias, onde os encarregados de educação possam, efectivamente, chamar a si a orientação dos seus educandos.

A prática pedagógica poderá enriquecer-se, quer em termos de competência, quer em facilidades de orientação, quer no produto final alcançado pelos alunos.

Os casos de "migração" dos nossos corpos docentes têm a oportunidade de vir a ser minorados com novas perspectivas de colocação e melhoria das condições de trabalho.

Porém, há que, com um esforço paralelo, que se nos afigura difícil, bem o sabemos, para além de tentar fixar estes mesmos quadros, canalizar a formação de professores também para

o ensino preparatório: é este, em nosso entender, o grande desafio que neste momento se lança aos responsáveis máximos pelo sector da Educação na nossa Região. Os Conselhos Directivos, por si, não dispõem da capacidade de resolução deste problema...

Os nossos alunos poderão ser objecto de um ensino mais eficaz, mais centrado neles próprios, nas suas necessidades como pessoas, como seres inseridos e participantes numa sociedade em transformação.

Como individualizar o ensino sem estruturas? Como evitar o insucesso sem individualização? Como preparar a inserção dos jovens na vida activa sem lhes proporcionar os meios necessários para que esta inserção não seja apenas teórica, completamente diferente da realidade que os jovens virão a enfrentar?

Felizmente as inovações/actualizações pedagógicas têm chegado à nossa Região. Não com uma periodicidade e qualidade óptimas, mas com um conjunto de ideias que já poderemos considerar de muito satisfatório. Há, portanto, que continuar, com tenacidade, o acompanhamento das melhorias materiais.

Aos passos já dados vamos juntar aqueles que se devem ainda dar. No nosso apoio à política educativa do Governo e ao seu Plano para 1984, vamos depositar a esperança de um acompanhamento efectivo de todas as estruturas educativas por parte do Governo.

Não é necessário apenas dar. É também preciso colaborar, acompanhar, fomentar, motivar, propor, aceitar e viabilizar propostas.

Para se imprimir nas escolas a dinâmica do compêndio, do livro único, da rigidez de meios, é também necessário facultar os instrumentos que invertam a tendência da estagnação pedagógica e metodológica.

Acompanhar o melhoramento das estruturas é também continuar a apoiar a formação de professores, perspectivar os docentes no sentido da dignidade e da motivação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sonhamos na Região com uma Escola tipo Rousseau, Maria Montessori ou Freinet - não podemos chegar a Rogers sem termos passado por Quintiliano.

Pretendemos, tão só, e através de uma visão pessoal, tanto quanto possível baseada na constatação do dia a dia, e adentro de um contexto económico difícil, ponderar a opção do Governo em matéria de Educação e o alcance que as medidas preconizadas, dentro da nossa modéstia de recursos, poderão, devidamente aplicadas, atingir.

Se neste momento de reflexão sobre o que nos poderá trazer o próximo ano ou as consequências do esforço de investimento que

dele emanarão há que recomendar uma melhoria dos serviços e apoios do Governo no que se prende com o nosso Ensino, há também que apoiar, com toda a esperança, esse mesmo esforço, que trará à nossa juventude uma presença mais dinâmica na relação aluno/escola/meio que pretendemos para a nossa sociedade.

...Que as condições de que ainda carecemos sejam depressa superadas; que não percamos o optimismo de que ainda estamos imbuídos; que o pessimismo de alguns tenha, no campo da realidade e das concretizações, com o empenho de todos os envolvidos, o pendor da renovação e da dedicação.

Disse.

(Bancada do PSD: Muito bem!)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção no debate em curso sobre o Plano e o Orçamento para 1984 começo por referir alguns aspectos relacionados com o esforço de reconstrução levada a efeito nas ilhas afectadas pelo sismo de 1980 e que de alguma forma têm que ver com o desenvolvimento da Região e com as finanças regionais.

A estrutura do financiamento da reconstrução é - deve, desde logo, notar-se - reflexo de alguns factores políticos de que destaco os seguintes: a confiança conquistada pelo novo poder político regional; o sentido de solidariedade do conjunto nacional com relevo para os Órgãos de Soberania; e a credibilidade que a Região e o Estado mereceram a nível internacional.

Há um outro aspecto daquele financiamento que desejo salientar: o empenhamento do todo regional e o envolvimento das finanças regionais muito especialmente patenteados na contracção pela Região de um empréstimo até ao montante global de 30 milhões de dolares, o que representa 2.438.000 contos, num montante, até à recente data, total de 5.450.000 contos, o que representa uma percentagem muito grande no montante global.

Está ainda patenteado esse esforço regional na assunção de grandes responsabilidades, na bonificação de juros aos sinistrados para efeitos de recuperação de actividades económicas e de reedificação e reparação de habitações.

Esta participação no financiamento da reconstrução implica para o orçamento regional um peso que se prolongará, em muitos casos, por duas a três dezenas de anos.

É de realçar também o facto do Governo ter separado o Plano de Reconstrução e Recuperação das três ilhas do Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regional (do PMP 81/84), numa atitude de deixar bem demonstrados o investi-

mento para a reposição do investimento para o desenvolvimento. É uma atitude não só de clareza expositiva mas também de solidariedade regional para com as populações sinistradas às quais são garantidos, dentro dos recursos humanos e das estruturas comportáveis a cada momento por cada ilha, **simultaneamente o desenvolvimento e a reposição dos bens destruídos.**

Uma outra observação é a de que as tarefas de protecção civil, de alojamento provisório e de reconstrução absorveram a atenção e actividade da administração regional, sobretudo nas ilhas atingidas, duma forma extraordinariamente exigente, trazendo aos responsáveis políticos, aos dirigentes e aos funcionários um grande esforço suplementar que nalguns casos se tem prolongado por muito tempo.

A administração local sofreu as mesmas consequências naquelas ilhas, tendo estado empenhadíssima durante anos nas tarefas resultantes das destruições provocadas.

Acresce que a economia, o tecido social e a vida cultural foram também grandemente afectados, especialmente na Ilha Terceira e no Concelho da Calheta.

Todos estes foram factores que pesaram na execução do PMP e sobretudo que influenciaram de forma imprevista, no processo de desenvolvimento das ilhas mais afectadas. **Este facto precisa de ser tido em conta na parte final da execução do presente Plano a Médio Prazo e na revisão do Plano Anual de 84,** que certamente haverá e, principalmente no Plano a Médio Prazo de 85/88, mas, já no Plano Anual de 84, pois, julgo que será possível ter em conta alguns destes aspectos.

Assim, no que aqui foi citado, no caso da circular de Angra, de algumas saídas de Angra, especialmente para oeste e para a Achada, no caso de alguns troços de estrada que estão especialmente danificados pois, julga-se que se poderia fazer alguma inflexão, e, realizar, no próximo ano, algo que fizesse avançar estes empreendimentos, dado também que em virtude da própria reconstrução, da própria situação em que as ruas da cidade necessitarão de repavimentação se torna importante algumas novas vias que, mesmo que não devidamente pavimentadas, facilitem a circulação viária e a vida de toda a gente naquelas zonas.

Concluindo este tema, direi que também nas tarefas de protecção às populações sinistradas e de recuperação e reconstrução se revelou a superioridade da democracia sobre a ditadura ou o autoritarismo: ela, a democracia, é eficaz e eficiente, respeitando o homem, os homens, todos os homens.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Plano Anual e o Orçamento Regional que

estamos a discutir referem-se ambos ao último ano do Plano a Médio Prazo 81/84.

E como este debate é por vezes profundo, é alargado, é livre e, também à semelhança dos anos anteriores, como não é meramente técnico mas muito densamente político, não surpreende que surjam - Sr. Presidente e Srs. Deputados - em várias intervenções os primeiros passos na via, longa, exigente e participada, conducente à formulação dos grandes objectivos, dos grandes programas para o próximo Plano a Médio Prazo.

Não admira, igualmente, que aqui e além se tentem os primeiros traços de esboços do que foi o Plano a Médio Prazo 81/84, não já na sua execução financeira **trimestralmente e atempadamente quantificada e publicada,** sendo facilmente previsível o seu montante final, mas esboços parcelares do que foi o PMP 81/84, **nos seus resultados sobre a vida das populações, sobre a maneira de existir dos homens e das mulheres dos Açores.**

Ao reler o volume do Plano a Médio Prazo, é já grande a tentativa de nos distanciarmos um pouco de cada um das centenas de projectos e de medidas políticas para que se tem desenvolvido aquele Plano ao longo destes três anos, e de visualizarmos a sua anterioridade e a sua posteridade, em termos de vivência humana do seu destinatário: o Povo Açoriano. Esta focagem do problema parece-me indispensável para a tarefa em que vamos - os Órgãos de Governo próprio - estar envolvidos em 1984: a elaboração do Plano a Médio Prazo para 85/88.

Para essa tarefa, teremos de nos apoiar nos números, mas mais importante será a nossa sensibilidade aos problemas do crescimento qualitativo do homem nas suas possibilidades de maior aproximação e aquisição de um viver feliz.

Julgo que, aqui também, poderemos alcançar resultados amplamente positivos.

Por um lado estamos, nós deputados e membros do Governo, empenhados desde há anos na vida política activa e **num contexto de pluralismo intra e inter-partidário,** em que todos aprendemos individualmente e uns com os outros.

Por outro lado, somos oriundos dos mais diversos locais da Região e dos mais variados extratos profissionais, culturais, sociais, económicos e etários da população desta mesma Região.

Esta Assembleia não é constituída por uma vanguarda revolucionária ou por uma elite conservadora: Ela é verdadeiramente representante de toda a comunidade e como tal se tem assumido, na busca das melhores soluções para os problemas comuns à generalidade dos cidadãos, e fazendo por respeitar e promover os justos interesses e anseios dos vários grupos existentes, sempre visando uma caminhada, não violentadora, em

direcção a **uma nova comunidade** onde cada homem se sinta melhor.

Toda esta caminhada, para ser realmente avanço, tem exigido, nesta Assembleia, esforço, tenacidade e humildade, a todos os que assumiram aquele objectivo. Foram e são muitos: por isso não lamentam ter pertencido a esta Assembleia tal como ela tem sido, apesar dos acidentes de percurso ou pequenas crises que têm existido. A Assembleia tem sido até aqui um espaço de trabalho em liberdade e de defesa das liberdades individuais e colectivas, e local aberto de debate político, de que são exemplo flagrante todos os anos a discussão e a apresentação do Plano.

Fomos nós, os integrantes dos Órgãos de Governo próprio da Região, que, em grande parte, principalmente, auscultámos, idealizámos, articulámos, trabalhámos, corporizámos, discutimos e, com voto maioritariamente positivo, transformámos em **Plano da Região**, o projecto do PMP 81/84.

Avançando que vamos rapidamente para o final da sua vigência, podemos já constatar alguns aspectos relevantes.

Desde logo a elaboração e a aprovação daquele documento foram um marco fundamental de viragem de carácter político e de carácter administrativo para esta Região.

De carácter político, porque ao fim de quatro anos da existência de vida política realmente democrática, após cinquenta de ditadura e autoritarismo, conseguimos apresentar aquele documento; que é, apesar de tudo, um documento de valor inegável, no contexto em que surgiu e que requereu coragem política, persistência e grande esforço de superação das nossas insuficiências e da nossa impreparação.

De carácter administrativo, porque representou também o primeiro grande teste a que foi submetida a nova administração regional: ela revelou uma capacidade que muitos apostavam não existir.

Embora não o reconhecendo perfeito, ficámos a dispôr do Plano e outro desafio ficou imediatamente lançado à Região, aos seus Órgãos de Governo próprio e à sua Administração: a execução desse Plano, mesmo que só numa percentagem maioritária, pois muitos afirmavam a impossibilidade total de o executar minimamente, por ser muito ambicioso e irrealista e dados os condicionalismos e as carências de ordem financeira e política e de recursos humanos e de infraestruturas económicas, culturais e sociais.

O desafio está, porém, a ser ganho.

Apesar das dúvidas constantes e das críticas, quantas vezes exageradas das oposições parlamentar e extra-parlamentar e do voto negativo da primeira, da parlamentar, nesta Assembleia, ao longo dos anos, o Plano tem-se executado em grande

percentagem dos seus projectos e medidas de política.

Não ignoramos que há atrasos nalguns programas, não afirmamos que todos os projectos ou medidas de política desenvolvidos trouxeram óptimos resultados, não proclamamos que o Plano era 100% bom, que foi ou será executado em 100% e terá 100% de resultados positivos.

Verificamos, sim, nos sucessivos debates que, a maioria das vezes, a oposição não põe em causa as linhas fundamentais e os grandes programas do projecto, nem indica melhores soluções, quer mesmo para projectos ou medidas de política.

Constatamos, sim, que os votos negativos da oposição nestes anos tiveram, normalmente, uma fundamentação que não veio a confirmá-
-se na prática.

Estamos, sim, sem arrogância mas com firmeza, a dizer: tem havido financiamento, tem sido normal o funcionamento democrático das instituições, temos formado, obtido e captado recursos humanos, e os meios materiais e as infraestruturas económicas têm-se transformado, têm evoluído.

O Plano executa-se: os resultados vão surgindo.

E não surgem por acaso. Repare-se, por exemplo, na importância que o PMP deu à **formação e valorização dos recursos humanos**.

Não me refiro à formação e valorização resultante das escolas, da saúde e da segurança social. Refiro-me à importância que foi dada à formação e à reciclagem profissionais das mais variadas categorias nos sectores público e privado. Importância que é traduzida em referências àquela valorização em cinquenta e tal páginas do Plano (sem contar as dezenas de páginas que contêm mapas).

E com clara visão e inteiro acerto se deu esse relevo fundamental à formação e à especialização dos mais variados profissionais e técnicos. São absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento económica da Região. Está fora de algumas das nossas realidades regionais quem, como um dos Srs. Deputados do Partido Socialista, receia aqui a agora a demasiada especialização e aponta para os perigos da tecnocracia. Observações dessas são correctas para uma sociedade altamente industrializada. Não ainda para a sociedade açoriana, em que carecemos de mais especialização e diversidade profissional, de mais técnicos competentes, em variadíssimas matérias.

Felizmente, bem se planeou quanto à valorização dos recursos humanos e bem se executou.

Afirma-se, pois, com nitidez o êxito aqui conseguido, além dos resultados positivos já bastante conhecidos nos campos da saúde, da educação, da segurança social, das pescas, das infraestruturas de carácter económico e social.

A comunidade açoriana está hoje muito melhor apetrechada profissional e tecnicamente do que em 1979 ou 80.

Muitos dos seus homense mulheres encontram-se hoje **profissionalmente mais realizados e socialmente mais úteis.**

Note-se, aliás, que a valorização dos recursos humanos na Administração Pública, que se tem prosseguido em quantidade e qualidade com persistência e com a diversificação adequada às múltiplas necessidades é um dos factores essenciais para a **diminuição das despesas correntes ou de funcionamento**, outro assinalável êxito agora claramente alcançado.

Presidente: Sr. Deputado Melo Alves, dá-me licença. O seu tempo de intervenção chegou ao fim. Não sei se, dentro do precedente que já hoje aqui abrimos, quer continuar já no período dos 10 minutos concedidos para uma 2ª intervenção?

O Orador: Exactamente, Sr. Presidente. Desejava.

Presidente: Então faz favor.

O Orador: Insisti em evidenciar este êxito do Governo e da Administração Regional e dos funcionários que a compõem, não só porque sei como é difícil alcançá-lo mas também e sobretudo porque é alcançado sem diminuição, nem da quantidade, nem da qualidade dos serviços prestados. Isso significa grande melhoria na produtividade da máquina administrativa regional, melhoria resultante dos avanços obtidos na qualidade profissional dos funcionários, quer nos sectores de direcção e chefia, quer nos de concepção e estudo, quer nas de inspecção e controle, quer nos de execução em actividades técnicas, administrativas, técnico-profissionais, profissionais e auxiliares. É melhoria também resultante da introdução de novas técnicas de gestão e de informação, de mudanças organizacionais, do aperfeiçoamento de métodos e de utilização de equipamentos mais rentáveis. Começam a ser cada vez mais claros e palpáveis os resultados da modernização da Administração Pública em que a Região se empenhou nos últimos anos.

O desenvolvimento político da Região, vector fundamental do PSD que nela se tornou maioria, tem propiciado pois o desenvolvimento social e económico.

Esta, por vezes tão injustamente vilipendiada, maioria do PSD com os seus defeitos e com as suas virtudes, com a sua estabilidade mas também com as suas diversas sensibilidades, esta maioria está a vencer o desafio que a si própria se impôs: o Plano executa-se em bom grau e a nossa sociedade mais rapidamente evolui para melhor.

Muito obrigado.

(Governo e bancada do PSD: Palmas)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César

pediu a palavra?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Para louvar a intervenção.

Deputado Carlos César (PS): Diga Sr. Presidente... pode ser que coincida.

Presidente do Governo Regional (Mota Amara): Para louvar-lhe.

Deputado Carlos César (PS): Não sei como é que acertou?

(Risos)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): É a única coisa que se pode fazer quanto à intervenção do Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Carlos César (PS): Faço-o com mais tranquilidade, neste momento, do que o Sr. Presidente do Governo.

Presidente: Isto são à partes, portanto, agradecia que indicasse o motivo porque a pediu.

Deputado Carlos César (PS): Para pedir um esclarecimento e fazer uma precisão sobre uma alusão do Sr. Deputado Melo Alves a uma intervenção que eu tinha tido.

Presidente: Tem a palavra, pelo tempo máximo de 5 minutos.

Deputado Carlos César (PS): Ah, não chega lá!

Presidente: Ótimo!

O Orador: Bem, a parte que diz respeito ao esclarecimento, da minha parte, perante a alusão que o Sr. Deputado Melo Alves fez a uma intervenção que eu tinha proferido, salvo erro, no segundo dia dos trabalhos, é a seguinte:

Eu não esgrimi, na Assembleia Regional, contra os técnicos, contra a competência, contra o reconhecimento da necessidade dum estudo e da reflexão prévias que são necessárias fazer, quando estamos em perspectivas de construir uma política de desenvolvimento.

O que eu comentei é que, neste momento, socorrendo-me até da primeira parte da sua intervenção que inspirou, digamos, um humanismo profundamente saudável, esse humanismo será sempre contrariado quando se utiliza a técnica pela técnica; quando se tiver uma visão dos problemas económicos que não é uma visão económica, mas economicista o que é substancialmente diferente; quando aqueles que assumem a responsabilidade do poder e a responsabilidade da execução das políticas subestimarem o factor social e o factor humano, tal como o referiu, em nome de rigorismos técnicos, de rigorismos orçamentais, de rigorismos económicos, que desvirtuam a humanização da política e o sentido superior do seu exercício.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é dirigido ao Partido Socialista!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, tem tempo de antena suficiente na televisão e na rádio...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Também tenho aqui.

O Orador: ...deixe-me um bocadinho... só um bocadinho!

Nesse sentido, o seu discurso - e, agora, passamos à fase do ponto de interrogação - pareceu-me um discurso absentista, perante as opções governamentais; agnóstico, perante as grandes opções do Plano, em discussão; o discurso, amargurado, do elogio dum Governo de há dois anos atrás, e entristecido pelo Governo de há dois anos para cá; o discurso dedicado, não à relação inter-partidária, mas, ao pluralismo da relação intra-partidária, exactamente dentro do seu próprio Partido.

Deputado Roberto Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, essa parte a que não cuidei especialmente, com rigor regimental, do ponto de interrogação, permita-me Sr. Deputado Melo Alves que, na minha afirmação, coloque um ponto de interrogação e deixe a resposta à sua consideração.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César não fez qualquer pergunta ao Sr. Deputado Melo Alves, que eu entendesse. Fez afirmações e deduções. Produziu deduções que nada têm a ver directamente com o Orçamento e o Plano - os documentos que aqui estamos debatendo.

Se o Sr. Deputado Melo Alves desejar responder - àquilo que não foi perguntado - tem a palavra.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, peço a palavra para um pequeno esclarecimento.

Eu não podia, objectivamente, tratar de todos os assuntos na minha intervenção. Tratei de alguns. Procurei ater-me a algumas realidades. Não podia abarcá-las todas.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas umas muito breves - mas, muito breves, mesmo - considerações sobre alguns aspectos relacionados com a Proposta de Orçamento apresentada pelo Governo Regional.

Considerações breves, porquanto a estrutura do documento nada de inovador nos trás relativamente a outros semelhantes já aqui apreciados nesta Assembleia, e também porque parte substancial do mesmo foi já exaustivamente tratada ao longo dos debates travados nestes últimos 5 dias. Referimo-nos, é evidente, às despesas do Plano inscritas no Orçamento de capital e que correspondem a cerca de metade do total das despesas estimadas.

A principiar, regista-se o abandono por parte do Governo da enunciação de numerosos objectivos de política orçamental com que inicialmente nos brindava e que pouca ou nenhuma aderência tinham à realidade.

Efectivamente, não dispondo a Região do conhecimento das principais grandezas macro-económicas - produto interno, consumo, investimento - não tendo um domínio total sobre as suas receitas próprias e estando, por outro lado, totalmente integrada na zona monetária do escudo, não fazia qualquer sentido a formulação de sofisticadas políticas orçamentais, se bem que nunca aproveitadas numa forma quantificada.

Creemos que a simples afirmação agora feita pelo Governo Regional de que pretende levar a efeito uma política orçamental restritiva, fundamentalmente assente na contenção das despesas correntes, é mais realista, por ser mais verdadeira.

Mesmo assim, cremos que teria sido preferível definir-se como objectivo de política orçamental o prosseguimento de uma política menos expansionista, já que, face às perspectivas de evolução da nossa economia e a cumprir-se integralmente o programado pelo Governo, nem o Orçamento é tão restrito como à primeira vista parece, nem a diferença entre receitas e despesas correntes tão substancial como se pretende fazer crer para valorizar o esforço de contenção das despesas do Governo Regional.

Senão, vejamos.

As despesas totais orçamentadas para 1984 (exceptuando as contas de ordem) são superiores em 21,6% às correspondentes despesas inscritas no Orçamento do corrente ano, que, por sua vez, são superiores em 26,8% às inscritas no Orçamento de 1982.

Por seu turno, a taxa de inflação esperada para o corrente ano de 1983 situa-se entre os 25% e os 29%, tendo-se como objectivo para 1984 a taxa de 20%.

Assim sendo, e tomando como um dado a taxa de inflação de 20% para 1984, constata-se que se no corrente ano se verifica a taxa de inflação de 25%, quer o Orçamento de 1983, quer o de 1984 terão efeitos expansionistas; só que, nesta hipótese os efeitos expansionistas do Orçamento de 1984 serão rigorosamente inferiores aos do corrente ano. Na hipótese, porém, da taxa de inflação de 1983 ser a de 29% então a situação muda-se completamente, sendo os efeitos da execução orçamental de 1983 contracionistas e os da execução do Orçamento de 1984 expansionistas. Justamente o contrário do anunciado como objectivos de política orçamental.

Quanto à afirmação de que a diferença entre as despesas e receitas correntes do Orçamento de 1984 é menor do que a que se verifica no Orçamento de 1982, deve também ser entendida com uma certa reserva, porquanto, pelo menos no que se refere às receitas, houve critérios de previsão diferentes nestes dois últimos anos, estando as receitas do Orçamento de 1982, e

também de 1983, bastante subavaliadas. Atente-se no facto de que, embora não se tendo entrado em linha de conta com quaisquer agravamentos da carga fiscal, a previsão feita para as receitas correntes de 1984 é superior em 50,8% da previsão feita para 1983 e 87,5% da do Orçamento de 1982.

Os elementos já disponíveis da "Conta Geral da Região" de 1982 vêm confirmar esta subavaliação das receitas correntes que efectivamente excederam em cerca de um milhão de contos (27,5%) as previsões feitas para aquele ano.

Esta diferença de critérios de avaliação dificulta, pois, as comparações entre esses dois Orçamentos, principalmente se feitas numa forma quantificada. Não se poderá por conseguinte afirmar que a diferença entre despesas e receitas correntes em 1984 é menor do que em 1982 porque efectivamente poderá não sê-lo.

Regista-se no entanto como positiva a intenção do Governo Regional de conter as suas despesas correntes, domínio onde se poderão ainda fazer muitas mais economias.

Relativamente ao Orçamento de Capital, constata-se que as despesas de capital aumentaram 26,3%, enquanto que as receitas (que abrangem os benefícios decorrentes do Acordo da Base das Lages) aumentaram 145,6%.

Este grande aumento de receitas de capital conjuntamente com a melhor previsão feita para as receitas correntes, fizeram com que o défice global do Orçamento para o próximo ano diminuisse 15,3% relativamente ao agora em execução, situando-se nos 7,7 milhões de contos.

Para cobertura deste défice conta ainda a Região com as habituais transferências do Orçamento Geral do Estado para financiamento dos investimentos constantes do Plano que excederem a capacidade de financiamento da Região e para suporte dos custos das desigualdades derivadas da insularidade, transferências essas que se espera sejam suficientes para evitar que a Região se lance novamente nos caminhos do endividamento.

Cabe a este propósito referir que os custos das desigualdades derivadas da insularidade não pesam apenas sobre as despesas correntes e de investimentos efectuados pelo Governo Regional mas também sobre grande parte das despesas efectuadas pelos residentes na nossa Região, pelo que os responsáveis pela sua governação - Assembleia Regional e Governo Regional - têm o dever de encontrar uma forma de anular ou pelo menos minorar estes custos.

Este assunto já foi alvo duma intervenção nossa nesta Assembleia aquando da aprovação do Plano a Médio Prazo 1981/84 em que, entre outras coisas, sugeríamos concretamente uma redução da carga fiscal (o mesmo será dizer um aumento do poder de compra dos contribuintes) em ordem

a colocar numa situação de menor desigualdade os residentes dos Açores e os do Continente.

Não sabemos se esta sugestão foi ou não considerada pelo Governo Regional.

Temos no entanto conhecimento de que propostas semelhantes têm ultimamente surgido, pelo que aqui uma vez mais chamamos a atenção do Governo para o problema.

E achamos que o momento para uma acção deste género é oportuno, pois que tendo o Governo Regional em curso estudos no sentido de adequar o sistema fiscal nacional à realidade económica regional, se poderão considerar algumas reduções de taxas ao nível da tributação indirecta e de alguns impostos directos, como por exemplo do imposto profissional e da contribuição industrial.

A julgar, porém, pela passividade que o Governo Regional evidenciou aquando do recente agravamento da carga fiscal pelo Governo da República, nomeadamente do imposto retroactivo sobre os rendimentos do trabalho, é de presumir que nada fará para, por via fiscal, diminuir os custos da insularidade que sobre todos nós impendem.

Tenho dito.

(Bancada do PS: Muito bem!)

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças pede a palavra para?

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Peço a palavra - Sr. Presidente, Srs. Deputados - para esclarecimentos que se impõem fazer presentemente, e depois da exposição que acabo de ouvir.

Presidente: Tem 5 minutos no máximo, Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, fiquei com a ideia de que a exposição, acabada de fazer pelo Sr. Deputado Roberto Amaral - que, hoje, a máquina de filmar da RTP não deixa ver - é uma exposição revista e ampliada, daquela que ouvimos aqui no ano anterior:

- Revista, porque contraditória;

- Ampliada, porque extraordinariamente confusa, quer nos termos dessa própria exposição, quer quando confrontada com a exposição que ontem fez.

Por outro lado - Sr. Presidente e Srs. Deputados - também gostava de fazer algum protesto, quanto a algumas das afirmações aqui produzidas. Fiquei, no entanto, na dúvida se havia de fazer o protesto contra o Sr. Deputado, se contra a sua maravilhosa máquina; mas, como tenho a certeza que, por um lado, o Sr. Deputado não deixa as contas por mãos alheias e, por outro lado, não existe mão invisível que carregue nos botões da sua máquina, faço o protesto quanto ao Sr. Deputado.

Deputado Roberto Amaral (PS): Um protesto... para quê?!

O Orador: Vejamos... e, porquê?

O Sr. Deputado, ontem ou anteontem, na exposição que aqui fez, referiu a verba, que para o Plano estava inscrita no Plano de Médio Prazo - ou no primeiro documento do mesmo, aprovado por esta Assembleia. Inflacionou essa verba e perguntei-lhe, concretamente, que deflactor o Sr. Deputado tinha usado. O Sr. Deputado informou-me que tinha usado um inflactor de 20% e, que até, esse inflactor, era agradável ao Governo.

Ora vejamos, quanto às despesas correntes, o que é que trazia o primeiro documento do Plano de Médio Prazo, aprovado por esta Assembleia.

Dizia que para 1984, preveríamos, em despesas correntes, ou de funcionamento, o valor de 8.400 mil contos.

Verificamos que, no actual Plano para 84, esse valor é de 8.900.000 contos.

De resto, Sr. Deputado, tem-se vindo a verificar isso ao longo dos últimos anos. O que demonstra, efectivamente, que prezamos a contenção das despesas correntes, em benefício efectivo das despesas de investimento que há que fazer.

Por outro lado ainda, Sr. Deputado, hoje vem dizer, por um lado, que a nossa política devia ser restritiva, ou menos expansionista; por outro lado, ontem criticava nesta Câmara o facto da taxa de crescimento do Plano, do ano passado para este ano, ser diminuta.

Deputado Roberto Amaral (PS): (Negação inaudível)

O Orador: O Sr. Deputado, vem ainda, aqui a esta Câmara, dizer que 20% é a taxa de inflação esperada para o ano. Faço votos, Sr. Deputado, que assim seja.

E, assim, como o Plano cresce do ano passado para este ano, 25%, eu pergunto, Sr. Deputado, onde é que ficamos, quanto a expansionismo, ou quanto a retracção; se não é verdade, o que se afirma no Orçamento deste ano, que o Governo Regional, atento à conjuntura, preza a diminuição das despesas correntes, em benefício dos investimentos que há que fazer; e se não é esta a política certa, de resto, de acordo até com o parecer das grandes opções do Plano do Estado, formulado, ainda há pouco tempo, pela Assembleia da República e pelo Conselho Nacional do Plano.

Recomendo ao Sr. Deputado essa leitura que lhe há-de servir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral para prestar esclarecimentos.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - muito em especial - Sr. Secretário Regional das Finanças:

Eu não percebi, concretamente, em que é que o Sr. Secretário se fundamentou para fazer o protesto e para argumentar com estas verbas, porquanto os números que eu ontem referi, relativamente ao plano de investimentos do Governo, estão correctos, e verifica-se, efectivamente, uma diminuição, no seu montante total, de menos um milhão e meio de contos. O Sr. Secretário Regional das Finanças deve ter feito as contas.

Por outro lado, eu, na minha intervenção agora, não disse que se devia fazer uma política restritiva. O Governo é que se propõe efectuar-la, na sua Proposta de Orçamento. Eu apenas me limitei a constatar que esta política restritiva, afinal, poderá transformar-se numa política expansionista, e não restritiva, e joguei com taxas... pois, concerteza.

Nós temos que fazer contas é com números, não com palavras. Quando se utilizam palavras, pois, a habilidade das palavras poderá levar a conclusões diferenciadas.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E a habilidade dos números também, Sr. Deputado!

O Orador: Mas, então, provem-me com números o contrário!

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Acabei de provar!

O Orador: O que é que provou?... O quê?... O quê?!

Eu, quando digo que, se a taxa de crescimento das despesas totais do Orçamento - e são as despesas totais que vão determinar se a política é expansionista ou não - em 1983, foi de 26,8%, com uma taxa de inflação de 25%, pois, ela é expansionista, aliás as previsões não são minhas. As previsões são feitas até pelo próprio Governo da República e expressas na Carta de Intenções que escreveu ao F.M.I.: "29% em 1983; objectivo de 20%, em 1984".

Se este objectivo de 20% em 1984 for atingido, o Governo, se também cumprir a execução orçamental a 100%, está a praticar uma taxa superior à da inflação de 1,6%.

Isto, Sr. Secretário Regional das Finanças, são os números e foi por isto que eu disse que talvez tivesse sido preferível, em vez de anunciar, uma política restritiva, anunciar, ao menos, uma política menos expansionista, que se verifica efectivamente. É o próprio Governo que se está a conter a si mesmo.

Eu nunca acusei o Governo de estar a fazer esta ou aquela política. Estou apenas a dizer que os termos em que o põe na sua Proposta de Orçamento não são muitos correctos, em termos de números evidentemente. Eu não estou-me a referir ao texto - às palavras. Estou, sim, a referir-me a números.

E, era isto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário das Finanças desejava continuar?

Secretário Regional das Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas um pedido de esclarecimento adicional ao Sr. Deputado Roberto Amaral, para que tenha em consideração o seguinte:

Em primeiro lugar: é verdade, ou não é, que a política orçamental se ajuiza sempre pelo saldo resultante, entre as receitas e as despesas, bem como pela evolução de umas em relação às outras?

Não tenho culpa que o Sr. Deputado não goste de ver as nossas receitas crescerem. Não tenho culpa que o Sr. Deputado não goste de ver as nossas receitas crescerem mais do que as despesas, e pergunto-lhe, se, na análise que fez, relativamente ao crescimento das despesas e ao crescimento das receitas, não há, efectivamente, uma diferença de ritmo entre umas e outras, favorável ao crescimento das receitas?

Duas perguntas concretas, Sr. Deputado.

Deputado Roberto Amaral (PS): A resposta é também muito concreta, Sr. Secretário das Finanças.

Presidente: Então, tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): O Sr. Secretário das Finanças parece que se esqueceu da intervenção que aqui fiz no primeiro ou no segundo dia - a minha primeira intervenção. Parece que se esqueceu.

Eu até, nela, dizia que o Governo, agora, é que parecia estar a fazer uma interpretação restritiva do Estatuto, quanto às receitas provenientes de acordos internacionais. Eu até me congratulei, e congratulo, pelo aumento substancial de receitas de capital que estão inscritas aqui no Orçamento. Eu, até nesta intervenção, disse que as receitas anteriores estavam subavaliadas. Eu não percebo esta intervenção.

O que eu digo - e, isto sim, isto comprovase - é que devido a estes critérios diferentes, de avaliação das receitas, a diferença, entre receitas correntes e despesas correntes, pois diminuí, mas feitas com métodos diferentes para cada um dos anos. Eu não posso estar a subtrair, a batatas, alhos.

Presidente: Tem a palavra; para uma intervenção, o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamo-nos ocupando, já ao longo de bastantes dias, da discussão do Plano e do Orçamento para o próximo ano. Desta vez fizemo-lo sem grandes maratonas, com tempo suficiente para nele pensarmos e reflectirmos com calma e serenidade.

Fizemo-lo repetindo, ao fim e ao cabo, uma prática democrática desta Assembleia que já tem anos e que nos permite, com inteira liber-

dade e com o seu uso consciente e responsável, discutir aquilo que nos parece ser o melhor caminho para a Região e para o trabalho do Governo, durante o próximo ano.

Para além da liberdade e da responsabilidade com que, certamente, todos aqui intervimos, fizemo-lo, talvez, com diferentes pontos de vista, porque, naturalmente, assim tem de ser, num processo que é feito por homens e que se dirige também aos homens.

Fizemo-lo com maneiras de sentir diferentes, com sensibilidades diferentes. Algumas delas, talvez também, porque viemos de locais diferentes, com problemas, igualmente, diversos.

Estamos, ao fim e ao cabo, de maneiras diferentes assumindo, cada qual, o compromisso que recebemos de quem nos elegeu.

É evidente que aqui se não puseram em causa as grandes opções, nem do Plano de Médio Prazo, nem do Plano Anual para 1984. Afinal, assim teria de ser, quer da parte do Governo, quer da parte da Assembleia, mesmo até entendida ela na sua componente de oposição, porque, afinal, elas são, nem mais nem menos, do que uma decisão já anteriormente assumida por esta Assembleia.

É evidente que soa muito mais - ou muito menos - aquilo que se já se fez do que aquilo que se pretende fazer. E, assim, é também natural que aconteça, na medida em que o que já está feito, está feito; e importa muito mais saber o que se pretende para o futuro.

É evidente que não deixou de se discutir - e julgo que isso é também salutar - a forma como se fez; as prioridades que se deram, entre os projectos, ou entre as ilhas; mas, também julgo que isso é, realmente, importante e que é importante a reflexão sobre a forma como se fez; sobre a forma como se estabeleceram as prioridades, para que, se alguma coisa houver que corrigir, isso mesmo se possa fazer.

É evidente que é uma realidade que, em muitas das nossas ilhas, muita coisa foi projectada e ainda não foi realizada e manteve-se nos Planos ao longo dos anos.

É evidente também que alguns desvios existiram, entre aquilo que fora planeado e aquilo que acabou por ser executado, mas, em muitos desses casos, se encontram explicações. Algumas que provêm das próprias ilhas. Outras que a elas são estranhas. Mas, existem - é certo - algumas explicações.

É evidente que, se assim não fosse, esta discussão teria sido, talvez e naturalmente, muito mais breve porque, ao fim e ao cabo, em muitas das intervenções, os Srs. Deputados aqui se ativeram e daqui tiraram determinadas conclusões, daqui pretenderam que determinadas coisas se modificassem.

É claro que esta situação existe, mas é

evidente que não se quer manter esta situação. O Governo Regional é evidente que não deseja que assim seja, porque, afinal de contas, é esse o seu programa. São essas as suas opções e, é evidente também que estamos certos que o Governo Regional, desejará descobrir onde estão os problemas para, uma vez descobertos, poder resolver a alterar aquilo que fôr devido de alterar.

É evidente que ainda sobeja mais um ano deste Plano a Médio Prazo e é evidente que o Governo Regional, ao longo deste período, irá provar que, efectivamente, quer, quando se chegar ao fim da sua execução que, tanto quanto possível, tudo esteja próximo daquilo que, realmente, se desejou e se incluiu nas grandes opções do Plano de Médio Prazo.

É evidente que não faltará quem diga que algumas coisas se terão alterado, por força de compromissos políticos, ou na expectativa de contrapartidas políticas, mas também não tenho dúvidas de que o Governo Regional, através da sua prática, irá demonstrando que assim não é.

É evidente também que um Plano se não faz, como já aqui tenho dito noutras oportunidades, apenas de investimentos que envolvam verbas e da simples execução de projectos.

É evidente que o Governo também irá investir, seguramente, sobretudo atendendo ao período de crise em que se vive, no aproveitamento de todos os seus recursos - dos recursos humanos que, já hoje aqui foi dito, têm sido tão valorizados. Irá aproveitar esses mesmos recursos, seja ao nível de técnicos, seja ao nível de funcionários, seja mesmo até aproveitando, o que nesta Assembleia se diz, as visões que aqui existem da realidade regional; de um órgão que também é órgão de Governo próprio da Região; e, com todas essas opiniões, tomará as decisões que foram mais aconselháveis.

É evidente que também o Governo procurará aproveitar e articular melhor todos aqueles de que dispõe ao seu serviço, para que a actividade de uns não seja desacertada da actividade dos outros; para que exista um melhor aproveitamento de meios e de recursos.

É evidente que será neste engenho e arte que, certamente, o Governo Regional continuará pondo ao serviço da Região, que será possível atingir os objectivos que julgo serem os mais correctos.

É evidente que, da parte da população, durante um período em que se fala tanto de crise; em que se pede tanto de austeridade; e em que se impõem medidas que, necessariamente, têm de ser duras; a austeridade existirá também ao nível do Governo e, assim, ficará dado o exemplo que ajude a que as pessoas também se

sintam motivadas para uma mesma tomada de posição.

É evidente que numa administração nem tudo se faz, com dinheiro, e será, exactamente, aí, nessas medidas que se podem tomar e que não envolvem gasto de dinheiro, que nós teremos oportunidade de ver que o Governo Regional está conduzindo da melhor forma os destinos desta Região.

Isto tudo acontecerá, nem mais, nem menos, porque a grande opção, que afinal de contas, explica tudo o que nesta Região se possa fazer, é, efectivamente, a do desenvolvimento da Região, e é a do desenvolvimento harmónico. Desenvolvimento esse que é, efectivamente, a vontade desta Região.

É evidente que, posto fim aos impasses que coisas não se executam, elas se executaram. Aqueles que, porventura, se sentiram, durante alguns períodos, menos beneficiados, certamente que terão oportunidade de ver que, em devido tempo, a correcção há-de ser feita.

Depois de 7 anos de autonomia, no fim dum 2º Plano de Médio Prazo, serão feitos ainda certamente - e, se preciso fôr, recorrendo mesmo a esta Assembleia - os desvios que forem necessários para que tudo possa ficar corrigido:

- Porque a opção se quer cumprir;
- Porque o desenvolvimento se quer harmónico;
- Porque, afinal, estamos num projecto que é de unidade.

Estamos num projecto que é de solidariedade. Estamos todos num projecto que é de justiça; que é pela Autonomia e que é pelos Açores.

Muito obrigado.

(Bancada do PSD e Governo: Muito bem!)

(Palmas)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma 2ª intervenção, ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Estamos a chegar ao final do mais longo debate de sempre, ocorrido neste Parlamento, em matéria de discussão de Planos governamentais, até agora efectuada.

Para além das intervenções que faltam ser feitas, a nossa grande conclusão, tirada deste debate, é de que desta vez, pela primeira vez, o Governo foi de uma forma clara, encostado à parede.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima) e Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não apoiado!!

O Orador: As questões, objectivamente postas pelo Partido Socialista, o Governo respondeu com evasivas e com a habitual demagogia.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Demagogia

é essa intervenção.

O Orador: Pode o Governo continuar a tentar iludir os açorianos com promessas de felicidade por um futuro, sempre referido, mas na prática sempre adiado. Mas as palavras do Governo, por mais eloquentes que sejam, não podem, hoje, iludir quem quer que seja, quanto aos factos comprovativos de uma política prometida em 1981 e perspectivada para quatro anos, e que não tendo sido cumprida, no essencial, nos três primeiros anos, não será neste último, por certo, que o Governo realizará toda a obra, então prometida.

Pode o Secretário Regional do Trabalho, desenvolver e empenhar todo o seu entusiasmo na tentativa de uma acção eficaz da sua Secretaria Regional, através de uma maior intervenção - que será de desejar - por exemplo dos Centros de Emprego, sem que, contudo, isso signifique que, por si só conseguirá aumentar o número de postos de trabalho. E isto porque, reafirmo, a criação de emprego depende essencialmente das soluções encontradas no domínio da política económica e não no domínio da política social.

O desemprego - camuflado na nossa Região sob a forma altamente significativa de sub-emprego - só se resolve, repito, com investimento e desenvolvimento.

É aqui que se coloca a grande questão: por outras palavras, o grande problema dos Açores, face ao qual o Governo Regional se comprometeu empenhar-se, para a sua resolução, quando no Plano a Médio Prazo de 1981/84 prometeu: "O Governo Regional assume como prioridade fundamental deste Plano de Médio Prazo a **modernização** e o **desenvolvimento** da estrutura produtiva nos Açores".

Hoje, é imperioso que se coloque com toda a frontalidade - porque é a vida de todos nós e o futuro dos Açores que está em causa - o que fez o Governo - e que resultados obteve - com vista à modernização e ao desenvolvimento das estruturas produtivas dos Açores!

A continuar por este caminho, temo que, com este Governo Regional, os Açores venham a enfrentar dias extremamente difíceis, com as consequências inevitáveis para todos, em geral, e para os mais pobres em particular.

Conhecido que já vai sendo o cepticismo do Secretário Regional do Comércio e Indústria face ao sector empresarial privado açoriano, a verdade é que a política económica do Governo se tem demonstrado ineficaz, a situação real da maioria das empresas privadas é de grande dificuldade e, mesmo, de falência que também significará desemprego.

Para além dos estudos e dos projectos de gabinete, a verdade é que a nossa agricultura e pecuária continua numa situação de sub-desenvol-

vimento e os agricultores e lavradores, enfrentam cada vez maiores dificuldades.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Não concordo!

O Orador: Para além do mais, o próprio sector empresarial público, apresenta situações deficitárias, como é o caso da EDA e da SATA, não se vislumbrando uma acção eficaz do Governo, também neste campo.

Os Centros de Saúde e a construção de residências para fixação de profissionais de saúde, que o Governo prometeu construir um pouco por todo o lado, acabaram por ao fim de três anos não surgirem e é lícito duvidar que seja construído neste último ano o que o Governo não foi capaz de realizar durante três anos.

Num sector tão sensível como é o caso da Saúde, registámos a afirmação do Governo Regional relativamente ao estado sanitário dos estabelecimentos comerciais, na Região, em que o Governo disse não saber, nem querer saber.

Deputado Pacheco de Almeida: Isso é chantagem!

(Bancada do PSD: contesta veementemente)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para nós, Partido Socialista, a Saúde deve ser perspectivada e vivida como uma necessidade, e traduz-se, na realidade, numa busca quase permanente do equilíbrio. Porque, para nós socialistas, a saúde é, também o bem-estar físico e mental e o conforto da população.

Através da saúde e da doença - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - estabelecem-se, actualizam-se, diversas relações, diversos ajustamentos do indivíduo à sociedade. Por isso somos claramente a favor da medicina preventiva e a esta damos prioridade, absoluta, em relação à medicina convencional, .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Toda a gente dá!

O Orador: Sabemos que esta opção política encontra a oposição, na nossa Região, de meia dúzia de tubarões da medicina. É a coragem para enfrentar esses tubarões que tem faltado a este Governo Regional.

Sabemos que a maioria dos médicos, nos Açores, aceitam de bom grado a alternativa da medicina preventiva à medicina convencional.

Para nós, Partido Socialista, a preocupação com a qualidade de vida implica a atribuição de meios de importância ao ambiente do acto médico, aos elementos psicossomáticos, à acção dos generalistas, à assistência ambulatória e à humanização dos hospitais. É também velar por uma melhor organização da assistência no conjunto da nossa Região, aperfeiçoar a prevenção pela educação e assegurar a coesão entre o hospital, o médico assistente e a família.

Conhecer os princípios da higiene bucal, os limites da auto-medicação ou as regras elementares do socorrismo, é de importância fundamental para a população. Esta acção que seria de desenvolver com relativa facilidade por exemplo através de programação regional da televisão, nunca a vimos desenvolvida pelo Governo Regional. Há, contudo, outro sector onde se poderiam, do mesmo modo, obter progressos importantes com poucas despesas; refiro-me à diatética, em que, através de uma acção persistente, se realce, junto da população, a influência que uma má alimentação pode ter na mortalidade e na esperança de vida.

Com uma acção, realmente empenhada, na medicina preventiva, quantas afecções se evitariam se fossem ensinadas algumas regras simples.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate, o Governo fica devidamente radiografado; um esqueleto fraco, num corpo doente.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é o seu!

(Risos)

O Orador: Vai o Plano, certamente, ser aprovado como consequência primária de uma maioria aritmética.

Mas daqui, o Governo sai nitidamente integrado no conto que tem por título: "O REI VAI NÚ".

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Isso é o que tu querias!

O Orador: Vai também, certamente, o Governo tentar sair airosamente deste debate. Vai também, certamente, o Governo sair airosamente deste debate.

Possivelmente iremos escutar um brilhante discurso, ^{do Presidente do Governo} com a retórica que já lhe é habitual.

Irá o Governo, também, possivelmente tentar salvar a face através de uma boa montagem televisiva, no uso duvidoso para este efeito, do chamado Tempo de Antena do Governo, na Televisão.

(Bancada do PS: Muito bem!)

O Orador: Mas aqui, e daqui, neste Parlamento o Governo sai nitidamente derrotado deste debate.

(Risos da bancada do PSD e do Governo Regional)

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Isso é uma anedota!

O Orador: Talvez...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse. O seu tempo chegou ao fim.

O Orador: Até porque eu estou a notar tanta gargalhada, e recordo-me que o último a rir será aquele que vai rir melhor.

Presidente: Eu desconto o meio minuto da gargalhada e dos àpartes. Sr. Deputado, faz favor de continuar.

O Orador: Os meses que restam de 1983 e

os meses de 1984 que o Governo ainda tem para governar, serão o teste final.

Não desejamos a política da terra queimada. Por isso quer pela crítica - que é sempre construtiva, pela nossa parte - quer pela alternativa das nossas opções, nos batemos - como socialistas - por um futuro de justiça social nos Açores.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito obrigado.

(Bancada do PS: Muito bem!)

(Palmas)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito mal!

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Martins de Freitas.

Deputado Martins de Freitas (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados:

A nossa última intervenção não ficou completa e por isso, vamos continuá-la, pondo à consideração do Governo Regional assuntos de interesse colectivo para o Povo dos Açores.

Há povoações por electrificar e outras possuem redes incapazes de dar resposta às solicitações das populações respectivas e até mesmo das iniciativas privadas quando se pensa instalar qualquer unidade industrial.

O abastecimento de água domiciliária é precário na maioria das cidades e vilas, mesmo nas ilhas grandes ou consideradas como tal, devido à sua população, e por exemplo na Ilha do Pico há uma parte da população que não beneficia dessa infraestrutura. Haja em vista o que aconteceu no último Verão com a seca que obrigou os povos a dispenderem grossas quantias para conseguirem meia dúzia de toneladas de água, pagando transportes a longa distância e ficando sempre limitado o fornecimento de um elemento primário à vida das pessoas.

Não está solucionado o problema da assistência hospitalar e apesar de todas as ilhas possuírem já aeroportos: mais porque os horários da SATA são elaborados com vista ao desenvolvimento das cidades, não raro helicópteros a aviocars da Força Aérea têm de se deslocar muitas vezes para evacuar para outras ilhas os doentes carecidos de tratamentos especiais.

Falamos todos no desenvolvimento agropecuário das ilhas, como a maior riqueza que possuímos, mercê do solo privilegiado e clima especial que disfrutamos, mas muitas ilhas mesmo as grandes e neste caso não incluo o Pico, porque os tem, dizia muitas ilhas ainda não possuem os chamados caminhos de penetração capazes de permitirem uma exploração adequada das riquezas naturais que possuímos, e isso faz-nos andar atrasados algumas dezenas de anos, com a agravante de haver faltas cíclicas de carne, e de o leite

não atingir aquele grau de qualidade higio-sanitário que deveria.

Fala-se, e estamos certos que o plano de auxílio alemão será uma realidade para a Ilha do Pico, mas desconhecemos em pormenor quais os critérios que presidiram à sua selecção, e, até tememos que a execução do plano não venha a sofrer das panaceias e atropelos que por vezes aparecem em iniciativas semelhantes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não discordamos dos projectos do Governo a implantar nas ilhas maiores ou mais populosas - a Ilha do Pico em grandeza continua a ser a segunda do arquipélago e eu, estou aqui, como deputado eleito pela sua população - mas é de estranhar que quando em muitas ilhas e mesmo as consideradas grandes, as populações ainda não usufruem de benefícios primários, quando é certo que a situação financeira do País e da Região é precária, e causa aflição a todos os responsáveis; se opte por dar início a empreendimentos de vulto que em nada ficariam prejudicados se fossem retardados, e não se atenda num elementar princípio de justiça e equidade às muitas carências que ainda atingem populações açorianas.

A esperança que nos fica é a de que, no Plano a Médio Prazo e na legislatura que se seguirá, as faltas que apontamos, bem como outras, sejam contempladas e iniciadas. Pois estamos certos de que nessa altura as grandes verbas dispendidas neste Plano que termina com o do ano de 1984 e o qual aprovamos, mas também criticamos, é claro: nessa altura dizia, o Governo poderá distribuir melhor o dinheiro, agora comprometido em obras; algumas das quais terão sido super-dimensionadas quando concebidas, em resultado da pouca experiência, poderá o Governo agora, e repito, atender às necessidades básicas de todas as ilhas dos Açores.

Esta é a voz do meu povo, que não pode ser considerado de intratável. É, sim, impaciente se tivermos em conta os longos anos em que foi votado ao OSTRACISMO.

Isto Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, não é crítica destrutiva. É sim um desafio e uma chamada de atenção de todos nós do que foi e deveria ser feito nesta Região, para que exista realmente a tão desejada união entre as 9 ilhas deste arquipélago que, como na última intervenção disse, e repito, é difícil de igualar, pois está tão dispersa geográfica e fisicamente, podendo considerar-se cada ilha como um continente que necessita de desenvolver-se, independentemente de ser grande ou ser pequena.

Tenho dito.

(Bancada do PSD: Muito bem!)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estamos aqui a reflectir a Região, nas duas Propostas de Plano e Orçamento aqui trazidas pelo Governo, e, no limiar, daquele que será o próximo Plano a Médio Prazo, sendo que muitas das questões aqui trazidas entroncam já, e têm que ver com as acções que irão ser determinantes e determinadas, para esse Plano 85/88.

Nós, em anos anteriores, vimos aqui, por parte da oposição, sobretudo do Partido Socialista e do seu técnico - agora não presente, só por acidente, neste momento, na Sala - reflectir, como maior preocupação dele, na apreciação dos documentos que aqui trazia o Governo, as dificuldades financeiras que se punham à Região para a cobertura dos défices regionais.

Este ano, não foi essa a tónica. Encontraram-se outros acentos para a intervenção, na especialidade, sobre esta matéria e, então, procurámos trabalhar as diferenças entre as despesas correntes, as despesas de capital e as receitas geradas da Região - mas que não seriam geradas na Região - e chegámos àquilo que parece ser a intervenção mais brilhante nesta matéria, que foi de vermos o Sr. Deputado Roberto Amaral muito preocupado com a modéstia com que o Governo Regional procura, desta vez, pedir recursos para a Região, como se, até aqui, tivéssemos tido a colaboração do Partido Socialista para as diligências que temos feito nesta matéria, e para as dificuldades com que atravessámos estes anos.

(Bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: E, gostaria de dizer, com toda a clareza, que o Partido Social Democrata sabe que está este ano mais uma vez sozinho, na procura das respostas para um projecto que é seu e que assume por completo. As nossas propostas não são as propostas do Partido Socialista - é óbvio.

Portanto, quando o Partido Socialista aqui aparecer a dizer que, não aprovam este Plano; não aprovam este Orçamento; não está de acordo com estas políticas; está a falar para os seus eleitores, antecipando uma campanha eleitoral, como aqui ficou claro. Não está preocupado com a discussão, muito profunda, destas questões.

Deputado Carlos César (PS): (Negação inaudível)

O Orador: Assiste-me o direito de fazer estas reflexões, tal como assistiram, a alguns Srs. Deputados do Partido Socialista, outros direitos nesta matéria.

Deputado Carlos César (PS): Que um representante da SATA veio-lhe dar.

O Orador: Concerteza. Os comentários, também

os acertarei e até terei alguma observação para esses que tiverem gosto e conteúdo.

Deputado Carlos César (PS): O Sr. Deputado também os fez.

O Orador: Mas, voltando à essência daquilo que aqui me traz que, no fundo, é uma reflexão sobre o Plano e Orçamento, eu gostaria de deixar aqui à vossa consideração, não com grande esperança, mais ainda no entendimento de que seja útil, a dimensão da Região que somos; a população existente que temos; dessa população, aquela que é activa; da activa, aquela que tem um suficiente grau de alfabetização, aquela que está suficientemente preparada, em termos profissionais; a nossa inserção no mercado nacional, que é quase só com esse que se dão as nossas trocas comerciais.

No fundo, por vezes é importante que esta nossa dimensão não se perca de vista porque algumas das propostas, que aqui são trazidas por alguns dos Srs. Deputados, são propostas que nós gostaríamos muito de contemplar. Acreditem os Srs. Deputados, sobretudo os do Partido Socialista que aqui intervieram, que as suas preocupações, quando se inserem nas preocupações pelo bem comum, têm, no Partido Social Democrata, um completo eco. Agora, nós, temos uma responsabilidade acrescentada àquelas que tem o Partido Socialista:

- Nós temos a responsabilidade de executar.

Temos a responsabilidade de fazer o diagnóstico; de procurar encontrar as medidas; mas, de procurar implementar as políticas.

Ao Partido Socialista cabe fazer aqui uma reflexão de carácter político - e eu entendo-a. Cabe aqui deixar, de como vê a sociedade que gostaria de ver construída - e nós também vemos essa sociedade.

Vêmo-la de maneira diferente pela razão simples de que - como aqui deixei dito - nós temos a responsabilidade, que é grande e é pesada, da execução. Assumimos essa responsabilidade. Assumimos a responsabilidade que fica de alguns erros de percurso - aquilo que, uma vez ou outra, chamamos de acidente de percurso. Existem em todos os processos: empresariais, de vida privada, de vida familiar, de sociedade - em todo o género. Também existem num processo como este: de governação e de desenvolvimento.

Nós não nos furtamos às críticas que, com honestidade e realismo, são feitas, sobre algum dos nossos erros de percurso. O que gostamos de fazer é a crítica, não pelo gosto da crítica, mas a crítica com vista a encontrar caminhos mais seguros; caminhos mais objectivos; caminhos que permitam gerir melhor recursos que são minguados.

E, se me permitirem - Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - eu gostaria de centrar

a minha reflexão, que vou procurar que seja muito curta, sobre duas questões que são: transportes e turismo.

Transportes, já trazidos aqui a esta Câmara e bem trazidos, por alguns dos Srs. Deputados, naquilo que têm de preocupação para algumas das nossas ilhas, de maneira particular, e para o conjunto das ilhas e da Região, de uma maneira mais alargada. Não vou falar das obras que estão em curso, ou daquelas que já tiveram o seu curso nalguns portos da Região. Preferia falar, em matéria portuária, daquilo que ainda são os estrangulamentos, vividos sobretudo em Santa Maria e nas Flores. Situações extremas, e não só porque elas trazem, às populações residentes, dificuldades que derivam das trocas comerciais que não se fazem e das necessidades que se criam.

É que, quer Santa Maria, quer Flores, se situam bastante perto dos limites da Zona Económica Exclusiva, que vai ganhando uma cada vez maior importância. E, quando hoje falamos de portos para a Região, não falamos na perspectiva com que falávamos há anos atrás - de termos um porto para servir uma ilha, para nela fazer entrar produtos e sair alguns bens que da ilha se pudesse fazer exportação. O conceito do porto alargou-se porque ele visa ocupar, de maneira plena e efectiva, um espaço muito grande que quase abrange um milhão de quilómetros quadrados. Essa ocupação faz-se também quando a presença é possível nas ilhas, neste caso, extremas da Região.

E, eu estava a referir-me, portanto, a Santa Maria e às Flores, procurando acrescentar uma razão mais para a necessidade das infraestruturas - uma, já em vias de implementação; a outra, ainda aguardando a tomada de decisão, anunciada para este Plano de 84.

E, nos portos, gostava de referir - porque às vezes as pessoas esquecem - três condições de estrangulamento, das quais vimos a ser vítimas:

- As greves dos estivadores e o estatuto de trabalho que lhes assiste;

- Os trabalhadores portuários e as greves, de zelo ou não, pelas quais, uma vez ou outra, também enveredam; e

- As próprias tripulações dos barcos e as greves a que também são afoitos.

Sendo muitos os sindicatos, são muitas as greves e são grandes os prejuízos e as dificuldades causadas à Região.

Às vezes esquecemos essa componente e as frotas - que já aqui foram referidas, e muito bem, pelo Sr. Deputado Emílio Porto. Frotas essas que estão, no mínimo, obsoletas, desajustadas e incapazes de bem servir a comunidade que somos. E, por desajustadas, traduzem o preço de frete em custos muito elevados e com aquela qualidade de serviço que julgo que é do conheci-

mento de todos nós.

Em matéria portuária, deixei para o fim aquele que é um dos pontos fortes da política do Governo para este Plano, e, certamente, com continuação necessária no próximo Plano, ou seja, a estrutura portuária a construir na Praia da Vitória.

Não é um capricho do Governo. Não é uma resposta política, como alguns Srs. Deputados trazem aqui, com o ar de quem faz uma grande afirmação e pode voltar tranquilo a casa.

Este projecto, para o Governo, é uma aposta no futuro, não totalmente conhecido, mas, desejado por nós e que procuramos ver construído e consolidado.

Só as pessoas que não querem dar a esta Região a capacidade de enfrentar o futuro melhor apetrechada, põem em dúvida a necessidade e a justeza de investimentos como este.

E, dos portos; e das frotas que não temos e devíamos ter, quer para a ligação inter-ilhas, quer com o exterior; eu passaria, porque o tempo é curto, para a necessidade que há de também em matéria de aeroportos fazermos algumas reflexões.

É que aqui também se geram, por vezes, alguns equívocos, entre aquilo que fomos capazes de fazer, aquilo que desejamos fazer e aquilo que nós não estamos dispostos a assumir.

A Região foi capaz de construir uma rede de aeródromos regionais que deu resposta a necessidades prementes de movimentação de pessoas e também de bens essenciais, dentro de algumas ilhas. Penso que o fez num bom tempo. Penso que encontrou uma boa resposta de exploração, como a de estrutura extremamente aligeirada e de custos mínimos para a Região e cuja funcionalidade está perfeitamente testada.

Nesta matéria, de aeroportos e aeródromos, põe-se à Região um outro desafio, a que o Partido Social Democrata deu a cara, enquanto que outros fogem a abordar esta questão, ou, se colocam perante ela, na posição de Pilatos, uma vez ou outra, e em posições bem piores, noutras ocasiões.

Deputado Carlos César (PS) (Negação inaudível)

O Orador: Vou referir-me, concretamente, a uma infraestrutura também necessária que é a do aeroporto de Ponta Delgada - a que alguns preferem chamar de novo aeroporto de Ponta Delgada, mesmo conhecida a opção do Governo que é a de prolongar a pista até ao limite do possível.

Eu estou perfeitamente à vontade, porquanto, sendo do Faial, não posso ser acusado de estar a fazer a defesa dum investimento político para uma determinada ilha da Região.

Deputado Carlos César (PS): É uma santa

aliança.

O Orador: Muito embora, alguns Srs. Deputados vejam nestas intervenções como diz aqui o Sr. Deputado Carlos César, uma espécie de santa aliança. Não se trata disso.

Trata-se de que, no Partido Social Democrata, as grandes questões são encontradas corajosamente e, sobre este investimento, eu quero deixar aqui o meu testemunho.

Esta Região precisa de encontrar vias de desenvolvimento que se adequem ao conjunto da totalidade das ilhas da Região que somos. Nós temos potencialidades por explorar nalguns sectores. Acredito que um deles é o turismo e, peça indispensável para movimentar pessoas, é um aeroporto.

Nestas questões de transporte aéreo há que ter a coragem de encontrar a solução certa para o tempo certo.

De maneira que, quero deixar aqui muito claro que, na bancada do Partido Social Democrata, se assumiu este projecto como um projecto importante e nele se envolve, não o Governo, mas, sim, o Partido.

Gostaria ainda de, em matéria de transporte aéreo, deixar aqui duas adendas mais. Uma, que se prende com a necessidade, também em curso, de implementar, no aeroporto das Lages, uma infraestrutura neste caso, uma aerogare capaz de dar resposta aos estrangulamentos que, no presente, tornam difícil, sobretudo no Verão, a operação que naquele aeroporto se faz, com o muito movimento de passageiros que desejamos ver acrescentado - e acreditamos que possa ser acrescentado. De igual modo e em relação às Flores - aeroporto não referido, mas que eu não posso deixar de considerar aqui - este Plano contemplou a execução duma aerogare. Eu faço aqui um voto no sentido de que possa ser estudada, em próximo Plano, a viabilização completa do aeroporto das Flores - necessariamente uma infraestrutura desajustada às necessidades do transporte aéreo na Região.

Ainda em matéria de transporte aéreo, gostaria de me referir às frotas porque também é frequente que este tema apareça a ser reflectido; às ligações que temos com os Estados Unidos e Canadá; às que temos com o Continente Português e Madeira; àquelas que temos dentro da Região. O sistema não pode ser o satisfatório; está muito longe de ser o ideal; é o possível para a pequena comunidade que somos.

Dentro da Região, a transportadora aérea regional tem, como aqui já foi referido e não é demais acentuá-lo, custos muito elevados para a Região. São custos consideráveis aqueles que a região paga, para que a SATA possa continuar a cruzar os céus e a operar na Região, estabelecendo uma ligação cada vez mais necessária inter-ilhas.

Há que questionar, Srs. Deputados, se a SATA que temos é aquela que é necessária; se os horários são os que melhor nos servem; se os aviões são, estes, os ideais; se os serviços que temos são também os adequados; mas, quando fizemos esta reflexão, tenhamos a paciência de a fazer em cima de números e fazendo contas aos custos: aos custos daquilo que é a SATA que já temos; aos custos daquilo que pode ser uma SATA diferente.

Tudo pode ser diferente. Depende dos objectivos que, para esse diferente, forem traçados com a clareza que permita que, de maneira diferente, a transportadora regional se possa movimentar. E, ao referir aqui a transportadora regional, faço-o por uma questão só de ligação com o transporte aéreo porque me parece que, sem prejuízo da solução de transporte marítimo ter de ser equacionada - como foi aqui muito bem dito, e não me importo de repetir, pelo Deputado Emílio Porto - o transporte aéreo é uma opção necessária no final do século XX.

Nós não temos possibilidades de recuar no tempo e de encontrar maneira satisfatória de ligar, de modo muito diferente, a comunidade dispersa que somos.

Uma palavra ainda, em matéria de transportes, para a melhoria da rede de estradas que se tem vindo a introduzir progressivamente na Região, de que pouco se fala, mas que se regista quando se circula pelas estradas da Região, e de que se fala quando as estradas, ainda não melhoradas, são um estrangulamento à comunicação. Hoje, aqui, já tivemos, aliás ao longo deste debate, repetidas intervenções que nos deram conta de que também a rede de estradas é importante para o desenvolvimento duma região. As pessoas comunicam mais por estrada do que por avião ou por navio - nós esquecemo-nos disso.

Todos os dias nos movimentamos, a pé, de carro ou de transporte colectivo, pelas estradas, que esta Região tem, que têm vindo, e irão, ser melhoradas. Para aqui também se contemplam, através do Governo, programas de apoio à remodelação das frotas e de apoio à exploração. E, eu lembraria, a alguns mais desatentos, que nalgumas ilhas, e quase que sem que nisso se fale, o transporte colectivo de passageiros só é possível porque há muitos anos se fez uma opção clara de o Executivo desta Região chamar a si responsabilidades de transporte que, sendo necessárias à comunidade, não encontravam na comunidade resposta empresarial.

Uma palavra, antes de terminar, para o turismo, necessariamente breve, não pela brevidade que o tema merecesse, mas pelo tempo regimental que me é dado para esta matéria.

Penso ser importante que, nesta Região, se dê ao turismo o lugar que me parece que o turismo merece ter na Região. Nós temos aqui

a possibilidade de criar postos de trabalho em número significativo. Nós temos a possibilidade de vender, dentro da Região, produtos que a Região tem em excesso - produtos alimentares de toda a natureza - e pouparíamos, por esta via, o envio desses mesmos produtos, por transportes necessariamente caros e nem sempre os mais ajustados, para o exterior - uma dupla vantagem.

Para além disso, o turismo, quando bem pensado, pode ser, e é necessariamente, melhoria da nossa qualidade de vida; se cuidarmos do ambiente - um problema, e uma palavra, para o meio ambiente - e, sobretudo - e esta é a minha visão das coisas - se aquilo que fizemos para turista ver, seja aquilo que nos interessa, para nós, ter.

O meu entendimento é de que o turismo a ser de qualidade - e deve sê-lo nesta Região - deve ser de qualidade para as coisas que para nós tenham qualidade. Que venham até nós aqueles que sejam capazes de gozar daquilo que temos e somos - a Região que gostaríamos que fosse. Não defendo o ponto de vista de que nesta Região se tenha que construir artificialmente um paraíso, para que outros nos venham visitar. Se a podermos ir melhorando, que o façamos e que consigamos atrair até nós aqueles que, por um conjunto de razões que são muito mais importantes do que alguns podem pensar, virão certamente, com o correr dos tempos, a descobrir os Açores; a, por aqui, ficar; a, por aqui, visitar-nos.

De muito de corrida, uma referência à imperiosa necessidade, que todos sentimos, de vermos acabados alguns hotéis em construção em S. Miguel. Nada pior para um sector que se deseja ver lançado do que ver obras paradas. E, dava um salto para S. Jorge e Pico, onde aquilo que se passa com a estalagem de S. Jorge - por razões que são do conhecimento de muitos - e aquilo que se passa com um aparthotel na Madalena, cuja construção se arrasta quase que até ao infinito, não são, de facto, o exemplo acabado daquilo que nós gostaríamos de ter.

Estas demoras - todas elas com um conjunto de razões explicativas - são, pelo menos, frustradoras do entusiasmo de alguns e da crença que outros querem ter neste sector.

Não me esqueço - e se fica para o fim, é pela importância que lhes reservo - da necessidade de nas outras ilhas, concretamente na Graciosa e Flores, vermos aumentada, com a necessidade que se revelar ajustada, a oferta de alojamento que também nessas ilhas é necessário criar. Já foi aqui referido que as empresas até estão criadas. Há que dinamizá-las, através do Governo e dos naturais de cada uma das ilhas, de tal maneira que este projecto colectivo possa ser também assumido colectivamente.

Fica-me aqui, em relação ao turismo, uma palavra de certeza. Nós não vamos ser nunca um grande destino turístico, mas vamos de certeza ser um destino mais importante do que aquele que somos hoje. Para isso duas coisas são necessárias:

- Que, de facto, aquilo que é da iniciativa privada corra com a celeridade necessária pela iniciativa privada;

- Que aquilo que é do Governo seja assumido com a coragem com que já foram assumidos muitos projectos, de tal maneira que nos possamos congratular, em relação a este sector, com o novo dimensionamento do mesmo, quando voltarmos a apreciar aqui novas propostas de plano e orçamento para esta Região.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Dionísio de Sousa, pede a palavra para?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Para dois pedidos de esclarecimento brevíssimos, como brevíssima e rápida foi a viagem "transportes e turismo" que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida fez sobre o Plano.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A primeira pergunta, em relação às posições adoptadas pelo Partido Socialista sobre o Plano, é esta:

- Não acha que a crítica é uma forma de colaboração?

Lembro que é habitual o Sr. Deputado Pacheco de Almeida, e algumas vezes bem, dar um tom reflexivo às suas intervenções, se bem que desta vez se tenha preocupado - o que também é aceitável - mais com o aspecto executivo.

Portanto, eu pergunto-lhe se a crítica do Partido Socialista assume, ou não, uma feição de colaboração democrática como o desenvolvimento que outro partido propõe para esta Região.

A segunda questão, é uma questão relacionada com a preocupação com o nosso eleitoralismo, que o Sr. Deputado revelou.

Eu perguntar-lhe-ia se, ao fazer duas referências que me pareceram ambas elogiosas a uma intervenção dum deputado do PS sobre o assunto transportes, não está, perigosamente, a colaborar nesta campanha eleitoralista?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para responder.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em política correm-se riscos. Posso ter-me enganado. Julguei ter feito as contas. É a resposta à 2ª pergunta.

Em relação à primeira, é óbvio que toda a crítica, quando construtiva é, primeiro, um exercício democrático - e, nesse entendimento, sempre a aceitamos - é necessária e útil; só

que - muitas das críticas e é para essas que às vezes vai a nossa crítica, no caso particular, a minha - quando a crítica é feita apenas para elencar o conjunto de coisas que sabemos que ainda não estão feitas, mesmo tendo a consciência clara - porque alguns dos Srs. Deputados dão clara nota de que têm a consciência clara - de que nem podia ser de modo diferente, E em relação a essas críticas que vai, por vezes, a nossa crítica.

Fica, portanto, a resposta de que é concerteza um exercício democrático.

Presidente: Agora, dou a palavra, na continuação dos debates, ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madruga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O debate do Plano para 1984, oportunamente apresentado a esta Assembleia, é ocasião para explicitar a política desenvolvida pelo Governo, dando-se conta da evolução dos programas de investimento delineados no programa de médio prazo e apontando as medidas que se pretendem concretizar em vista a alcançar objectivos capazes de promover o desenvolvimento económico e melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

Não restarão, decerto, dúvidas a ninguém que o sistema de transportes joga um papel importante em qualquer processo de desenvolvimento económico, e, de modo muito particular, assim acontece numa região como a nossa, onde sem transportes nada ou quase nada se pode realizar. Sem esquecer que o transporte é um elo numa vasta cadeia da actividade económica, há que reconhecer que, no nosso caso, era imperioso melhorar as infraestruturas que o servem, como forma de melhor o racionalizar e de mais rapidamente promover a sua actuação em termos de economia, regularidade, frequência e segurança. O esforço feito na actuação sobre as infraestruturas começa a dar os seus frutos, e tem sido possível a introdução de meios tecnologicamente mais avançados garantindo-se, portanto, a mais rápida movimentação de pessoas e bens. É evidente, que na área dos transportes ainda se depara um vasto caminho a percorrer, pois há que fazer um esforço continuado no sentido da sua visão integrada, tendo em conta que por ele circulam as relações sempre complexas de produtor e consumidor, de armazenista e distribuidor, do exportador e do importador, sendo certo que à sua volta gravitam uma série de agentes, os mais diversos, nem sempre de interesses convergentes e que influenciam das mais diversas formas o próprio sistema, tornando-o, tantas vezes, a parte mais onerada de toda a cadeia.

Gizar uma política de transportes para uma região como a nossa, com significativas

dependências do exterior e com grande necessidade de comunicação interna, não é tarefa fácil, acrescida ainda dos problemas da sazonalidade e direccionalidade dos tráfegos a que se tem de dar resposta. E isto é verdade, tanto para o transporte marítimo, como para o transporte aéreo.

É certo que em relação ao primeiro a criação de infraestruturas portuárias e aquisição de equipamento, tem vindo a facilitar a introdução de novas técnicas de transporte e movimentação de cargas, permitindo a rápida operação dos navios, promovendo-se, assim, as condições para uma melhoria do serviço prestado. Há, dificuldades, é certo, mas também, não é menos certo, que, com excepção de um caso ou outro e por razões, as mais das vezes não imputáveis às empresas, se deixaram de verificar acumulações de cargas e que o seu fluxo se tornou mais regular e mais frequente. Bem sei que nesta área nem todos os esquemas de ligações funcionam da melhor maneira, mas a verdade é que existem linhas com uma procura não muito significativa, decorrendo daí uma menor frequência de transporte disponível.

Para melhor resolver os problemas que se jogam neste sector o Governo continua a desenvolver o programa de construção de infraestruturas portuárias, estando em curso as obras do porto da Graciosa, que se espera ver concluídas no próximo ano; as obras dos portos da Praia da Vitória e Santa Maria conhecem a sua fase de trabalhos iniciais, estando o primeiro decerto mais avançado do que este último; estão em fase de conclusão as obras dos portos do Pico; começa a elaboração do projecto do porto da Ilha das Flores, conforme decisão tomada pelo Governo Regional na sua visita à Ilha das Flores; estão a introduzir-se algumas melhorias no porto das Velas; prosseguem as obras no porto de Ponta Delgada. A pouco e pouco se tem vindo a criar condições para que a própria reformulação das frotas se vá operando e se vá desonerando as empresas que servem a região dos encargos de estadias e subestadias que pesam significativamente nas suas contas de exploração.

Entre as obras portuárias em causa avulta, pela sua importância, a que se realiza na bafa da Praia da Vitória, que, para além de vir a dotar a Ilha Terceira com uma infraestrutura adequada às suas necessidades de desenvolvimento, vem proporcionar um vasto leque de oportunidades à fixação de actividades económicas, para além da sua integração num conjunto aeroporto/porto, cujo valor não é, de modo algum, de desprezar. Assim se explicam alguns contactos já havidos por parte de entidades que solicitam informações sobre o desenvolvimento desta infraestrutura. De qualquer modo, uma vez apreciado e aprovado

o ordenamento interior do porto, julgo que será a oportunidade de se estudar de modo consertado a promoção do porto com vista ao seu desenvolvimento.

Verifico que as obras de construção do Sector de Recreio Náutico do porto da Horta têm suscitado alguns comentários e algumas perguntas me são dirigidas sobre este assunto. Julgo que o correcto entendimento desta obra ajudará a perceber-se que ela contém virtualidades que lhes conferem um apreciável valor para a Ilha do Faial e para a Região. Não é novidade a procura sempre crescente que os Açores de forma geral, e a Horta de modo particular, têm tido por parte do iatismo. Mais, tem-se verificado que muitos iates que demandam o porto da Horta fazem a partir deste porto, cruzeiros pelas restantes ilhas, o que se julga do maior interesse.

Importa referir que durante o Verão permanecem na Horta, em estadias médias de 1 a 2 semanas, cerca de 60 a 70 iates por semana. Significa isto que, por um lado, eram crescentes as dificuldades em encontrar local apropriado para o estacionamento dessas embarcações, mas também quer dizer que durante esse mesmo período o Faial vê a sua capacidade de alojamento acrescida em cerca de 200 a 250 camas, sem que para isso seja necessário contar com uma unidade hoteleira equivalente e cujo montante de investimento (nunca menor de meio milhão de contos) se situa em valores muito superiores àquele em que se situa a infraestrutura em apreço, adjudicada por cerca de 158.000 contos.

Proporcionar um serviço de melhor qualidade a este tipo de embarcações é contribuir de forma mais decisiva para a sua paragem nestas ilhas, se possível com estadias mais alargadas. Saliente-se, aliás, que o valor económico deste tipo de turismo não é tão pequeno, quanto por vezes se supõe, e sê-lo-á, tanto mais, em localidades tão pequenas como é o caso da Horta.

Conta-se ainda, neste programa, com uma verba destinada à aquisição de equipamento portuário e uma outra destinada a trabalhos de protecção da orla marítima.

Com a inauguração do aeroporto de S. Jorge e da pista do Corvo, conclui-se a cobertura da Região em termos de infraestruturas aeroportuárias que constituíram passos importantes na melhoria das condições de vida das populações, e serão, decerto, importantes instrumentos no desenvolvimento das comunidades que servem.

No prosseguimento da política oportunamente definida o Governo Regional adjudicou recentemente as obras de ampliação da aerogare civil das Lages, prevendo-se, portanto, para breve o início dos trabalhos. Está em fase de conclusão a aerogare do aeroporto das Flores. No que se refere à pista deste aeroporto já foram realizados

estudos relativamente à movimentação de terras que se torna necessário efectuar com vista à sua ampliação, não é, no entanto, empreendimento previsto no Plano de Médio Prazo e portanto não foi considerado no Plano para 1984.

Espera-se poder durante o primeiro semestre do ano próximo dar início às obras de terraplanagem relativas à ampliação da pista do aeroporto de Ponta Delgada. Está neste momento a decorrer o concurso de pré-qualificação das empresas que queiram concorrer a essa obra. Trata-se, sem dúvida, dum empreendimento que assume particular importância para S. Miguel e para a Região. Desde logo, porque virá melhorar substancialmente as condições de operação daquele aeroporto e depois, porque possibilitará o acesso directo a destinos que interessam do ponto de vista do desenvolvimento turístico da Região, sem o que, dificilmente, se poderá encarar um crescimento no sector, traduzido em unidades hoteleiras que aumentem a nossa capacidade de alojamento e nos possibilitem, por esta via, fazer avançar uma actividade económica que pode vir a ser da maior importância para os Açores.

É obra que exige significativo esforço de investimento. O seu estudo actual do projecto, em fase de elaboração do plano director, não permite fazer estimativas rigorosas, pensando-se no entanto que nesta primeira fase o montante de investimento possa rondar os 3.000.000 contos.

Aproveitaria aqui para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa, relativamente ao concurso de pré-qualificação para as obras de terraplanagens. Efectivamente esse projecto está a ser elaborado pela mesma empresa que elaborou os estudos relativos à ampliação do aeroporto de Ponta Delgada e, pela razão simples de que, em determinada altura e face à possibilidade de se avançar sem problemas de ordem técnica nesta matéria, a empresa se prestou a fazer esse trabalho, apresentando uma proposta ao Governo para o efeito.

É um trabalho que, efectivamente, não é propriamente tão fácil quanto poderá a intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa fazer supor. Não é propriamente trabalho para topógrafo. Há questões de maior monta - questões de ordem de estabilidade, de geotécnica e várias outras - que envolvem conhecimentos mais avançados.

De qualquer forma, a proposta apresentada pela empresa cifra-se num valor que ronda os 8.000 contos para a elaboração deste trabalho, e, gostaria, só por uma questão da gente poder ter referências relativamente a esta matéria, de referir que, no caso concreto do projecto de ampliação da aerogare civil das Lages, que foi adjudicado por um valor que anda por volta dos 200.000 contos, o valor do projecto, cálculos de betão, projectos de electricidade, andaram

por volta dos 13.000 contos.

Portanto, esta referência julgo que seria importante, em termos de dar uma referência que pudesse servir ao Sr. Deputado para avaliação do montante dispendido neste projecto de terraplanagens do prolongamento do aeroporto de Ponta Delgada.

Tem sido no sector do transporte aéreo que se tem verificado a evolução mais significativa na Região, evolução que decorre, como é óbvio, da abertura de aeroportos em todas as ilhas, e o que naturalmente provocou uma maior procura deste modo de transporte, com um significativo aumento de passageiros transportados, que, pelo menos, a nível do mercado interno tenderá a estabilizar nos próximos anos, mas que ainda poderá aumentar no que se refere a mercados externos, dependendo aqui de dois factores, por uma lado, a capacidade de alojamento na Região, e por outro lado, pela existência duma conjuntura favorável ou não nos mercados de origem. De qualquer modo também aqui, se tem verificado uma forte sazonalidade e direcionalidade do tráfego, quer de passageiros, quer de cargas. E nestas características residem algumas das dificuldades sentidas neste sector, desde logo ao nível da programação para cada uma das épocas (alta e baixa) e também para uma mais adequada rentabilização do equipamento e meios disponíveis. Salienta-se, no entanto, que, com excepção da época de más condições meteorológicas persistentes, o sistema de transporte aéreo funciona com eficácia, respondendo de modo adequado às necessidades do tráfego. Nesta área a intervenção do Governo, para além da construção e melhoramento das infraestruturas, tem-se feito na orientação que lhe cabe relativamente à transportadora aérea regional, e ainda no permanente diálogo com entidades ligadas ao sector, tendo em vista a prestação de um melhor serviço aos utentes e à Região.

Há, no entanto, que ter em conta que o melhor serviço deverá sempre corresponder a uma maior racionalização dos recursos disponíveis, quer materiais, quer financeiros, sob pena de se ceder à tentação fácil de confundir bom serviço com a satisfação de pretensas necessidades, ou até um meio de encobrir carências que em outros sectores se verificam.

Tem sido pelo apoio ao transporte que o Governo Regional tem dado forte apoio à economia regional, é o apoio ao transporte terrestre, cuja importância é desnecessário encarecer, como forma privilegiada de assegurar a mobilidade das populações e que desempenha papel importante nas ligações entre as diversas comunidades e por esta via contribui de modo significativo para o adequado equilíbrio de transporte entre habitação e local de trabalho.

É ainda o apoio ao transportes marítimo que tem permitido manter o serviço de cabotagem a realizar pelas empresas regionais, cuja actividade é ainda social e economicamente relevante.

Tem sido, no entanto, ao nível de apoio ao transporte aéreo que o apoio do orçamento regional mais se faz sentir, assegurando à transportadora regional os meios financeiros necessários à prossecução da sua actividade, contendo-se, ao mesmo tempo, o esquema tarifário em níveis susceptíveis de proporcionar a necessária mobilidade das pessoas. Sem esquecer e tendo em consideração todos os factores que, alheios à empresa influem de modo decisivo na composição dos seus encargos, o Conselho de Gerência da empresa tem vindo a praticar uma política de contenção e rigor que importa salientar e de que é legítimo esperar resultados positivos. Espera-se poder brevemente submeter à apreciação do Governo um contrato-programa que conterà as linhas mestras da actividade da empresa para os próximos anos, definindo as suas obrigações e responsabilidades, bem como os apoios com que, nesse lapso de tempo, poderá vir a contar.

O desenvolvimento dos transportes aéreos na Região, ou com destino e origem nesta, é um factor determinante no desenvolvimento da actividade turística. A melhoria destes e ao conjunto de medidas que nos últimos anos se tem vindo a tomar, tem correspondido uma maior procura dos Açores, como destino turístico. Julgamos que esta é uma área que tem ainda um longo caminho a percorrer, mas acreditamos que se tem vindo a lançar as bases em que há-de assentar o desenvolvimento desta actividade económica que pode, não só trazer à Região um contributo positivo em termos de aquisição de serviços e consumos, mas que tem efeitos multiplicadores em diversas outras actividades, sendo portanto, por si só, geradora de mais riqueza e trabalho. Afastados dos grandes centros geradores de fluxos turísticos estáveis, apresentando-se, relativamente a outros mercados com uma oferta menos atraente, em termos do grande público, pela falta de praias e sol, os Açores, no entanto, podem procurar promover-se em outros segmentos do mercado turístico, que aqui encontrarão, de certo, a resposta para os seus interesses específicos e irão naturalmente, favorecer a criação das actividades complementares da indústria, forçando a transformação necessária à definitiva escolha dos Açores, como um destino turístico perfeitamente caracterizado e escolhido em função da sua capacidade de oferta no mercado turístico nacional e internacional.

A actividade do Governo tem-se vindo a desenvolver, e nessa linha se prosseguirá, em quatro vertentes fundamentais, que se traduzem no apoio ao desenvolvimento de unidades hoteleiras

e similares, mediante a participação em capital social das empresas; na construção de pequenas unidades hoteleiras; nos inventivos financeiros e fiscais ao investimento privado; no apoio financeiro às actividades complementares da indústria turística; no apoio financeiro às actividades culturais, desportivas ou recreativas que se prendem com a animação turística; no desenvolvimento de acções relativas à promoção e divulgação da Região como destino turístico; e também na formação profissional.

Correspondem estas linhas de acção aos programas contidos no Plano/84 e que aí encontram o seu suporte financeiro e sua justificação.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para responder a duas questões que foram levantadas, oportunamente - uma pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte; outra, pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça - que se prendem com a Estalagem da Serreta.

Como é sabido, a Estalagem da Serreta foi construída ainda antes da vigência do Governo Regional; situa-se numa zona excêntrica da cidade de Angra - portanto, do maior polo urbano da Terceira -; tem uma localização que, enfim, em termos paisagísticos e durante o Verão é muito bonita; só que, na concepção da Estalagem da Serreta, os técnicos encarregados desse projecto, encarregaram-se de copiar o estilo de estalagens que se encontram pelo país fora, de beira de estrada - quatro quartos para proporcionar descanso a quem dele necessite e um restaurante para 200 ou 300 pessoas.

É evidente que não há possibilidade, na zona em que a Estalagem está implantada e também com a sua própria concepção, de a rentabilizar e de a viabilizar economicamente.

Em estudos realizados, relativamente a esta matéria de turismo na Região - e refiro-me, concretamente, ao estudo realizado pela empresa TTA - apontava-se para a possibilidade de se vir a aumentar a capacidade da Estalagem da Serreta por forma a possibilitar a sua eventual rentabilização. Houve alguns contactos; contactou-se um arquitecto que elaborou um estudo muito preliminar sobre o que poderia ser o desenvolvimento e a ampliação da Estalagem; e, entretanto, este ano promoveu-se, conjuntamente com a sociedade proprietária do Hotel de Angra, uma experiência, com vista a ver o que poderia ser o aproveitamento da Estalagem da Serreta.

Neste momento, portanto desde Setembro/Outubro, por aquilo que podemos colher da experiência feita; daquilo que conhecemos sobre este projecto; daquilo que conhecemos do modo como, normalmente, se desenvolve a actividade turística nesta Região; devo dizer que tenho algumas dúvidas sobre a possibilidade de se viabilizar a Estalagem da Serreta, mesmo considerando a sua ampliação.

Uma vez que esteja perfeitamente convicto do caminho a tomar, não terei a menor dúvida em pôr o problema à apreciação do Governo, no

sentido de que a verba, que está, neste momento, afecta à Estalagem da Serreta, seja utilizada na promoção do sector do turismo na Ilha Terceira.

Neste momento, os dados que tenho são estes. Tenho algumas dúvidas. Uma vez que esteja perfeitamente convencido do caminho que devo seguir, proporei ao Conselho do Governo a atitude a tomar.

Pode afirmar-se, sem receio de desmentido, que a acção do Governo Regional tem sido determinante nesta matéria e que tem sido através do apoio prestado que se tem conseguido avançar no desenvolvimento desta actividade.

Julgamos que a manutenção dos programas acima referidos e a intensificação das acções promocionais, o fomento de actividades específicas - golf, pesca desportiva, desportos náuticos, etc. - pode-se conjuntamente com outras acções ao alcance de outras entidades, contribuir de forma importante para a diversificação dos nossos mercados e para o alargamento da época turística nos Açores, que ainda continua a ser uma situação a ultrapassar, fazendo melhorar as ocupações nos meses de Abril a Outubro.

Preocupação dominante tem sido a que se refere à formação profissional, daí a criação do núcleo de formação profissional no sector do turismo a funcionar no Centro de Formação Profissional dos Açores e cujos resultados se poderão vir a verificar daqui a alguns anos, mas que é decisiva na melhoria do serviço prestado a quem nos visita, serviço que deverá ser a característica mais relevante do nosso produto turístico e que por ela se aferirá a qualidade do mercado que escolha os Açores.

Ganhando a confiança dos agentes económicos envolvidos nesta actividade, porfiando nos nossos esforços de sempre oferecer o melhor que temos, empenhando-nos na defesa dos nossos valores tradicionais e da fisionomia própria de cada uma das nossas ilhas, podemos encarar com esperança o futuro turístico dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas do Governo e da bancada do PSD)

Presidente: Para formular perguntas ao Sr. Secretário Regional, tem a palavra o Sr. Deputado Emílio Porto.

Deputado Emílio Porto (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Algumas questões, que procurarei ser sintético na sua apresentação:

- Para quando a reformulação das embarcações de transporte de passageiros para o canal Pico/Faial?

- Podemos considerar que acabou de vez o transporte de passageiros, via marítima, entre as ilhas da Região?

- A opção aérea é a única opção?

- Como pensa o Governo Regional intervir

no sector dos transportes de carga inter-ilhas e entre estas e o exterior, se se vier a degradar ainda mais a acção da CTM?

- Quais os esforços feitos pelo Governo Regional para, com certa regularidade, os aviões da Força Aérea Portuguesa se deslocarem ao Corvo, como foi prometido aquando da inauguração da pista daquela ilha?

- Confirma-se, ou não, notícias vindas a público, na imprensa regional, quanto à discrepância de preços relativos a certas mercadorias oriundas das Flores, por via aérea - concretamente, refiro-me a peixe - Flores/S. Miguel, Flores/Terceira? (Flores/S. Miguel, um preço inferior; Flores/Terceira, um preço bastante superior).

- Poderá o Governo Regional ter, como conseqüente e eficaz, uma acção relevante - e considero importante esta questão - no sentido de serem eficientes e eficazes os serviços telefónicos nesta Região e dos quais ainda não se falou nesta Casa?

- Porque é que o voo da SATA da terça-feira, com início em Ponta Delgada, não tem a garantia da ligação imediata, na Terceira, para o Pico?

- É mesmo questão encerrada e definitiva, para o Governo Regional, portanto sem apelo possível, não haver voos ao sábado e domingo para o Pico?

Uma pergunta agora que há pouco tempo fiz ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, e que, depois, vim a reflectir que devia ser feita, sim, ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, porque isto é da sua acção:

- Não seria um bom serviço, que a sua Secretaria tentasse tomar medidas tendentes ao desassoreamento das conhecidas lagoas da orla marítima da Vila das Lajes do Pico?

Uma última questão, relacionada com turismo, é a seguinte:

- Quem de lancha ou de barco entra no porto da Madalena, depara com um edifício novo destinado, dizem, a hotel. Como ele se apresenta de uma forma estranha - eu classifico de estranha, bizarra e destoante - não seria oportuna uma acção do Governo tendente a moralizar o triste espectáculo daquela obra, desenhada com tão mau gosto?

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, tem a palavra para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

Acabei de tomar conhecimento de que, efectivamente, quanto ao projecto da Estalagem da Serreta, esses 25.000 contos de dotação não encontram ainda corpo num projecto concreto. E, quanto a isso, eu queria manifestar a minha simpatia e o meu reconhecimento pelo testemunho

de seriedade que o Sr. Secretário deu, ao expôr, claramente e sem cartas na manga, a sua visão sobre este problema que se arrasta desde há alguns anos.

Eu permitia-me, na sequência da intervenção que fiz há pouco sobre a via circular a Angra do Heroísmo, propor ao Governo que se mantivesse, relativamente à Estalagem da Serreta, uma verba simbólica para ocorrer a qualquer incio de solução sobre esse problema, e que a parte restante, que seria concerteza significativa, talvez fosse suficiente para se inscrever, tal como o Conselho de Ilha já o tinha manifestado, finalmente, o projecto da circular à cidade de Angra do Heroísmo no Plano Regional para 1984.

Podia ser, por exemplo, um desdobramento: 5.000 contos para a estalagem e 20.000 para a via circular. Por exemplo, mas pode ser outro.

Presidente: Sr. Secretário, tem a palavra para fazer o favor de responder.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madruça da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou procurar responder, com alguma brevidade, às perguntas que me fazem.

Relativamente às perguntas que me são feitas pelo Sr. Deputado Emílio Porto, devo dizer que, de há algum tempo a esta parte, a Secretaria tem vindo a preocupar-se com o problema das ligações Faial/Pico. De tal sorte, que a própria Secretaria tomou a iniciativa de estabelecer contactos com um arquitecto naval, no sentido de vir a elaborar um trabalho que pudesse servir de base à construção duma embarcação para as ligações Faial/Pico.

Tem-se vindo a manter contactos com a empresa no sentido de se poder avançar com esse projecto; só que uma vez elaborados alguns trabalhos de gabinete relativos a estudos e projectos e consultados estaleiros nacionais sobre essa matéria; chego à conclusão de que uma embarcação, para transportar cerca de 200 passageiros nesta linha, se poderá elevar a valores da ordem dos 60/70.000 contos.

É matéria que ultrapassa a capacidade financeira da empresa e, portanto, estamos, neste momento, com a própria empresa, a estudar a possibilidade de levar por diante a construção duma embarcação que se vai tornando necessária neste tipo de ligações.

Relativamente às questões que põe do transporte de passageiros inter-ilhas, é bem de ver o seguinte. Para além das excursões organizadas, durante o Verão, no navio "Ponta Delgada", verifica-se que, durante a Primavera, Outono e Inverno, o navio praticamente não é utilizado. E, então, depois da abertura do aeroporto de S. Jorge, a utilização do "Ponta Delgada" caiu quase para valores que não têm significado, em termos de

transporte de passageiros como se vinha a proceder.

Neste momento, o "Ponta Delgada" está, naturalmente, para ir ao estaleiro porque tem que fazer a sua revisão anual e é natural que, durante o Verão, venha de volta à Região, para fazer este tipo de serviço inter-ilhas:

De qualquer forma, creio que em termos práticos e para sermos muito pragmáticos, o transporte aéreo colheu a escolha do utente e o transporte marítimo inter-ilhas, pelo menos nos termos em que estava concebido pelo "Ponta Delgada", dificilmente voltará a ele.

Temos vindo, em todos os contactos que mantemos sobre esta matéria de transportes marítimos, a pugnar pela introdução, pela CTM, dum navio que fosse, de alguma forma, polivalente, que estivesse preparado para transporte de carga geral, para transporte de contentores, e que tivesse um salão adequado à montagem de cadeiras mais confortáveis, que servisse o serviço de passageiros no Grupo central.

Não temos dúvida nenhuma de que, neste momento, a ligação de passageiros por via marítima, a efectuar-se, será sempre nas ilhas do Grupo Central.

Está, neste momento, a ser trabalhado, entre a Secretaria Regional dos Transportes e Turismo e a Força Aérea, um documento que poderá vir a ser um protocolo, celebrado entre o Governo e a Força Aérea, no sentido do estabelecimento de uma carreira regular - ou com regularidade - entre a Ilha Terceira e o Corvo, utilizando o equipamento de que a Força Aérea dispõe no aeroporto das Lages.

Quanto ao transporte aéreo de mercadorias das Flores para o aeroporto das Lages, neste momento faz-se a preços que são correspondentes ao percurso de Flores/Lages. Verificou-se é certo - em certa altura, um diferencial e isto ocorre pelo facto das tabelas de carga da SATA terem vindo a adaptar-se às necessidades do transporte e ao aparecimento até de procura para determinado transporte.

Até certa altura, todo o encaminhamento da exportação de peixe da Ilha das Flores era feito para o Continente, através de S. Miguel e só quando começou a haver procura do transporte para a ligação na Terceira, quer para Canadá e Estados Unidos, quer para o cargueiro que serve a Ilha Terceira, o problema se pôs. Nessa altura, logo foi reformulada essa tarifa, em termos de servir, com equidade e com justiça, o exportador da Ilha das Flores.

Põe o Sr. Deputado um outro problema, relativamente à questão dos serviços telefónicos. Sou também utente do serviço telefónico e reconheço que, quando quero telefonar para um lado, me sai outro, mas a verdade é esta:

- A situação tem-se vindo a melhorar, em termos de automatização do sistema; só que, eventualmente, ainda alguma sofisticação da aparelhagem utilizada e algumas dificuldades na sua manutenção têm vindo a provocar algumas situações de menor comodidade para os utentes.

Temos vindo a insistir, junto da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações, no sentido de efectuar melhorias nesse sentido. De qualquer maneira - e gostaria de o salientar aqui - devo dizer que, em termos de investimento e em termos de preocupação por prestação dum serviço, não há dúvida nenhuma de que esta empresa pública tem vindo a dar um valioso contributo nos sectores que estão à sua responsabilidade na Região.

Relativamente aos horários da SATA na terça-feira, na ligação de Ponta Delgada para o Pico, eu gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que a SATA opera com três aviões. Normalmente, procura-se que um esteja em manutenção e, portanto, há um avião que vem para a Terceira; que, depois, faz o seu serviço em termos radiais com Graciosa, S. Jorge e Pico; e, nesse dia, por acaso, o avião que vem de Ponta Delgada, vem à Terceira, vem à Horta e vai às Flores.

A introdução de mais uma paragem, nesta linha, seria, de alguma forma, prejudicial, no caso concreto para o tráfego que segue para as Flores, uma vez que o avião sairia da Ilha Terceira ocupado com três destinos diferentes. Portanto, a perspectiva foi disponibilizar, a partir dos locais de maior distribuição com a ilha das Flores, o maior número de lugares possível, tendo em conta que a frequência de voos para a Ilha das Flores, semanal, é menor do que aquela que se verifica para a Ilha do Pico.

Em termos da manutenção da situação actual, relativamente à escala da Ilha do Pico durante sábados e domingos, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado - e faço-o com a maior simplicidade - que, enquanto se mantiver a situação, que neste momento se verifica, de necessidades de tráfego, a situação, do meu ponto de vista, se manterá.

No que se relaciona com o problema do desassoreamento das lagoas das Lajes do Pico, está a trabalhar-se nessa matéria, sobre uma proposta apresentada por uma empresa local que tem vindo a proceder à extracção de areias.

No que se refere à estrutura hoteleira que se está a construir na Madalena, pois, naturalmente o gosto do Sr. Deputado não coincide com o gosto do arquitecto. Lamento, mas, o projecto é aquele e, naturalmente, terá uma outra visão, se englobado, num conjunto em que aquele imóvel se virá a enquadrar.

No que se refere à questão que me é posta

pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, para além de outra qualquer consideração, julgo que o problema, que se põe, eventualmente poderá vir a ser considerado numa revisão de plano do próximo ano. De qualquer maneira, também é conveniente lembrar que este problema - como ficou, creio, que, mais ou menos, claro da intervenção do Sr. Secretário do Equipamento Social. é matéria que cabe também à autarquia municipal do Concelho de Angra do Heroísmo.

E, julgo que é tudo quanto me tinham perguntado.

Presidente: Sr. Secretário, só um momento. Houve um lapso. Há mais um Sr. Deputado que desejava formular uma pergunta e que me passou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário dos Transportes e Turismo:

Era relativamente ao porto das Flores e às perguntas que, no início dos debates, eu tinha feito quanto a essa matéria.

O Sr. Secretário referiu que o projecto se tinha iniciado, se bem percebi. Gostaria também de saber, se possível, para quando se prevê que o projecto do porto das Flores possa estar concluído e a programação, relativamente a esse assunto, que se seguirá, durante o ano de 1984.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Secretário.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madruga da Costa): A situação do projecto ^{do Porto} das Flores está a decorrer. Deve deslocar-se às Flores, muito proximamente, um dos projectistas que está a elaborar esse trabalho, com vista a poder, dentro do programa que lhe foi apresentado e da situação concreta do local de implantação do porto, acertar o projecto em termos de ultrapassar a prancheta e, localmente, ver se a sua concepção e aquilo que tem pensado, se adequa à localização do porto.

Esta situação, relativa a projectos, é sempre, de alguma forma, demorada, mas calculamos que no decorrer do primeiro semestre do próximo ano, durante o Verão, se possa ter em mão o projecto do porto da Ilha das Flores; portanto, em condições de se preparar, após isso, a abertura e o processo de concurso da realização das obras.

De qualquer forma, a situação nesta matéria é, às vezes, um pouco alietória por que, quando a gente espera ter um projecto no dia tal, às tantas horas, nem sempre isso é possível porque, enfim, os gabinetes que se dedicam a esta matéria não são muitos no País e têm outros trabalhos também entre mãos.

Presidente: Bom, parecendo que o assunto de transportes está encerrado, vamos fazer um

intervalo de um quarto de hora.

Estão suspensos os nossos trabalhos, voltamos às 19.00 horas.

(Eram 18.45 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que tomassem os seus lugares. Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 19.00 horas)

Para isso, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou iniciar esta minha intervenção com uma retrospectiva sobre algumas intervenções - tipo do Governo Regional e da oposição no debate do Plano/84.

Não falarei das intervenções da maioria. Não está, aliás, nos nossos hábitos. Limitar-me-ei a dizer que algumas delas foram um precioso e válido contributo para acordar um governo, cada vez mais complacente para consigo próprio, cada vez mais cegamente auto-satisfeito, a ponto de ver as suas fraquezas evidentes como forças inabaláveis, as limitações do que constroi ou gere com perfeições sem limites, os seus evidentes e chocantes defeitos como virtudes, os seus deméritos como méritos e, até mesmo, os seus amigos como inimigos, e de se atrever a contar, em vão, com os seus adversários como potenciais aliados do seu manobrismo político.

Em realção às intervenções dos Membros do Governo, destacarei as intervenções de temática mais genérica e global: a do Sr. Secretário das Finanças e a do Sr. Secretário da Cooperação Externa e Integração Europeia.

A intervenção do Sr. Secretário das Finanças pretendeu ser um discurso formalmente inovador e de grande carga ideológica, com insistência nos grandes temas político-sociais ligados às problemáticas do desenvolvimento, por um lado, e das crises económicas, por outro. Pelo menos, teve presente os grandes temas políticos que põem em evidência que o desenvolvimento não é necessariamente um desenvolvimento para todo o corpo social. Exige a introdução de mecanismos político-sociais de correcção para que os seus efeitos se generalizem à totalidade da sociedade e se estrangulem na apropriação por minorias. Daí o ter falado na diminuição da pobreza, na redução da desigualdade, no aumento do emprego. Não nos indicou, é evidente, a estratégia para o conseguir. Mas, até compreendemos, seria exigir demasiado deste governo.

Para além dos grandes temas, a grande inovação formal do Sr. Secretário das Finanças, as áreas de desenvolvimento em substituição dos sectores tradicionais. É óbvio o sentido e utilidade política da nova classificação. Trata-se de, sem alterar o que quer que seja no Plano

e no seu conteúdo real, fazer funcionar politicamente a lei dos "grandes números". Revelam-se assim, mais facilmente, as grandes tendências e ocultam-se e camuflam-se os desvios sectoriais comprometedores. Como se vê, é uma inovação formal que, a adoptar-se, pode contribuir para o Governo, mais facilmente, apregoar os seus êxitos mas pode também comprometer seriamente os grandes temas abordados pelo Sr. Secretário na sua intervenção.

Aliás, todos recordamos que a carreira do Sr. Secretário Regional das Finanças, como membro do Governo, tem sido caracterizada pelas arrojadas inovações ideológico-formais. Na pasta do trabalho deixou-nos aquilo que classificou, modestamente, como a "Bíblia do Trabalho nos Açores". Com a sua proposta de nova ordenação dicotómica do Plano, pretende, provavelmente, brindar os Açores com a nova "Bíblia do Planeamento". Planeamento que bem precisa, de facto, de novos esquemas. O nosso receio é que o seu êxito no Plano seja igual ao do Trabalho, em que tudo continue como dantes.

Num caso como noutro, os seus rasgados voos ideológicos, os horizontes de águia em que se compraz em situar-se, apontam sempre para um degrau acima daquele em que se encontra. Na pasta do Trabalho, os degraus eram muitos. Actualmente, corre um risco só partilhado no Governo pelo seu Presidente: faltarem os degraus.

De registar ainda, na intervenção do Sr. Secretário das Finanças, a ausência de qualquer referência ou mera alusão a duas realidades importantes: à CEE e ao Cooperativismo. De estranhar, a primeira, porque se tratava de apresentar um plano de um governo que até tem um Secretário da Integração Europeia; a segunda, porque se trata de um governo social democrata para quem o cooperativismo não pode ser um mero resíduo social mas uma força de transformação da sociedade.

Duas coisas não conseguiu, porém, o Sr. Secretário das Finanças disfarçar. Por um lado, o desconhecimento efectivo da nossa economia com que o Governo se defronta, em termos de planeamento. Por outro, a ineficácia global das medidas adoptadas ao nível do Plano para conseguir alterações estruturais na nossa economia. Melhor dito, o Sr. Secretário tentou disfarçá-lo, não referindo o assunto, não fazendo aquilo que seria de exigir na apresentação do Plano para o último ano dum Plano a Médio Prazo. Que o estado da nossa economia, em particular, e da nossa sociedade, em geral, é o de metas alcançadas e conseguidas, na proporção, pelo menos, exigível de 3/4 do Plano a Médio Prazo. Contraste tanto mais de salientar para o Plano no seu conjunto, quanto o Governo na letra do Plano/84, não se esqueceu de o fazer para aqueles

sectores em que as aparências pareciam mais favoráveis. Na educação, por exemplo.

Da intervenção do Sr. Secretário da Cooperação Externa e Integração Europeia, nada restará à história. A não ser:

- O seu esforço inglório para incluir no Plano aquilo que quem o elaborou de lá retirou deliberadamente: a CEE. Com o que, aliás, concordamos. Tal como lá se encontrava nos Planos anteriores, fazia o papel de Pilatos no Credo.

- O relatório dos dossiers negociados e a negociar, das ajudas que já vieram e se repetirão. Dos projectos a ser preparados para que novas ajudas não se percam de todo. Enfim, menos a CEE vista dos Açores, do que os Açores vistos das alturas comunitárias. Ou seja, mais uma vocação de estadista que corre o risco de definhar no viveiro onde brotou, porque nos Açores só há lugar para um e mais nenhum.

Das intervenções da bancada do Partido Socialista, salientarei as linhas gerais que foram emergindo das diversas intervenções sectoriais.

Do seu conjunto foram ressaltando três ideias-força genéricas:

1ª - A ausência dum modelo político que dê forma e coerência ao procurado desenvolvimento regional.

2ª - A ausência dum modelo económico que viabilize a actividade económica regional.

3ª - A ausência de pressupostos técnicos mínimos e essenciais a qualquer planificação dos diferentes domínios da vida da Região.

A ausência de modelo político tornou-se claramente evidente na análise dos sectores sociais.

A incapacidade manifesta em gerir, adequada e racionalmente, o sistema escolar, a cultura, o desporto, o sistema de saúde, os domínios de emprego e da formação profissional, foi evidenciada sem equívocos. A social democracia corre hoje o risco de transformar-se nos Açores, num mero rótulo da embalagem vazia da maioria. Serviu no passado recente para dar um conteúdo aparente, uma cultura ideológica aparente, às reivindicações autonomistas e regionalistas. Mas, conquistado o poder, satisfeitas as reivindicações face ao exterior, a social democracia nos Açores, tem manifestado, nos planos, aquilo que sempre foi: um equilíbrio instável e nem sempre coerente de tendências e correntes. A marginalização do cooperativismo e do associativismo agrícola, a incapacidade para fazer participar as populações no processo de desenvolvimento, os recuos constantes e repetidos perante todas as alterações estruturais (a agricultura e a fiscalidade são exemplos cimeiros), o atrofiamiento das autarquias, aí estão para o comprovar.

A ausência de modelo económico de desenvolvi-

mento tornou-se patente nos sectores dominantes da actividade produtiva: a agricultura, o comércio, a indústria, os transportes. A este respeito bastará referir que, das componentes possíveis de um sistema económico e duma economia largamente intervencionada como a açoriana, a única componente praticamente utilizada, tem sido a de dar bonificações. E de tal maneira tem sido alargado o seu âmbito que caminhamos para um sistema económico universalmente bonificado. Bastará lembrar também que este Governo não conseguiu planificar nenhum sector do sistema económico, tendo em conta a inter-relação da totalidade das suas variáveis e menos ainda as relações inter-sectoriais. O exemplo mais evidente é o caso do sector dos transportes em que os desajustamentos entre os meios de transporte, as infraestruturas e o tarifário, ameaçam permanentemente a sua rentabilidade e viabilidade. Bastará lembrar ainda, que vivendo nós, um sistema de preços largamente intervencionado, o Governo Regional que os fixa desconhece, na maioria dos casos pelo menos, o preço real de cada um dos factores de produção.

De tudo isto ressalta que o Governo Regional actua na nossa economia como um verdadeiro bombeiro pirómano que vive apagando os fogos que ele próprio ateia.

Quanto à ausência de condições mínimas de planeamento por carência de elementos informativos - hoje já exclusivamente atribuíveis à verdadeira incúria do Governo Regional - ela é tão manifesta que o próprio Governo que começou por ignorar todas as vozes que se ergueram a denunciá-la, no passado, hoje já nem se dá ao cuidado de ocultá-las, embora continue a fingir, em termos políticos públicos, que a ignora.

De todas estas vozes, recordarei apenas a última e também a mais autorizada por vir de alguém que esteve, desde sempre, ligado a toda a actividade de planeamento económico na Região. A do Dr. Cunha Oliveira. Eis o seu grito de desespero:

"Não há, com efeito, desculpa para a não existência de contas regionais que nos permitam conhecer as grandezas macro-económicas e acompanhar o desenrolar da economia. (...) E andando nisto há quase 10 anos, para trás e para diante, ora de uma maneira ora de outra, agora com estes e logo com aqueles, mas sempre sem que finalmente apareça a tão almejada contabilidade, é como quem navega no escuro. Entretanto, algum mais atrevido dá palpites. Mas é só. Rigorosamente ninguém sabe neste momento qual o produto regional, a formação bruta de capital fixo, o valor acrescentado, etc.. Dir-me-ão: mas vive-se à mesma sem nada disso."

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):

Certo!

O Orador: "Só responderei - e até quando? Além do mais, como é que a gente pode saber aonde vai deitando os pés, e **julgar a sério da qualidade e da eficácia da política económica** do Governo, e **até fazer planos que não sejam meros** enunciados de intenção e meros **programas de actividade**".

Podia dizer mais a oposição? Não creio. Podia dizer melhor a oposição? Também não creio. Nem precisa, quando o próprio Governo^o confirma em documentos oficiais. Na própria Proposta de Plano, o Governo o reconhece. Pois começa o enquadramento regional da Proposta de Plano/84 assim:

-"Embora não sendo possuidores do sistema de contas regionais, **elemento indispensável ao conhecimento real da nossa economia...**"!!

Que mais será necessário para dizer que o Governo ao trazer a esta Assembleia mais uma Proposta de Plano, o faz por mera rotina institucional, por simples força de uma disposição estatutária, por respeito formal pelos mecanismos democráticos? E com isto, apenas com isto, se dá por satisfeito o Governo. Mas não a oposição. Mas não, por certo, os açorianos.

Disse.

(Bancada do PS: Muito bem!)

(Palmas)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Governar é assumir a responsabilidade dos destinos de uma determinada comunidade.

A assunção de tal responsabilidade determina a sujeição de todos ao bem comum.

Bem comum entendido como algo que diz respeito ao homem todo, tanto às necessidades do corpo, como às do espírito.

A realização do bem comum constitui um dever de todo o cidadão quer considerado isoladamente quer em grupo e constitui a própria razão de ser dos poderes públicos.

Esta realização implica para o cidadão o dever de ajustar os próprios interesses às necessidades dos outros, utilizando os bens e serviços ao seu dispôr, dentro das normas de justiça e na devida forma e limites de competência.

A mesma realização do bem comum impõe para os detentores do poder público o dever de o promover.

Este dever determina que a persecução do bem comum por parte do poder público deve ser de tal modo que proporcione a todos os membros da sociedade, sem qualquer espécie de distinção, a sua participação no bem comum, embora em grau

diverso, segundo as funções que cada cidadão desempenha, seus méritos e condições.

Mas razões de justiça e equidade impõem, ainda, aos detentores do poder público especial consideração para com os membros mais fracos da comunidade, os quais se encontram em posição de inferioridade para reivindicar os próprios direitos e prover aos seus legítimos interesses.

Alertar para tais razões de justiça é tanto mais tempestivo quanto necessário, atendendo a que se vive numa fase da existência humana em que a tendência genérica é, apenas, para atender aos que mais reivindicam, embora, por vezes, sejam os que mais têm, e aos que estão mais próximos do poder e deste, sobretudo, do económico.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nunca tanto como agora foi e é necessário a planificação, já que a iniciativa privada não é suficiente.

Compete ao Executivo determinar os programas, procurando, para tanto, o concurso dos diversos agentes económicos.

Mas a razão de ser de qualquer plano de desenvolvimento há-de ser o serviço da pessoa humana.

Inclui tanto o progresso social como o crescimento económico.

O perfeito desenvolvimento do homem não é possível sem o desenvolvimento solidário da humanidade.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é, neste sentido, que entendemos a opção dos Açorianos pelo desenvolvimento harmonioso da Região, isto é, não é possível falar de tal desenvolvimento enquanto aqueles que têm a mais não forem capazes de pensar nos que, vivendo, por vezes, ao seu lado não têm o mínimo essencial.

A planificação, jamais, pode ser de modo a permitir que o desenvolvimento harmonioso da Região - preferiríamos desenvolvimento solidário dos Açorianos - não vá reduzindo as desigualdades existentes, encaradas quer em termos individuais quer em termos colectivos.

Não temos dúvidas nem receamos afirmá-lo aqui e agora que, quer no planeado quer no executado, algumas distorções se verificaram quanto ao desenvolvimento solidário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não nos parece, porém, que devamos viver piados por aquilo que de negativo existiu no passado ou até mesmo no presente, mas sobretudo das virtualidades pra existentes encaradas de forma a perspectivarem um futuro melhor.

Só que tais desvios poderão ser totalmente olvidados desde que não tenham repercussões no futuro e é aqui que reside a nossa preocupação ou apreensão.

Mas, sr. Presidente, Srs. Deputados, convirá reflectir em que medida e de que forma vêm as

actuais propostas de Plano e Orçamento colmatar alguns dos aspectos desvirtuados que acabamos de referir.

Malguns aspectos parece-nos que, efectivamente, as mencionadas propostas nada alteram porque tal já não é possível. Aqui convirá relançar a nossa atenção, apenas, para jamais adoptarmos idênticos procedimentos e para decidirmos com firmeza e em termos definitivos que jamais podem ser tomadas opções que não sejam ditadas pelo desenvolvimento solidário dos Açorianos.

Mas não temos qualquer sombra de dúvida em afirmar que o desenvolvimento solidário dos Açorianos só teve possibilidade de se iniciar quando ao povo dos Açores foi dada oportunidade de tomar nas suas mãos os seus próprios destinos. Isto é, quando se iniciou o regime autonómico.

A caminhada em tal sentido tem sido lenta mas progressiva.

As Propostas de Plano e Orçamento têm sido o espelho final de tal caminhada.

Na verdade constata-se que de ano para ano quer o Plano quer o Orçamento regionais são apresentados com mais elementos, de forma a possibilitarem uma mais fácil e profunda apreciação dos mesmos.

Efectivamente não podemos deixar de salientar o facto de a Proposta de Plano para 1984 vir acompanhada dos planos das empresas públicas, ficando para futuro o conhecimento dos elementos sobre os empreendimentos das autarquias locais. Esta inclusão parece-nos importante, já que todos conhecemos o empenho que é necessário pôr na solução dos problemas de saneamento básico existentes na Região, e que tal empenho não pode ser apenas das autarquias locais, mas sim do poder regional e do poder local. Os problemas existentes no que respeita ao saneamento básico são de tal ordem que exigem uma reflexão minuciosa por parte de todos os detentores do poder público.

Por outro lado parece importante que esta Assembleia Regional tenha dados sobre o peso do sector cooperativo no desenvolvimento solidário da Região, a fim de haver uma percepção e avaliação reais da estrutura económica da Região, isto é, o que constitui o sector público regional, o sector cooperativo e o sector privado.

Isto porque nos parece cada vez mais relevante para a Região uma definição muito clara do que estará reservado a cada um dos sectores referidos.

Parece-nos que, de facto, os investimentos, que ao longo destes anos têm sido feitos, estão contribuindo de alguma forma para a definição que referimos, já que tais investimentos são condição indispensável para que seja possível os sectores cooperativo e privado passarem a assumir posição de relevo no desenvolvimento

regional.

Estamos mesmo convictos que, sem o esforço levado a cabo no decurso destes anos de governação regional, jamais poderia existir um sector privado com relevo, dado que não tinha as mínimas condições de sobrevivência.

Assim merecem a nossa concordância as opções de fundo do Plano, esperando-se que nas suas concretizações não só respondam efectivamente aos problemas reais do povo dos Açores, como também contribuam para o tão desejado desenvolvimento solidário da Região.

Convirá referir que, em nossa opinião, só com a opção pelo desenvolvimento solidário, será possível atingir-se a tão desejada unidade regional, entendida esta como algo que se consegue pela coragem e determinação de se pôr acima do interesse particular o geral, ou seja, acima do interesse local o regional; acima do interesse dos que mais têm o dos que menos têm e menos possibilidades de reivindicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pretenderíamos, ainda, dizer que é com satisfação que constatamos os progressos feitos na elaboração da Proposta do Orçamento da Região.

Efectivamente a Proposta de Orçamento, quer em termos financeiros, quer em termos jurídicos, deve ser considerada como resposta cabal à situação presente da vigência das instituições autonómicas.

Na verdade a referida proposta espelha-nos as fontes de receitas da Região, dando-nos a sua origem espacial e a forma como as mesmas vão ser aplicadas. Tal procedimento contribui para que todos tenham consciência da forma como concorrem para o desenvolvimento solidário dos açorianos.

Terminamos - Sr. Presidente, Srs. Deputados - esperançados que a acção de todos os responsáveis pelos destinos dos Açorianos contribua para a consolidação do espírito solidário a institucionalizar entre todos os Açorianos.

Disse.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Tem a tribuna à sua disposição.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ouvimos, ao longo dos últimos dias de trabalho na Assembleia Regional, o desfiar das habituais lamúrias da oposição.

Para os deputados da oposição, tudo ou quase tudo está mal. Faltam o diagnóstico, a definição de objectivos, o realismo dos projectos, ou, então, a capacidade de execução, ou, por fim, quaisquer resultados práticos da actuação do Governo.

Já estão, o Governo e a maioria que o apoia, habituados a este vendaval de críticas. Críticas que alternam entre o verbalismo pseudo-técnico, derivado de leituras, mal traduzidas e mal assimiladas, de revistas de divulgação de temas económicos, as diatribes patéticas e visíveis, repletas de projecções auto-biográficas e as simples questões de campanário.

Não tem sequer a oposição a preocupação de coerência interna das suas críticas. Para além de, paradoxalmente, se assumir o Partido Socialista como o campeão da iniciativa privada - e só faltava que o CDS viesse clamar pelo intervencionismo do Estado e pelas nacionalizações - ...

(Risos do Governo e da bancada do PSD)

O Orador: ...a oposição critica o Governo por gastar muito, e, por gastar pouco, porque quer que ele gaste cada vez mais.

Diz que o Governo só faz obras públicas, mas clama por mais construções em toda a parte. Exalta-se com o intervencionismo excessivo do Governo, ao mesmo tempo que reclama a intervenção em novos campos, com ardor.

Deputado Carlos César (PS): Faraónico!

O Orador: Critica o número excessivo de funcionários, mas quer mais incentivos, mais quadros.

Deputado Roberto Amaral (PS): (Contestação inaudível)

O Orador: Acusa o Governo de não respeitar o Plano de Médio Prazo e exorta-o, até em público, a incluir os novos projectos que apadrinha.

Quer que o Governo se envolva em novas despesas, mas esconjura os riscos da dívida - o que está certo - e, no paroxismo da demagogia, reclama redução das receitas.

(Negação por parte da bancada do PS)

O Orador: Ou desconhece, a oposição, o princípio fundamental do raciocínio que é o da não contradição, ou não sabe o que é que diz.

(Bancada do PS: Não apoiado!!)

O Orador: Quanto à perspectiva, integral e coerente, da Região, estamos conversados.

Deputados do Partido Socialista opõem-se, por exemplo, a projectos fundamentais para o desenvolvimento dos Açores, como a nova pista do aeroporto de Ponta Delgada e o porto da Praia da Vitória.

(Bancada do PS: Não apoiado!!)

Deputado Carlos César (PS): Que não está à vista!

O Orador: Um dos deputados do Partido Socialista chegou até a opor-se à execução do projecto geotérmico na Terceira. Deve concluir-se que o Partido Socialista é contrário a estes projectos.

Deputado Roberto Amaral (PS): Não apoiado!

(Voz de um Sr. Deputado do PSD: Hoje, muito fomos optando!)

Deputado Carlos César (PS): O Sr. é um deputado da ilha!

Deputado Roberto Amaral (PS): As verdades têm precedentes. Tão pouco, ninguém diz.

O Orador: Vou abordar aqui alguns temas tratados pela oposição. Sobre o diagnóstico da situação, antes de mais.

Surgem queixas de que consumimos mais do que produzimos; que a Região está a terciarizar-se. É verdade. Consumimos mais do que produzimos; mas, o que é que se pretende?

- Que o Governo Regional lance novos impostos para reduzir o consumo; ou, então, que optemos por um modelo de auto-consumo que estimularia, de novo, os tecidos de estamena; que nos faria andar todos de alpergatas e viajar de carroça de burro; ou iluminarmo-nos com as velhas candeias de óleo de baleia...

Regiões com características geográficas e demográficas análogas às nossas enfrentam os mesmos problemas. De resto, ilhas pequenas, como são as dos Açores, e com recursos naturais escassos, não poderão nunca ter um desenvolvimento do tipo do Rur ou da Califórnia.

E quanto ao rigor da execução do Plano de Médio Prazo e dos Planos Anuais? É evidente que o Governo Regional não pode agarrar-se, rigidamente, aos documentos aprovados há três anos. No início do prazo da vigência deste plano, estamos numa conjuntura extremamente mutável, e, ela, obriga-nos a ajustamentos constantes.

É inegável que tem havido atrasos na elaboração de projectos e na sua realização e, por isso, em algumas passagens do documento submetido agora à apreciação da Assembleia Regional, se repetem considerações e projectos concretos que já foram referidos em planos anteriores. Por outro lado, quando o Governo se confronta com a execução do seu plano anual, verifica que há projectos que se aceleram; há agravamentos de custos que derivam da conjuntura inflacionista de todos conhecida; e, por isso, se verificam, ao longo do ano, os ajustamentos necessários e, naquilo que toca às grandes verbas aprovadas pela Assembleia Regional, elas têm sido trazidas, oportunamente, à consideração e à aprovação do Parlamento.

Mas, apesar dos anátemas anuais do Partido Socialista acerca da falta de recursos financeiros, a execução ronda pelos 90% e está à vista de todos o seu resultado.

Quero aqui fazer um parênteses para apontar que dentro deste atraso, da elaboração de projectos e da sua realização, é que se inclui o verificado no passado na Ilha Terceira que deu origem a um relatório que eu determinei que se fizesse e que foi realizado sob a responsabilidade do

então Secretário Regional da Administração Pública e hoje Deputado desta Assembleia - Dr. José Mendes Melo Alves. Esse relatório foi enviado à Assembleia Regional; consta dos seus arquivos; não está, de maneira alguma, classificado como confidencial ou secreto; e, eu próprio, já o pude verificar porque pedi para o conferir, ainda ontem, e para saber se, efectivamente, ele se encontra aqui, acessível a todos os Srs. Deputados.

Foi dito já mil vezes qual o modelo de desenvolvimento adoptado pelo Governo Regional. Para alguns dos Srs. Deputados - e, sobretudo, para uma Sra Deputada - pelos vistos, essa matéria não está clara. Talvez porque ela esteja habituada a lidar com outros modelos - da moda de Paris, talvez - mas, o certo é que, o Governo Regional definiu já o que pretende e é por aí que tem estado a caminhar.

- Visa-se o aproveitamento das potencialidades regionais: no domínio da agro-pecuária, das pescas, do turismo; não a simples e indiscriminada importação de indústrias de mão-de-obra.

- Visa-se o crescimento equilibrado e harmónico do conjunto da Região, e podia-se, também neste domínio, ter optado... de maneira diferente? Podia-se, em abstracto. Porque a posição do Governo, desde o início - e era a que derivava da posição do Partido Social Democrata - foi por esse desenvolvimento harmónico, que muito bem qualificou o Sr. Deputado Borges de Carvalho ainda há pouco: "solidário de todos os Açores".

Dá-se primazia ao homem, como sujeito do desenvolvimento - daí o respeito pela iniciativa privada e os incentivos que lhe são atribuídos - e como termo do processo - e daí o investimento na educação, na saúde, a preocupação pela qualidade de vida. O relevo que, sucessivamente, ao longo dos diversos planos anuais, é dado ao social, àquilo que tem uma projecção humana porque diz respeito à satisfação de necessidades essenciais, como seja a da educação e da saúde, é apenas um corolário desta opção, e vem condenar os economicistas marxistas daqueles para quem a suprema felicidade seria saber qual é o valor acrescentado bruto ou o produto interno da Região.

O Governo Regional tem rejeitado também - e isso corresponde ao modelo que pauta o seu trabalho - a tecnocracia; a crença no poder mágico das soluções técnicas que é, afinal, a pretensão do poder dos técnicos, cerzentos e sem rosto; só possível nos regimes autoritários. Não o consente a social democracia; não é por esse caminho que nós seguimos. O nosso modelo - que pauta a actuação do Governo - é claro e está à vista de todos.

E... os resultados do nosso trabalho? O resultado do esforço de desenvolvimento que tem vindo a ser levado a efeito na Região? Só

não são vistos por quem não quer ver.

- A agricultura modernizou-se:...

Deputado Carlos César (PS): (Risos)

O Orador: ...é ver o que se passa, hoje em dia, no domínio da mecanização; a melhoria da qualidade dos produtos; o aumento do rendimento e dos salários.

- No campo das pescas: há novas unidades na frota; a frota artesanal encontra-se beneficiada e motorizada; aumentaram as capturas; as instalações de frio em terra aumentaram; e

- Tanto o que se passa na agro-pecuária como o que se passa nas pescas, reflecte-se no campo da indústria, onde se verificaram grandes investimentos, levados a cabo pela iniciativa privada, no campo dos lacticínios e a outros ligados também ao sector da criação de gado e da produção de carne; onde se verificaram investimentos importantíssimos para a modernização das unidades industriais; uma reconversão, importante e decisiva, da produção do leite em pó para o queijo, envolvendo muitas dezenas - de milhares de contos de investimento totalmente privado - e, daí derivou um aumento das exportações, a abertura de novos mercados.

- No campo do turismo: aumentou o número de camas disponíveis na Região; melhorou a qualidade dos serviços similares de hotelaria; o crescimento dos fluxos turísticos é visível para todos, assim como o rendimento, gerado por eles.

- A criação de infraestruturas, ao longo de todo o arquipélago possibilitou um melhor serviço de transportes que é indispensável para a qualidade de vida dos cidadãos dos Açores; possibilitou uma melhoria dos serviços da educação; o acesso, em todas as ilhas, à possibilidade do ensino unificado até ao 9º ano.

- Os serviços de saúde encontram-se apreciaavelmente melhorados relativamente ao ponto de partida.

- A habitação, apesar de ser um dos problemas graves da nossa Região, verifica-se estar em situação muito melhor do que aquela que estava no início da nossa actividade.

Sim, modernizou-se a nossa estrutura económica. Melhorou-se a nossa qualidade de vida.

Não é ao Governo que cabe fazer tudo. No campo produtivo, o papel fulcral cabe, sem dúvida, à iniciativa privada. O Governo Regional incentiva. Se ninguém aproveita o incentivo - e pode acontecer que haja razões determinantes do investimento que travem, em determinadas alturas, a iniciativa dos empresários - lá por isso, o Governo não vai parar a execução daquilo que tem em sua responsabilidade directa.

Esta prossegue. Daí os desequilíbrios que, por vezes, se verificam, em termos de execução anual, na repartição das grandes verbas atribuídas

no Plano Anual - desequilíbrios, aliás, de pequena dimensão. À Assembleia Regional cabe acompanhar as razões desta execução, e, daí, que julgue fazer falta um debate anual sobre a matéria da apreciação da conta e dos relatórios de execução do Plano - documentos, pontualmente, enviados a esta Câmara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Convém ter em conta o enquadramento político e económico do Orçamento e do Plano para 1984.

Encontramo-nos numa situação de crise mundial que tem reflexos no nosso País e características muito especiais nele.

Não é uma questão de origem recente; tem raízes muito mais profundas e é prioritária a sua resolução, na qual se encontra empenhado o Governo da República.

Julga o Governo que estas condicionantes de natureza política são fundamentais. A crise económica nacional tem de ser ultrapassada; exige sacrifícios sérios, é um desafio fundamental para o povo português, para o próprio sistema democrático. Temos, por nossa parte, a convicção de que, ou o Estado Democrático dá resposta à crise conjuntural e encontra caminhos de saída para as reformas estruturais necessárias, ou é o próprio sistema democrático que se encontrará em crise, porque as sociedades têm problemas que têm de ser resolvidos e os sistemas políticos têm de dar-lhes a solução atempada.

Na nossa Região, a crise traduz-se pela inflação, pelas dificuldades no campo do emprego, na habitação. Importamos essa inflação pela via dos produtos, pela via também dos custos dos factores de produção e, nalguns casos, confrontamo-nos com situações irreversíveis e invencíveis. Quando se fala, por exemplo, que os adubos estão caros, convém não esquecer que, se os fossemos a importar de outras origens, eles seriam ainda mais caros; o que temos é de adaptarmo-nos a estas condições e reformular os nossos métodos de trabalho.

A economia regional está intimamente interessada na do Continente, donde importa uma parte importante dos produtos necessários, para onde exporta uma percentagem muito significativa daquilo que produz e esta situação, verifica-se, não por mero capricho, mas porque existem, apesar de tudo, vantagens imediatas, em termos de preços. Recebemos, por tabela, o influxo de muitas medidas excessivas, decididas no Continente, nos tempos do gonzalvismo e, ainda depois, em resultado de lutas laborais que criaram, inegavelmente, novos privilegiados.

Agora, é preciso enfrentar a situação, contando com a determinação do povo açoriano, em especial das classes trabalhadoras, no caminho do seu desenvolvimento, e com a vantagem do clima de consenso e de paz social existentes

na Região.

Temos a noção clara de que uma economia com a estrutura da nossa sofre sempre pelo que se passa no exterior. A crise é mundial, e, se estivéssemos isolados, a julgar pelo que se passa noutras regiões do globo, ainda seria pior.

De resto, o esforço de desenvolvimento vai prosseguir. A crise de maneira alguma nos paraliza; nos faz cair os braços. O ritmo de investimento público será, na nossa Região e no próximo ano, superior ao da média do conjunto do País porque o atraso da Região é muito grande e é uma prioridade nacional reconhecida: promover a superação deste atraso; avançarmos, rapidamente, para os níveis das regiões mais desenvolvidas do País e para aquelas da Europa onde o nosso País se pretende integrar.

As acções concretas que o Governo desenvolverá estão previstas nos documentos submetidos à Assembleia e, ao longo destes dias, amplamente debatidos. Incluem-se neles os dois grandes projectos de impacto regional: o porto da Praia da Vitória, a nova pista do aeroporto de São Miguel.

O Governo vem à Assembleia pedir a renovação do seu voto de confiança, que decerto a Assembleia lhe dará, para concluir o seu mandato.

O Governo está firme na sua determinação de prosseguir o trabalho que vem realizando, em serviço dos Açores e do povo açoriano.

Muito obrigado.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Terminaram os debates sobre os documentos que vimos a apreciar desde há cinco dias; portanto, vamos passar à sua votação.

De acordo com o que está estabelecido, e tem sido praxe, a Mesa propõe, para cada um dos documentos - para o Orçamento, o Plano e o Plano de Actividades do GAR, para 84 - que foram distribuídos pelos Srs. Deputados, uma proposta de resolução que, de imediato, põe à votação, mas com prévia leitura:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º, alínea l), da Constituição, e artigo 26º, nº 1, alínea g) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Orçamento Regional para 1984".

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra faz o favor de se sentar.

Secretário: O Orçamento Regional para 1984 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 7 abstenções do PS, 1 abstenção do CDS e 1 voto contra do Deputado independente Alvarino Pinheiro.

Presidente: Para uma declaração de voto,

dou a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos podido testemunhar nestes anos de autonomia, uma evolução positiva mais acentuada do Governo Regional, no domínio da política orçamental e financeira do que no domínio do planeamento. O que é fácil de comprovar se compararmos o percurso efectuado pelo Governo Regional na elaboração e apresentação dos seus orçamentos anuais, com o percorrido no domínio do plano.

O Governo Regional sempre se comportou no domínio do plano, como um Governo de contabilistas. Aquilo que o preocupava quase em exclusivo, no seu planeamento, era a distribuição das verbas e o jogo das percentagens. E os êxitos ou não do plano tem-nos medido sempre o Governo pelo nível de execução financeira, pelas percentagens gastas, das verbas atribuídas aos programas.

Se se atingem níveis superiores a 70 ou 80% de execução, consideram-se atingidos os objectivos propostos.

A oposição socialista sempre se recusou a partilhar desta perspectiva e a pautar os seus critérios de apreciação por este ponto de vista. Trata-se de uma condição: necessária, porventura, mas nunca suficiente. Proceder deste modo é iludir-se. É tomar, na maioria dos casos, a núvem por Juno. Mais significativo que o nível de execução financeira é a aferição da racionalidade destes gastos e, principalmente, dos seus efeitos em relação aos objectivos e metas propostos.

De outra forma, estes últimos serão apenas um rótulo de contrabando para permitir a utilização de determinadas verbas que, em relação à meta a atingir, até pode ser totalmente irrevelante.

O rigor e a eficácia ao nível do planeamento, só se atingem se existirem indicadores válidos que permitam aferir do caminho percorrido em relação a metas precisas.

Porque o Governo Regional nunca se preocupou, ou só agora começa a preocupar-se, com a elaboração destes indicadores, é que nunca pôde contar com o apoio da oposição socialista.

A maioria não pode pedir à oposição que ela entre no seu barco, embora possa esta até, eventualmente, estar de acordo com o porto escolhido para destino, se a oposição sabe que a viagem será feita sem bússula.

E quem tem obrigação de fornecer a bússula é quem apetrecha o barco e não quem nele tem de viajar.

Esta perspectiva, exclusivamente financeira, condenável no Plano não podia deixar de ser útil no Orçamento.

E foi o que ocorreu.

Como já foi salientado na intervenção da

bancada socialista, os grandiloquentes objectivos da política financeira constantes dos orçamentos iniciais deste Governo, tem-se vindo a reduzir progressivamente.

Neste momento, estão reduzidos à vulgar e comezinha contabilidade do deve e haver, à adequação das despesas às receitas, à indicação das fontes de receita, a uma contracção progressiva das despesas correntes, à progressão aceitável do nível de investimento.

Desistindo de fingir de águia, para o que lhe faltava golpe de asa, o Governo Regional passou a voar à altura da sua modesta envergadura.

É este exercício de humildade que falta ao Governo Regional no domínio do planeamento. A opção a fazer é clara. O Governo Regional ou sobe ao nível dos seus grandes objectivos - o que já está provado não consegue - ou, então, desce ao degrau das suas medidas de política e progresso.

Sem falsa modéstia julga a oposição socialista ter contribuído com o seu rigor e persistência crítica, para esta evolução positiva do Governo Regional, no domínio do Orçamento.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Era o que faltava...!

O Orador: Esta a razão, mais pedagógica do que política, porque mantemos o nosso voto de rigor neste domínio, traduzido na abstenção.

Há reticências na nossa concordância de fundo. Estas reticências estão no domínio da fiscalidade, por exemplo. Aqui este Governo continua relutante e hesitante em assumir a totalidade das suas responsabilidades.

É o habitual com este Governo e esta maioria. Trata-se de uma reforma estrutural importante. E já sabemos o que se passa com este Governo e esta maioria quando se defrontam com a hipótese de uma reforma de estruturas: hesita. Começa a estudar, descobre subitamente as vantagens dos estudos profundos e demorados, sobretudo demorados, e vai deixando tudo como dantes.

É de exigir a este Governo que pague o preço de governar. Tem pago tão pouco e tem pago tão mal. Ou se não terá sido para adequar os processos e os instrumentos de governação às características específicas desta Região, que se construiu a autonomia?

Será exigir-lhe demais, lembrar ao Governo e à sua maioria que assumam plenamente a insularidade e os seus custos, neste domínio?

Que continue a considerar os custos da insularidade como um direito a exigir à República, mas comece a olhá-los, decididamente e com determinação, como um dever que o Governo Regional tem a cumprir para com a Região.

Continue a fazer da insularidade uma fonte de receita, mas comece a ser mais generoso na distribuição desta receita pelos açorianos.

Liberte-se do pressuposto errado em que

se baseia este Orçamento. Que as taxas dos impostos se manterão inalteradas em 1984.

Tal só acontecerá se este Governo e a sua maioria não assumirem plenamente as suas responsabilidades para com a Região.

Ganhe este Governo coragem política para fazer no domínio fiscal aquilo que a Constituição lhe faculta. Regionalize-se e autonomize-se de facto. E entenda a nossa abstenção como um apelo à urgência da sua decisão.

Uma outra exigência ainda, está contida na nossa abstenção. Agora, não para com o Governo, mas para com esta Assembleia.

Determinam o Estatuto Político-Administrativo da Região e o Regimento desta Assembleia que ela deve apreciar e votar as contas da Região.

Escudando-se num pretexto falsamente legalista, até hoje nunca o fez.

Julgando que lhe é de exigir que seja, pelo menos, tão eficaz como o Governo que forjou uma fórmula - boa ou má, pouco importa agora - de contornar a exigência de visto da Secção Regional do Tribunal de Contas, em determinadas decisões.

Não continue a ser, esta Assembleia, tão complacente para consigo própria e para com o Governo como o tem sido.

Procure completar o ciclo das suas obrigações estatutárias e regimentais debatendo e votando as contas da Região.

(Banacada do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Bettencourt, para uma declaração de voto.

Deputado Nuno Bettencourt (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários do Governo Regional:

Uma curtíssima declaração de voto.

Todos sabem que estou aqui há muito pouco tempo, e, sabem também que, por motivos inteiramente alheios à minha vontade.

Fiz um longo esforço durante estes dias e nos que antecederam, porque vim mais cedo, para me integrar inteiramente na problemática do Plano para 84 e do Plano a Médio Prazo.

Não sei se por culpa minha, porque, efectivamente os depoimentos que aqui ouvi, as intervenções, foram de grande nível - quer da bancada do Partido Socialista, quer da bancada da maioria, até do Sr. Deputado independente que eu hoje ouvi e que, na verdade, foi extraordinariamente esclarecedor, e dos próprios Membros do Governo Regional - no entanto, ficaram-me dúvidas, quanto às verdadeiras motivações e opções do Plano a Médio Prazo, no qual eu não intervim.

Não tenho qualquer vinculação, como é evidente, a qualquer posição tomada pelo CDS, ou pelo Deputado que me antecedeu que julgo que também aqui de maneira independente.

Tenho dúvidas também quanto à execução

do próprio Plano, com todas estas inflexões.

Não quero ser contra um programa do futuro, mas, como tenho dúvidas, concedo ao Governo o benefício da dúvida e isso traduz-se na minha abstenção.

Ela apenas representa dúvida metódica, não sistemática, e faço votos, sobretudo, para além da minha declaração de voto, que, efectivamente, o Governo Regional, com o apoio desta Câmara, consiga executar, numa base mínima, aquilo de que a Região tanto carece, que é, exactamente, a execução deste Plano - que eu, repito, considero, tecnicamente, bem elaborado, coerente com o Plano a Médio Prazo, mas que é evidente que não basta.

Há razões de fundo e é sobre elas que eu me baseio. Além de que as intervenções que eu ouvi teriam uma sede mais própria - porque numa discussão de contas - numa discussão da acção do Governo, porque, verdadeiramente, muito se disse aqui, e bem, mas nada mudou. O Plano mantém-se na íntegra.

Oxalá pudessem estas declarações todas - que merecem realmente um acolhimento em Planos futuros - ser úteis para um Plano futuro, mas, verdadeiramente, entendo que será quando forem discutidas as contas e a acção do Governo que tudo quanto aqui foi dito, então, será justo, efectivamente, dizê-lo e, sobretudo, será também justo que estas considerações todas tenham a devida atenção, o devido seguimento e que, realmente, contribuam, em larga medida, para a decisão final - o que não aconteceu nesta altura.

Muito obrigado pela vossa atenção e, mais uma vez, os meus votos de que tudo corra da melhor maneira.

Presidente: Passamos à Proposta de Resolução que a Mesa apresenta sobre o Plano e que eu passo a ler:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º, alínea l), da Constituição e artigo 26º, nº 1, alínea f) do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar o Plano para 1984".

Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faz o favor de se sentar.

Secretário: O Plano para 1984 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 7 votos contra do Partido Socialista, 1 voto contra do Deputado independente Alvarino Pinheiro e 1 abstenção do CDS.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Srs. Membros do Governo:

A declaração de voto do Partido Socialista para a Proposta do Plano/84, poderia dar-se ao luxo de se limitar a corresponder rigorosamente à sua designação regimental. Poderia ser apenas declaração de voto sem necessitar de ser igualmente uma justificação de voto. A justificação do nosso voto contra a Proposta do Plano/84, encontra-se já cabalmente feita nas intervenções dos deputados do Partido Socialista no decorrer do debate, demorado, pormenorizado e, por vezes, esclarecedor, sobre aspectos gerais ou sectoriais do Plano.

É um facto que tal debate apenas terá conseguido firmar cada um dos Partidos presentes neste Parlamento nas suas posições iniciais.

Mas a culpa não foi, certamente, do debate.

A culpa não terá sido, tão pouco sequer, de predisposições partidariamente pré-determinadas.

A culpa é, principal e prioritariamente, da própria estrutura errada dos Planos do Governo Regional apresentada a esta Assembleia.

É o que irei provar nesta declaração de voto.

Começarei pelas, assim impropriamente chamadas, grandes opções do Plano a Médio Prazo e dos planos anuais subsequentes.

Essas grandes opções são, de facto, grandes, mas começam por não ser opções.

São realmente, tão grandes que, de metas a alcançar que deveriam ser, se transformam em horizontes que tanto mais se afastam quanto mais delas nos aproximamos.

Essas opções são de facto, tão óbvias que, de opções só têm o nome impróprio.

São, na realidade, necessidades e exigências irrecusáveis.

Que significado político têm, que orientação optativa proporciona, escolher:

"Modernizar e desenvolver a estrutura produtiva regional;

Reforçar a unidade da Região;

Estabilizar a população açoriana;

Aproveitar racionalmente os recursos naturais;

Respeitar o ambiente?"

Que significado político tem, repito, quando não há força política, por mais à esquerda ou por mais à direita do espectro político, que as possa recusar? Escolher estes objectivos é escolher a unidade vazia e indiferenciada, onde todos à partida se unem, mas que a nenhum identifica.

Não são grandes opções. As opções fazem-se em relação ao possível e ao alcançável. Não em relação ao necessário e ao utópico.

São tão somente, grandes ideais.

Alimentam o sonho, mas não contribuem para delinear os contornos, nem sequer imprecisamente,

da realidade a alterar, das alterações a introduzir e do sentido dessas alterações.

Por isso mesmo, quando na Proposta do Plano/84, se diz: "Assim, serão prosseguidas ao longo de 84, as grandes opções do Plano a Médio Prazo", não se diz rigorosamente nada que singularize 84, em relação a 85, a 95 ou ao ano 2.000. Nem que o distinga de 77 ou 80. A não ser o facto, em si mesmo irrelevante, de para 84, haver um documento chamado Plano, a registar o sonho. O que, reconheça-se, em matéria de planeamento, não é positivamente, "a descoberta da pólvora" se me é permitido usar uma terminologia especialmente cara a um membro do Governo Regional.

Caminhar com estas grandes opções como bússula é caminhar no deserto ou na água. O resto do caminho percorrido desaparece de imediato. E o caminho a percorrer inicia-se sempre no ponto zero.

É apostar num eterno retorno em que tudo pode ser novo, mas também pode ser antigo.

Seria possível provar tudo isto, em relação a qualquer uma destas opções.

Vou limitar-me a fazê-lo para uma delas, por evidentes limitações de tempo.

Modernizar e desenvolver a estrutura produtiva regional, tanto pode ser "modernizar o aparelho produtivo industrial", constante da Proposta de Plano/83 (pag. 42) como "preconizar a rentabilização das unidades produtivas existentes saturando a sua capacidade, antes de investir em ampliações, novas unidades e mesmo **modernização do equipamento**" como consta da Proposta do Plano/84 (pag. 38).

Nada disto impediu a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros no seu parecer sobre o Plano/84 de concluir que "não se revelou qualquer inflexão nos objectivos prioritários do Plano a Médio Prazo" (pag. 3) do relatório.

Não se revelou, nem se poderia revelar, acrescentaremos nós. A polissemia de termos modernizar e desenvolver, tem lugar para o sentido explorado em 83 e para o que se diz pretender explorar em 84. E teria lugar para outras ainda em 85. E assim inesgotavelmente nos anos seguintes.

Restaria ainda a possibilidade de uma aferição, descendo ao nível das opções para as medidas de política e os programas teoricamente conducentes à implementação daquelas. Mas, tendo de desistir-se como acabamos de ver, de as referências às Grandes Opções, teríamos de correlacioná-las com os seus efeitos imediatos ou deferidos no sector económico-social a que respeitassem.

E aqui, de novo nos deparamos com mais um ciclo vicioso estrutural dos chamados Planos do Governo Regional.

Salvo raras excepções, sem peso no conjunto,

de todos os efeitos previsíveis ou estimadas se pode afirmar aquilo que, no Plano/84, se diz de um deles escolhido perfeitamente ao acaso:

"Por falta de elementos de base, qualquer tentativa de quantificação dos efeitos deste programa, seria de momento forçada e viciosa. Donde o recurso a efeitos genéricos que são alguns evidentes" (Plano/84, anexo, pag.44).

Que são alguns, provam-nos os três escolhidos. Mas que serão precisamente aqueles, nada o prova.

E o serem evidentes não é vantagem real.

A evidência referida é a da pessoa ou departamento que planifica.

A do corpo social, onde irão efectivamente ocorrer os efeitos, pode ser totalmente outra, ou mesmo oposta.

Daí, a conhecida lei do planeamento, das chamadas "consequências imprevisíveis". E para obviar à qual nenhuma técnica ou estratégia de planeamento descobriu senão um recurso: a participação activa dos agentes sociais e económicos no processo de planeamento. Realidade para a qual só agora o Governo Regional começa a acordar. Não sem continuar a insultar como ainda nesta Sessão o pudemos confirmar, a população por não responder aos estímulos e incentivos, com que, generosamente, na sua óptica, a procuraria estimular. É um acordar demasiado tardio, para quem já elaborou dois Planos a Médio Prazo. Tarde demais para quem, se espera, não volte a ter oportunidade de elaborar terceiro.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Isso é o que se vai ver!!

O Orador: Que resta à oposição, perante tais métodos errados de planear, perante tanta inconsciência e inconsistência no planear, perante tamanho descuido e ineficácia no planear?

Ajudar a enterrar os erros, a inconsistência e a ineficácia, denunciando-a e arregaçar as mangas na preparação de outros métodos de planeamento.

É este o significado e o sentido do nosso voto desfavorável ao Plano/84.

(Bancada do PS: Muito bem! Muito bem!)

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Ainda bem que votou contra que é para provar que estão contra tudo o que se está a fazer!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Contra tudo não. Contra tudo o que vocês fizeram e está mal feito.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Que foi eleito pela população!

Deputado Carlos César (PS): Mas... no futuro não será assim!!

Presidente: Há mais uma proposta de resolução que eu vou ler:

"A Assembleia Regional dos Açores resolve, nos termos do artigo 229º, nº 1, alínea 1),

da Constituição e do artigo 26º, nº 1, alínea f), da Lei nº 39/80, de 5 de Agosto, aprovar os programas que constam do Plano de Actividades para 1984 do Gabinete de Apoio e Reconstrução do Governo Regional dos Açores".

Está à votação. Os Srs. Deputados que concordam fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faz o favor de sentar.

Membros do Governo Regional: Estão contra a reconstrução também!!!

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Estamos é contra a forma como têm feito a reconstrução!

Secretário: O Plano de Actividades do GAR para 1984 foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado independente Alvarino Pinheiro, 7 votos contra do Partido Socialista e 1 abstenção do CDS.

Presidente: O Sr. Deputado Borges de Carvalho tem a palavra para uma declaração de voto sobre estas votações.

Deputado Borges de Carvalho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente, as propostas de Plano e Orçamento para 84, bem como a Proposta do Plano, apresentada pelo Governo, no que respeita ao Gabinete de Apoio e Reconstrução, pelas razões expostas ao longo dos debates que decorreram nesta Assembleia Regional, e, quer relativamente às Grandes Opções e aspectos gerais, quer relativamente a cada um dos sectores.

O Plano para 1984 integra-se no Plano a Médio Prazo 81/84 e corresponde ao último ano da sua vigência. Assim, está, naturalmente, condicionado por aquele e pelo grau de execução do mesmo, bem como pelas inflexões havidas nos anos anteriores.

Se tendo passado que o condiciona, o Plano, em análise, destina-se a ordenar uma realidade que não sofre uma mutação no dia 31 de Dezembro de 84. É um elo numa cadeia que não inverte, bruscamente, a sua orientação.

As inflexões e as alterações quantitativas que este Plano apresenta, em relação ao Plano 81/84, têm a sua justificação, para além dos factores condicionantes já referidos, na necessidade de ter em conta algumas variações conjunturais, num acompanhamento atento da evolução da situação económico-social da Região.

Estas inflexões não alteram, porém, as grandes linhas dos programas do PMP 81/84, donde se conclui, por um lado, que a evolução da conjuntura não se tem afastado muito da previsão, e, por outro, que o PMP não sofrerá grandes

alterações ao chegar-se ao final da sua vigência.

Resultam, do debate, a importância do PMP como instrumento para a apreciação da actividade pela Assembleia Regional, para além, obviamente, da sua importância como documento ordenador da actividade política e da intervenção do sector público, administrativo e empresarial, tendentes a realizar as Grandes Opções do desenvolvimento económico e social.

Este desenvolvimento económico e social não se compadece com umas contas falaciosas, facilmente feitas na altura da discussão das Propostas do Plano e Orçamento. Aquele, desenvolvimento económico e social, realiza-se antes com o esforço e o trabalho aturado dos que se inserem na comunidade como verdadeiros cidadãos.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata aprovou as Propostas do Plano e Orçamento da Região para 84, bem como do Plano, para o mesmo ano, do Gabinete de Apoio à Reconstrução, porque, em sua opinião - e está convencido disso - as mesmas se inserem na caminhada, consciente e criteriosa, do desenvolvimento solidário do Povo dos Açores.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim desta maratona, que foram os debates sobre o Plano e Orçamento para 1984. De acordo com os Presidentes dos Grupos Parlamentares, a sessão ordinária deste período legislativo de Novembro vai prosseguir na próxima segunda-feira, dia 5 de Dezembro, pelas 15.00 horas, com a seguinte Ordem do Dia:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração à Orgânica dos Serviços da Assembleia Regional dos Açores";
- Proposta de Resolução relativa à "Alteração ao Regimento da Assembleia Regional dos Açores";
- Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo ao "Prazo de validade da guia de substituição de registo de propriedade e livrete de veículos";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional relativo ao "Exercício da caça";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Reserva natural do ilhéu do Topo".

Posto isto, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa noite. Até segunda-feira.

(Eram 20.05 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

PSD - Altino de Melo, Jorge Cruz, Melo Alves).

(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Álvaro Monjardino, Cinelândia Sousa, José Maria Cabral, José de Freitas Silva, Joaquim da Ponte; **PS** - António Pimentel, Martins Mota).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Parecer da Comissão para os Assuntos Sociais sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa a "Classificação de Angra do Heroísmo".

1. A Comissão para os Assuntos Sociais reuniu, nos dias 7 e 8 de Novembro, numa das salas da Secretaria Regional da Administração Pública para apreciar e emitir parecer sobre a proposta em epígrafe.

2. A proposta enquadra-se na Constituição vigente, artigo 229º, alínea a), no Estatuto, artigo 27º, alíneas i) e p), uma vez que se trata de matéria de interesse específico para a Região não reservada à competência exclusiva dos Órgãos de Soberania.

Enquadra-se ainda, e não será demais pô-lo em relevo, na ordem jurídica regional, na qual avultam sucessivos diplomas destinados à defesa do património cultural e natural, bem como resoluções administrativas que classificaram elementos desse património (vidé Decreto Legislativo Regional 20/79-A).

Enquadra-se também na ordem jurídica nacional conquanto nesta área e nos últimos anos tenha sido menos intensa a tomada de providências a nível central.

3. As finalidades do diploma ressaltam do seu preâmbulo e com elas concorda a Comissão. Com efeito, a cidade de Angra, "cidade atlântica" com características únicas, criada em função das grandes rotas marítimas do tempo da navegação à vela, representou um período da história do mundo. Desse período ficou um traçado urbanístico arrojado e cheio de sabedoria, bem como um denso conjunto monumental que ainda hoje lhe confere características únicas.

A importância marítima desta cidade como encruzilhada internacional, desapareceu há muito mais de um século, o que, em certa medida, afectou o seu desenvolvimento e a expansão, permitindo assim que se conservassem todas as características da sua rede viária e um conjunto equilibrado e homogéneo de edifícios - de arquitectura civil, religiosa e militar - que numa povoação mais dinâmica se poderiam ter adulterado a ponto de se perder.

Esta realidade possui um incalculável valor em termos de património cultural, tanto pelo que testemunha em relação a um largo período da história da humanidade, como pelo que representa numa perspectiva de modelo de ocupação humana.

A finalidade do diploma é, pois, preservar e valorizar aquele conjunto, sacrificando embora parte da sua periferia, mas ainda assim delimitando uma notável área urbana que se estima em mais de dois mil edifícios.

Com este alcance, o diploma em análise releva coragem política mas impõe graves obrigações aos poderes públicos, nomeadamente, no campo dos apoios técnicos, da fiscalização e

dos incentivos que, inevitavelmente, terão que ser concedidos à enorme maioria dos proprietários que são particulares e que verão fortemente limitado o seu poder de transformação.

Deverá, porém, referir-se que medidas desta natureza são frêquentes em quase todos os países da Europa pelo que o diploma em apreciação não tem nada de anormal ou insuportável para uma sociedade civilizada do século XX.

As necessidades a que visa acorrer não se limitam à preservação do que existe. A cidade de Angra foi brutalmente atingida pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980 e quase todos os edifícios da sua zona histórica sofreram consideráveis danos. Assim, para além de preservar o que existe há que recuperar o que se arruinou. Recuperar o arruinado facilita, por seu turno, restaurar o que em anos recentes, designadamente no próximo século, havia sido introduzido de maneira, por vezes aberrante. Finalmente, restaurar permite, por uma mentalização incentivada, estimular quem já recuperou os prédios de forma menos curial a corrigir gradualmente alguns erros ultimamente cometidos.

Estas nos parecem ser, pois, as necessidades a que o diploma visa ocorrer em ordem à adequada recuperação de um centro urbano de excepcional valor que, refira-se (aliás de acordo com a Carta de Atenas de 1966) continua a ser uma cidade viva e com o seu lugar próprio no contexto económico, administrativo e político da Região.

Como consequências previsíveis da aplicação deste diploma aponta-se a criação de uma estrutura administrativa de apoio, e a promoção de medidas de carácter fiscal (como poderiam ser v. g. uma isenção de sisa e imposto sucessório) que beneficiariam apenas os edifícios julgados de harmonia com o normativo proposto; tais medidas, porém, não são da competência dos órgãos de governo próprio desta Região e devem ser propostas, com urgência, ao poder central.

Sendo um diploma que cria condicionamentos e prevê incentivos, as suas consequências indirectas serão, porventura, as mais significativas, na medida em que houver um acompanhamento adequado por parte dos poderes públicos.

É de prever que os proprietários de prédios existentes na área a proteger se vão sensibilizando, como já sucedeu com muitos, para o papel que a cada um cabe na valorização deste monumento regional. Pode também prever-se que a classificação proposta, principalmente se o conjunto a classificar vier a ser inscrito como o Governo Regional promoveu, na lista do património mundial, se venha a abrir uma frente turística, inteiramente nova, constituída por pessoas sensíveis a valores culturais, e que passarão a ver nos Açores mais do que nove ilhas de excepcional beleza. Pode prever-se ainda, um incremento

de centros de restauro e até de certo tipo de reuniões internacionais não propriamente motivadas por factores económicos.

4. Na especialidade a Comissão apresenta as seguintes sugestões de alteração:

Artigo 2º

"1. A zona urbana **classificada** da cidade de Angra do Heroísmo é delimitada da seguinte forma:..."

Parece obter-se assim uma melhoria de redacção.

Artigo 3º

Eliminação da expressão contida no parêntises por se nos afigurar supérflua.

Artigo 4º

"1. A zona **classificada** da cidade de Angra do Heroísmo deverá conservar... se delas resultar alteração **significativa do referido aspecto**.

2. Dentro... da execução de obras que tenham alterado o aspecto característico do conjunto edificado".

Pretende-se assim uma harmonização de terminologia evitando igualmente uma desarticulação de conceitos.

Artigo 5º

Nenhuns trabalhos de construção civil **ou de obras públicas** que não... sem o despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura.

2. Eliminação".

Considera-se o nº 2 redundante, enquanto que ao longo do documento se eliminará, sistematicamente, o **despacho do Director Regional dos Assuntos Culturais** substituindo-o, onde for mister, por **despacho do S.R.E.C.** Este por sua vez será, normalmente, precedido do parecer técnico de um Gabinete cuja criação se propõe, dada a majestade e grandeza do conjunto que ora se pretende classificar o que, por sua vez, implica uma responsabilidade política e técnica especiais que não se poderão atribuir, no entender da Comissão, nem a uma direcção regional nem a qualquer corpo técnico já existente ou só indirectamente dependente do Secretário Regional da Educação e Cultura.

Artigo 6º

"1. O plano... neste Decreto Legislativo Regional.

2. Os planos de promenor para os quarteirões, arruamentos ou parte destes, na zona classificada, compreenderão os planos de alinhamentos, de canalização da rede de águas..."

3. Os planos descritos no número 2 deste artigo...

-
-
-
-
-
-

- O traçado actual e futuro...".

Pretende-se melhoria de redacção e correcção do que parece, manifestamente, uma gralha de numeração.

Artigo 7º

"Os alinhamentos dos edifícios... sem prejuízo no disposto nos artigos 4º, nº 2 e 14º, nº 2".

Pretende-se com esta introdução harmonizar os diferentes objectivos do diploma.

Artigo 8º

- "1.
- 2.

3. Qualquer alteração ao estabelecido nos números anteriores só poderá efectuar-se mediante despacho favorável do Secretário Regional de Educação e Cultura".

Pretende-se uma melhoria de redacção e uma harmonização com o definido na proposta para o artigo 5º.

Capítulo III

Artigo 10º

- "1.
- 2.

3. A execução... mediante despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura".

Idem filosofia artigo 5º

Artigo 12º

- "1.
- 2.

3. A inclusão... mediante despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura".

Idem artigo 5º.

Artigo 14º

"1. ..., sempre que o Secretário Regional da Educação e Cultura o entenda necessário...

- 2.

Capítulo IV

Artigo 15º

- "1.

2. No caso... consideradas prejudiciais e lesivas ao equilíbrio arquitectónico...".

- 3.

4. As obras... mediante despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura...".

Idem artigo 5º e harmonia da expressão.

Artigo 16º

- "1.
- 2.
- 3.

4. Em... às enunciadas no número anterior, desde que daí não resultem inconvenientes... e se não comprometa o equilíbrio arquitectónico da zona".

5. Salvo excepções reconhecidas por despacho do Secretário Regional da Educação e Cultura, como indispensáveis para o eficaz e conveniente restauro...".

Idem.

Artigo 17º

- "1.
- 2.
- 3.
- 4.

5. As obras... mediante despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura".

Idem.

Artigo 18º

1. As paredes exteriores... um acabamento perfeitamente liso e desempenado.

- 2.

Melhoria de redacção.

Artigo 22º

- "1.

2. ...as características definidas no número anterior.

3. O estabelecido nos números 1 e 2 não se aplica...".

Melhoria de redacção.

Artigo 23º

- "1.
- 2.

3. ...sem o despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura".

Idem artigo 5º.

Artigo 25º

- "1.

2. Eliminação da expressão: "e a cargo exclusivo dos respectivos proprietários".

3. ...e mediante modelos a aprovar pelo Secretário Regional da Educação e Cultura.

4. ...ou de novos edifícios que prejudiquem o equilíbrio do imóvel ou da zona".

Considera a Comissão não se dever estabelecer em relação ao nº 2 um imperativo para os proprietários, sem que se deixe mecanismo legal adequado a uma regulamentação que permita até o estabelecimento de um incentivo financeiro adequado nos

casos em que tal se justifique.

A alteração do nº 3 reporta-se à proposta do artigo 5º e a do nº 4 ao restabelecimento duma harmonia de redacção.

Artigo 30º

"É proibida, em princípio,... a harmonia do imóvel ou da zona envolvente".

Com esta alteração pretende-se estabelecer um princípio genérico susceptível de excepções quando tais se justificarem, dando maior maleabilidade ao legislado, restabelecendo-se uma harmonia de redacção.

Artigo 31º

"...sem o parecer favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura...".

Idem artigo 5º.

Capítulo V

Artigo 32º

1.
2.
3. ...supressão da palavra "mais".
Melhoria de redacção.

Artigo 35º

1.
2. ...pela Secretaria Regional da Educação e Cultura".
Idem ao artigo 5º.

Artigo 36º

"É... qualquer espécie de prejuízos ao equilíbrio arquitectónico do imóvel e ao conjunto de imóveis vizinhos".

Melhoria e harmonia de redacção.

Capítulo VI

Artigo 37º

1. A realização... sido precedida do despacho favorável do Secretário Regional da Educação e Cultura nos casos em que a lei a isso obriga, será punida com coima de 10.000\$00 a 500.000\$00.

2. Em caso de reincidência, as coimas terão os seus limites elevados ao dobro".

A eliminação do nº 2 parece impôr-se por redundante, sendo as restantes propostas feitas para harmonia de redacção e concordância com as alterações propostas para o artigo 5º.

Artigo 38º

1. independentemente... estabelecerá ainda um prazo para a execução das necessárias obras de correcção de acordo com o estabelecido neste diploma.

2. A não execução culposa das obras no

prazo estabelecido no número anterior aplicar-se-á a sanção prevista no nº 2 do artigo 37º.

3. No caso da não execução prevista no nº 1 deste artigo se verificar por parte do(s) proprietário(s) do(s) de estabelecimento comercial, o Secretário Regional da Educação e Cultura poderá, ainda, ordenar o respectivo encerramento".

Pretende-se adequar o nº 2 à competência própria deste Órgão regional no campo das contra-ordenações. A redacção dada ao nº 3 pretende explicitar a possibilidade de, cumulativamente, se aplicarem as sanções previstas nos termos deste diploma.

Artigo 39º

"As obras efectuadas contra o disposto no presente diploma são embargáveis, nos termos gerais, e executáveis pela Secretaria Regional da Educação e Cultura nos termos das leis gerais vigentes".

Não se considera necessário o nº 1 da proposta por se entender que a legislação obriga quer as pessoas colectivas quer as singulares. Por outro lado, entende-se que é a entidade responsável pelas autorizações que deve caber o direito e responsabilidade de embargar.

Capítulo VII

Artigo 40º

"O Governo Regional em conjunto com a respectiva Câmara Municipal tomará as medidas que possam constituir incentivos à recuperação e manutenção dos imóveis existentes na zona classificada de Angra do Heroísmo".

Considera a Comissão que, o texto proposto parece oferecer uma melhoria de redacção.

A Comissão propõe um novo capítulo que poderia enquadrar-se entre os capítulos V e VI.

Artigo A

1. Na dependência do Secretário Regional de Educação e Cultura funcionará um gabinete designado por "Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo" e composto por um representante da Secretaria Regional da Educação e Cultura, um da Secretaria Regional do Equipamento Social e Ambiente e outro da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

2. O Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo será assessorado por um corpo técnico a funcionar na Secretaria Regional da Educação e Cultura e que incluirá, pelo menos, um jurista, um licenciado em história e um arquitecto.

Artigo A-1

Compete ao corpo técnico do Gabinete:

a) Elaborar os estudos técnicos necessários à reconstrução, reintegração ou restauro dos

imóveis situados na zona classificada de Angra do Heroísmo;

b) Elaborar pareceres sobre todo e qualquer projecto de obras a efectuar na referida zona classificada;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução das obras.

Artigo A-2

1. Compete ao Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo apresentar ao Secretário Regional da Educação e Cultura os estudos e pareceres elaborados pelo seu corpo técnico, ao abrigo do artigo anterior, fazendo-os acompanhar do seu próprio parecer.

2. O Secretário Regional da Educação e Cultura terá um prazo de trinta dias, para a emissão do despacho definitivo, após a recepção do parecer que deverá ser elaborado no prazo de 120 dias.

3. Poderá o Secretário Regional da Educação e Cultura devolver, com fundamentação adequada, ao Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo o parecer emitido para eventuais alterações, caso em que os prazos fixados nos números anteriores serão acrescidos de mais trinta dias.

4. O despacho definitivo do Secretário poderá prescindir do parecer técnico do Gabinete, desde que o mesmo não lhe seja apresentado no prazo previsto na parte final do nº 2.

5. Consideram-se deferidos os projectos que, decorridos os prazos fixados nos números anteriores, não tenham sido objecto de despacho.

Artigo A-3

Do despacho do Secretário Regional da Educação e Cultura cabe recurso para o Conselho do Governo.

A justificação para a proposta de aditamento de um novo artigo A e seguintes encontra-se na parte final apresentada para as alterações propostas para o artigo 5º da proposta.

Os restantes artigos procuram definir as questões processuais bem como as competências quer do Gabinete quer do corpo técnico ora criados.

Anexa-se a este relatório a Carta de Atenas de 1966, bem como a proposta de inscrição na lista do património mundial apresentada por Portugal, em 18/3/82, para um conhecimento da Assembleia Regional dos Açores, dado que a zona proposta para classificação, já foi apresentada por Portugal, mediante proposta do Governo Regional, ao órgão competente das Nações Unidas, a fim de ser inscrita na lista do património mundial.

A Comissão, por unanimidade, é de parecer que esta proposta de Decreto Legislativo Regional deverá ser aprovado.

Angra do Heroísmo, em 14 de Novembro de

1983.

O Presidente: Borges de Carvalho.

O Relator: Fátima Oliveira.

O redactor de 2ª classe: Eduardo Elias da Silva.